



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



**PROCESSOS DE RESILIÊNCIA, FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO
NA VIDA ADULTA DE MULHERES MANAUARAS QUE SOFRERAM ABUSO
SEXUAL NA INFÂNCIA**

MARIA DE NAZARÉ SOUSA GOMES CASTRO

MANAUS/AM

2022

MARIA DE NAZARÉ SOUSA GOMES CASTRO

**PROCESSOS DE RESILIÊNCIA, FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO
NA VIDA ADULTA DE MULHERES MANAUARAS QUE SOFRERAM ABUSO
SEXUAL NA INFÂNCIA**

Dissertação orientada pelo Prof. Dr. Joaquim Hudson de Souza Ribeiro como cumprimento obrigatório para obtenção do grau de Mestre em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas.

MANAUS/AM

2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C355p Castro, Maria de Nazaré Sousa Gomes
Processo de resiliência, fatores de risco e proteção na vida adulta de mulheres manauaras que sofreram abuso sexual na infância / Maria de Nazaré Sousa Gomes Castro . 2022
130 f.: 31 cm.

Orientador: Joaquim Hudson de Sousa Ribeiro
Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Mulheres. 2. Abuso Sexual. 3. Resiliência. 4. Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. 5. Manaus. I. Ribeiro, Joaquim Hudson de Sousa. II. Universidade Federal do Amazonas
III. Título



Ministério da Educação
Universidade Federal do
Amazonas
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Processo nº: 23105.050714/2022-18

**Interessado: Coordenação do Programa de Pós-Graduação em
Psicologia**

PARECER

MARIA DE NAZARÉ SOUSA GOMES CASTRO

**“Processos de resiliência, fatores de risco e proteção na vida adulta de
mulheres manauaras que sofreram abuso sexual na infância.”**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Psicologia da Universidade Federal
do Amazonas como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em
Psicologiana Linha de Processos
Psicológicos e Saúde.

Aprovado em 27 de dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Joaquim Hudson de Souza Ribeiro

PPGPSI/UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Prof.^a Dr.^a Gisele Cristina Resende

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Prof.^a Dr.^a Vilma Maria Gomes Peixoto Mourão

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONA

Manaus, 26 de dezembro

de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Joaquim Hudson de Souza Ribeiro, Usuário Externo**, em 27/12/2022, às 22:35, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gisele Cristina Resende, Professor do Magistério Superior**, em 28/12/2022, às 13:55, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria de Nazaré Sousa Gomes Castro, Usuário Externo**, em 04/01/2023, às 16:55, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma Maria Gomes Peixoto Mourão, Usuário Externo**, em 17/01/2023, às 19:15, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufam.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1295793** e o código CRC **CCFB5F95**.

Av. General Rodrigo Octávio, 6200 - Bairro Coroado I Campus Universitário
Senador Arthur Virgílio Filho, Setor Sul, Bloco X - Telefone: (92) 3305-1181 / Ramais
2580 / 2583 / 2585

CEP 69080-900, Manaus/AM, ppgpsiuufam@ufam.edu.br

Referência: Processo nº 23105.050714/2022-18
1295793

SEI nº

A todas as pessoas, em especial
meninas/mulheres que, em suas trajetórias de
vida, sofreram abuso sexual. Em especial, as
que compartilharam comigo um pouco de si ao
longo destes anos.

AGRADECIMENTOS

A Deus por minha existência e por conectar o mestrado com minha trajetória e, principalmente, pela pesquisa e trabalho com algo que tanto me identifico.

A Nossa Senhora, rainha da minha existência, intercessora, advogada, mãe, mulher que envolta a seu manto me mantinha perto do seu amor e de Jesus Cristo.

A meus pais, pelos ensinamentos de teimosia, persistência, esperança e fé.

Ao meu filho Zaire Miguel que no processo de seleção me acompanhou em meu ventre, participou das aulas do mestrado em meu colo e que hoje tornou-se meu companheiro.

A meu esposo, um anjo guardião, sempre disposto a facilitar meus caminhos, repleto de desafios, mas cheio de ternura e amor, um ser que me conduz a alcançar os sonhos.

A minha filha Pietra, cuja adolescência exige cuidados e zelos, porém foi compreensiva e demonstrou amor, trocas afetivas, ternura e companheirismo.

A meus amigos, pelas minhas ausências, pelos vazios que tenho deixado e muitas vezes vácuos dos meus cansaços.

Aos companheiros e amigos do MCVE, pela compreensão das minhas necessidades, se ajustaram sempre que eu precisei e a conclusão desse percurso possui muito dos inúmeros acolhimentos que recebi.

A Universidade Federal do Amazonas, especificamente, ao Mestrado em Psicologia pela confiança.

Aos professores, colegas e amigos da universidade que compartilharam de suas experiências e contribuíram para minha formação.

Ao Prof. Dr. Joaquim Hudson de Souza Ribeiro, por ser um referencial profissional e um ser com qualidades transcendentais. Quem, em todos os momentos, me apoiou, direcionou, atendeu com dedicação, respeito, confiança, carinho e tem sido solícito, pelas inúmeras contribuições dadas e por ser referencial de lutas e imersão nas causas dos mais fragilizados. Rezou por mim e comigo, preenchendo minhas vulnerabilidades com fé. Minha profunda gratidão.

Aos meus amigos que sempre acreditam e apoiam meu potencial e sonhos

RESUMO

O abuso sexual praticado contra a criança e adolescente, possui forte influência das decisões históricas e da trajetória da humanidade, marcados no macrotempo, resultando na naturalização das transgressões dos direitos, sobretudo de crianças e adolescentes e na impunidade dos perpetradores. Considerando a necessidade de aprofundar conhecimentos que envolvam os processos de resiliência na vida adulta de mulheres manauaras que sofreram abuso sexual na infância, o presente trabalho pretendeu compreender a repercussão do abuso sexual ocorrido na infância de mulheres adultas e as implicações nos seus cursos de vida, identificando os fatores de risco e proteção presentes nos sistemas de pertencimento e os processos de resiliência desenvolvidos por estas mulheres. A base teórica escolhida para nortear o presente trabalho foi a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano TBDH, tendo como precursor e mentor Urie Bronfenbrenner, que aponta para a compreensão do desenvolvimento a partir de quatro eixos processo, pessoa, contexto e tempo PPCT. Este estudo caracteriza-se por uma pesquisa empírica, de caráter exploratório e qualitativa. Foram entrevistadas cinco mulheres, atendidas na Cáritas Arquidiocese de Manaus. Os resultados apontam para uma realidade onde as vítimas de abuso sexual, sofrem com as repercussões de processos anteriores situados no macrotempo, que operam em seus cotidianos e interferem no caráter das relações dos microambientes, tanto pela reprodução de ideologias, quanto por crenças e valores macrossociais. As sintomatologias clínicas e comportamentais decorrentes do intenso sofrimento ocasionado pela história de abuso sexual na infância, independentemente da quantidade, frequência e tipo de abuso sexual os impactos geram sérios prejuízos e interferem no ciclo vital das vítimas, podendo produzir comportamentos autodestrutivos, baixa autoestima, depressão, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). Contudo, mesmo tendo experienciado significativos impactos do abuso sexual e dos demais eventos adversos de suas vidas, as mulheres apresentaram pronto progresso para seguirem em frente, sobrepujando os efeitos deletérios ocasionados pelo abuso sexual.

Palavras-chave: Mulheres; Abuso Sexual; Resiliência; Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano; Manaus.

ABSTRACT

Sexual abuse committed against children and adolescents is strongly influenced by historical decisions and the trajectory of humanity, marked in macro-time, resulting in the naturalization of transgressions of rights, especially of children and adolescents, and in the impunity of perpetrators. Considering the need to deepen knowledge involving the processes of resilience in the adult life of women from Manaus who suffered sexual abuse in childhood, the present work intends to understand the repercussion of sexual abuse that occurred in the childhood of adult women and the implications in their life courses, identifying the risk and protection factors present in the systems of belonging and the resilience processes experienced by these women. The theoretical basis chosen to guide this work was the Bioecological Theory of Human Development BTHD, having as precursor and mentor Urie Bronfenbrenner, which points to the understanding of development from four axes process, person, context and time PPCT. This study is characterized by an empirical, exploratory and qualitative research. Five women assisted at Cáritas Archdiocese of Manaus were interviewed. The results point to a reality where victims of sexual abuse suffer from the repercussions of previous processes located in macro-time, which operate in their daily lives and interfere in the character of microenvironment relationships, both by reproducing ideologies and by macrosocial beliefs and values. The clinical and behavioral symptoms arising from the intense suffering caused by the history of sexual abuse in childhood, regardless of the amount, frequency and type of sexual abuse, the impacts generate serious damage and interfere with the life cycle of the victims, and may produce self-destructive behaviors, low self-esteem, depression, post-traumatic stress disorder (PTSD). However, even having experienced significant impacts of sexual abuse and other adverse events in their lives, women showed prompt progress to move forward, overcoming the deleterious effects caused by sexual abuse.

Keywords: Women; Sexual abuse; Resilience; Bioecological Theory of Human Development; Manaus.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - O Modelo PPCT de Urie Bronfenbrenner	16
--	-----------

LISTAS DE SIGLAS

PPCT	Pessoa, Processo, Contexto, Tempo
TBDH	Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano
OSC	Organização da Sociedade Civil
OMS	Organização Mundial da Saúde
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CNS	Conselho Nacional de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
SAPFAM	Serviço de Atendimento Psicológico a Família da Arquidiocese de Manaus
CEP	Conselho de ética em Pesquisa
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner	20
2.1.2 A Bioecologia do desenvolvimento humano: Processo, Pessoa, Contexto e Tempo.....	23
2.1.2.1 Pessoa (Eu ecológico).....	24
2.1.2.2 Processo.....	26
2.1.2.3 Contexto.....	27
2.1.2.4 Tempo.....	28
2.2 Conceituando fatores de risco e proteção para a compreensão bioecológica do desenvolvimento humano	29
2.2.1 Fatores de risco.....	29
2.2.2 Fatores de Proteção.....	32
2.3 Fundamentos Teóricos dos Estudos sobre a Violência Sexual na Infância e Adolescência, Impactos e Processos de Resiliência	34
2.3.1 A Violência Sexual contra as crianças e adolescentes	35
2.3.2 Abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes: cenários atuais de preocupações	40
2.3.3 As repercussões do abuso sexual na vida de criança e adolescentes.....	43
2.3.4 As repercussões do abuso sexual na vida adulta de mulheres e fatores promotores de resiliência	45
2.3.5 Fatores Promotores de Resiliência.....	45
3 MÉTODO	49
3.1 O delineamento adotado.....	49

3.2 Instrumentos e estratégias utilizadas para a construção do conhecimento.....	50
3.3 Tratamento e análise dos Dados.....	51
3.4 Participantes.....	52
3.5 Contexto temporal e do campo de estudo.....	53
3.6 Considerações éticas.....	55
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES	57
4.1 Conhecendo as participantes da pesquisa: Dandara, Malala, Jacimba Gaba e Maria da Penha	57
4.2 Fatores de Risco presentes nos sistemas de pertencimento de mulheres vítimas de abuso sexual na infância.....	61
4.2.1 A bioecologia dos fatores de risco nos sistemas de pertencimento de mulheres vítimas de abuso sexual na infância.....	62
4.3 Os impactos do abuso sexual sofrido na infância, no curso de vida de mulheres adultas ..	74
4.4 Fatores de proteção promotores de processos de resiliência nos contextos de mulheres vítimas de abuso sexual na infância.....	86
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
6 REFERENCIAS.....	108
APENDICE A - GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....	120
APENDICE B - II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE.....	122
ANEXO I – CARTA DE ANUÊNCIA CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE MANAUS/SAPFAM.....	125
ANEXO II - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	126

1 INTRODUÇÃO

A violência sexual contra as crianças é um fenômeno que possui registros documentados ao longo da história do ser humano e, na atualidade, aflige todas as classes sociais, gêneros e etnias.

É produto das relações sociais desiguais, frequentemente materializadas contra meninas e meninos que se encontram em desvantagem física, emocional ou social (CRUZ *et al.*, 2021; OLIVEIRA *et al.*, 2020; RIBEIRO, 2019a;), características que, comumente, representam crianças e adolescentes, sobretudo meninas, muitas vezes inseridas em uma lógica historicamente estruturada de mercantilização e apropriação de corpos.

Considerando o abuso sexual como uma forma de violência sexual, este apresenta-se como resultado das relações dispostas em uma sociedade, manifestando-se contra crianças e adolescentes a partir de estruturas pautadas em modelos patriarcais e adultocêntricos que compõem a base das relações cotidianas em nossa sociedade e se estruturam a partir das assimetrias de poder presentes nas relações.

A sobreposição de um sexo sobre o outro influencia a manifestação da violência, sobretudo a sexual. Segundo Ribeiro (2013), a violência sexual contra as crianças e adolescentes é uma grave violação de direitos humanos, uma vez que implica negativamente no desenvolvimento sexual de forma protegida e segura.

A literatura especializada sobre violência sexual, vem sinalizando quanto ao consenso de que o abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes ocorre frequentemente dentro do contexto familiar, apontando como principais perpetradores pessoas afetivamente próximas como o pai, padrasto, tio e avô (DREZETT *et al.*, 2021; CRUZ *et al.*, 2021; RIBEIRO, 2019; SERAFIM *et al.*, 2011; BORGES; DELL'AGLIO, 2008;).

Essas incidências corroboram com as análises da pesquisa que buscou identificar a rede de interação das participantes e evidenciou-se que, quando crianças, interagiram com pessoas cujos vínculos são biológicos, mas também com pessoas extrafamiliares, mas que agregavam certo grau de influência e proximidade.

Ressalta-se a discussão em torno da função proferida ao microsistema familiar, enquanto ambiente propício aos primeiros contatos, trocas afetivas e sociais, onde deve existir relações recíprocas, enquanto base fundamental para a elaboração das representações iniciais e desenvolvimento de competências para a vida. Porém, as análises dos contextos apresentados descortinam essas representações e apontam para conjecturas que podem ser contraditórias à

função designada como a responsabilidade moral de prover as condições de vida e cuidado a seus membros, devendo ressignificar esses conceitos, pois um microssistema, como o familiar, pode caracterizar-se em ambiente protetor ou de risco.

Quando se refere ao abuso sexual praticado no contexto familiar, o desdobramento de seus efeitos implica em uma experiência traumática com grande potencial para afetar o desenvolvimento socioafetivo da criança e do adolescente, ocasionando em repercussões negativas que podem operar até a vida adulta e, quando se refere a revelação desse tipo de ocorrência, este processo ocasiona efeitos para a vida da criança ou adolescente que sofreu abuso sexual, devido ao desenvolvimento em que se encontra.

O que se está querendo dizer é que o abuso sexual ocorrido na infância pode apresentar repercussões a curto e a longo prazo. Crianças e adolescentes que foram abusadas sexualmente podem apresentar graves comprometimentos no desenvolvimento das dimensões sociais, psicológicas, sexuais, emocionais e cognitivas, podendo apresentar pensamento suicida, depressão, automutilação, tentativas de suicídio e suicídio (CRUZ *et al.*, 2021; OLIVEIRA *et al.*, 2020; MACEDO *et al.*, 2019; RIBEIRO, 2019b).

Quando se refere aos efeitos negativos das experiências do abuso sexual praticado na infância, deve-se considerar que a criança possui imaturidade para compreender os eventos que ocorrem em suas vidas, não tendo compreensão total dos acontecimentos, porém possuem a capacidade de perceber essas ocorrências como negativas, excessivas e injustas.

Assim, apresenta-se como primordial a constituição de uma rede socioafetiva capaz de corresponder às necessidades de crianças e adolescentes e, de forma responsiva, ajudando-as no seu desenvolvimento a partir da garantia de seus direitos fundamentais. No entanto, a inexistência ou fragilidade da rede de parentesco, de apoio, afetiva, a carência de políticas públicas capazes de ofertar outras oportunidades à infância corroboram com a manutenção de contextos afetados pela violência e para o fechamento do sistema familiar.

A escola, microssistema onde a criança interage e desenvolve suas capacidades sociais e afetivas, quando não atua de acordo com suas funções precípua enquanto rede de apoio social, apresenta fragilidades no estabelecimento dos processos que resulte em trocas confiáveis, abertura para partilhas de vida, experiências significativas, portanto, a não intervenção em fatores que atuam para o desencadeamento dos comportamentos desadaptados.

Essa restrição relacional e ecológica, que desagua na ausência de uma interação efetiva, com oportunidades para a comunicação emocional livre e aberta, atua como fator de risco ao considerar o desenvolvimento físico, cognitivo e social das crianças.

Outros fatores atuaram como risco ao abuso sexual, devendo ser cuidadosamente refletidos como as questões de gênero, pois apesar da existência de incidência em meninos, os dados denunciam prevalência em meninas, apontando como possíveis determinantes os aspectos sócio-históricos que nutrem as relações sociais pelo modelo do patriarcado (LIMA; ALBERTO, 2015).

Ainda, as crenças, ideologias e culturas, gradações macrossociais, se instalam nas subculturas dos microambientes, revelando o potencial para a disfunção nos processos proximais e, portanto, atuam como mecanismos de manutenção do abuso sexual como ciclo que se repete por gerações.

A realidade de muitas famílias brasileiras demonstra que a vulnerabilidade está intrinsecamente associada às condições de vida e, portanto, à pobreza e à desigualdade social. Porém, adverte-se que a pobreza não é, em si, a causa de processos de vitimização que ocorrem em ambientes intrafamiliares, havendo consenso de que dela podem decorrer fatores que as expõem em risco.

As sintomatologias e consequências ocasionadas pelas experiências de abuso sexual na infância podem ocasionar efeitos negativos e levar as vítimas a sucumbir com o sofrimento.

As áreas identificadas com significativa repercussão negativa foram as sociais, físicas, psicológicas e sexuais, podendo surgir a curto, médio ou a longo prazo e com intensidades variadas. Podem apresentar níveis de desesperança, capacidades inferiores para autoperdão e níveis mais elevados para estresse pós-traumático, problemas na esfera sexual, depressão e formas de resistência passiva sujeitadas ao mesmo(a)/ou a outros(as) agressor(es) (FORNARI; LABRONICI, 2018; RIBEIRO, 2013).

A despeito das adversidades registradas em variadas fases do desenvolvimento humano, havia muitas vezes, a possibilidade de mudança, de superação, de transformação e pronto progresso, ao menos para alguns indivíduos (SANTOS, 2018; ROZEMBERG, AVANCI; SCHENKER, 2014; PAULO; KOLLER, 2005). Ou seja, as condições hostis podem não resultar, necessariamente, em problemas de ordem psíquica ou comportamental.

Destarte, adentra para estas análises os processos de resiliência, para ressaltar a capacidade das pessoas em sobrepujar as situações adversas e seguirem em frente com saúde socioafetiva, desfocando o olhar nas consequências negativas da violência sexual.

Porém, o conceito de resiliência implica e exige dos pesquisadores um grande esforço de discussão, delineamento e cautela ao lidar com os conceitos de fator de risco, fator de proteção, pois são conceitos correlacionados ao de resiliência e devem ser esclarecidos e

diferenciados entre si (SANTOS; SANTANA; SOUZA, 2020; MARTINS, 2011; POLETTO; KOLLER, 2008; PAULO; KOLLER, 2005; AYRES *et al.*, 2003).

Para os pesquisadores supracitados, resiliência estaria associada a um processo dinâmico entre os fatores de risco e a superação da adversidade. E como forma de sistematizar os fatores que originam a resiliência os pesquisadores propuseram um modelo triádico tendo como objetivo organizar em três grupos os fatores de proteção e resilientes devendo considerar: a) os atributos individuais da pessoa, b) aspectos familiares e as c) características ambientais sociais ou rede de apoio, o que poderíamos considerar o sujeito em seu contexto.

Assim, compreende-se que a resiliência não resulta somente da pessoa, como uma característica inata ou herdada, muito menos possui viés de privilégios, mas surge por fatores individuais entrelaçados ao seu contexto ecológico.

O processo de resiliência considera, sobretudo, a pessoa no seu contexto conectada com um emaranhado de relações dinâmicas e mútuas que estabelece com as demais pessoas, objetos e símbolos. Estas relações podem ser compreendidas pelo modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano (BRONFENBRENNER, 1999; BRONFENBRENNER; EVANS, 2000; BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998), que considera os ambientes ecológicos como meios indissociáveis ao desenvolvimento humano, ambos em constante troca de influências entre si e mudanças ao longo do tempo.

Seus primeiros modelos definidos em sua teoria, encontra-se o ambiente como foco, do qual foi revisado em seus estudos posteriormente, surgindo assim a Teoria Bioecológico do Desenvolvimento Humano que considera quatro aspectos fundamentais para a compreensão do desenvolvimento: **processo, pessoa, contexto e tempo** (PPCT), dos quais se diferenciam de outras propostas metodológicas por suas inter-relações.

No elemento **Pessoa**, o foco direciona-se para as características do indivíduo em desenvolvimento, durante a sua trajetória de vida, daí o caráter de constâncias e mudanças.

Quanto ao **Processo**, este está relacionado aos diferentes níveis de participação da pessoa em desenvolvimento.

O elemento **Tempo**, possui caráter histórico, ou seja, as transformações, fatos e mudanças que ocorrem através de eventos marcados no transcurso do tempo e o **contexto** ressalta a análise topológica do desenvolvimento humano, enfatizando o conjunto de estruturas organizadas de forma concêntricas, onde cada uma está contida na seguinte, como em conjunto de bonecas russas.

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, teoria escolhida para ancorar esta pesquisa, considera que a pessoa influencia o ambiente onde atua e, logo, é influenciada interdependentemente pelos elementos que compõe o seu contexto e, ressalta-se o processo bidirecional que busca compreender as díades na qual os processos proximais estabelecem relação, atuando neste interjogo, os elementos objetivos constituintes do ambiente, quanto os subjetivos identificados a partir da experiência e percepção individual.

Nesse sentido, o estudo buscou compreender às repercussões na vida adulta de mulheres que foram vítimas de abuso sexual na infância e procurou responder à questão norteadora: como vem se apresentando o processo de resiliência na vida de mulheres adultas que sofreram abuso sexual na infância e quais fatores presentes em seus sistemas de pertencimentos que contribuíram para serem mais ou menos resilientes?

Visando responder a este questionamento, o presente estudo pretendeu compreender, à luz da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, os fatores de risco e proteção presentes nos sistemas de pertencimentos de mulheres adultas que sofreram abuso sexual na infância, as implicações nos seus cursos de vida e os processos de resiliência.

Objetivou-se, assim, compreender a repercussão do abuso sexual ocorrido na infância de mulheres adultas e as implicações nos seus cursos de vida, identificando os fatores de risco e proteção presentes nos sistemas de pertencimento e os processos de resiliência desenvolvidos por estas mulheres.

Complementarmente visou descrever como se configurou para as mulheres, em seus cursos de vida, o impacto do abuso sexual e, para isso, dialogou-se com os fatores de risco e proteção enquanto categorias que facilitam compreender os processos promotores de resiliência.

O interesse pela temática “abuso sexual contra crianças e adolescentes” e “resiliência”, com foco nas mulheres, surgiu mediante ao exercício da função de psicóloga em uma Organização da Sociedade Civil (OSC), durante os anos de 2011-2014 e posteriormente a atuação no setor de gestão de projetos sociais a partir de 2014 na mesma OSC. A conexão com as comunidades de bairros populares sempre foi primordial na trajetória profissional, desenvolvendo atividades de promoção e prevenção as ocorrências das violações de direitos e o lidar com as problemáticas das crianças, adolescentes e mulheres vítimas de abuso sexual.

Essas experiências, antes da condução dessa pesquisa, mobilizavam inquietações pessoais oriundas das visões negativistas e deterministas que limitavam o fazer profissional e que, conjugados com as ausências ou fragilidades de serviços públicos em saúde, as

fragilizações dos vínculos familiares e da rede de proteção, poderiam ocasionar repercussões irrecuperáveis às vítimas. Contudo, nos atendimentos às famílias, escutas dos relatos de mulheres adultas vítimas de violência sexual na infância ou adolescência, percebeu-se que, apesar de todas as adversidades da vida, essas mulheres seguiam em frente sem sucumbir ao trauma vivido. Porém, outras mulheres viviam as repercussões negativas da violência sofrida, apresentando sintomas físicos, cognitivos e sociais.

O que se percebia é que alguns elementos eram evidenciados como promotores de saúde emocional, porém apresentavam-se num emaranhado de sistemas e dinâmicas que, somente o conhecimento da graduação era insuficiente para alcançar uma visão ampliada das situações e poder melhor contribuir para mudanças significativas na vida dessas pessoas. Esses atendimentos geravam inseguranças quanto às intervenções a serem feitas ou projetos a serem ofertados e essas limitações eram percebidas pelos demais educadores, pedagogos e assistentes sociais.

Essas experiências profissionais e pessoais levaram a necessidade de desenvolver esta pesquisa, pois os estudos realizados na atualidade sobre as temáticas em foco são importantes para dar maior visibilidade, podendo subsidiar programas e iniciativas que trabalham na perspectiva de promover processos de resiliência.

A presente dissertação é dividida em 6 partes distintas: 1) introdução (apresentação do tema, problema, objetivos e justificativa); 2) conceituação teórica, onde são apresentados os pressupostos teóricos e conceituais que nortearam os estudos, propondo elucidar a Teoria adotada enquanto ancora que norteou todas as etapas da pesquisa, ainda, buscou-se referenciar a temática a partir dos principais autores como forma de situar as análises; 3) percurso metodológico, discorre sobre os caminhos que serão utilizados para fazer o estudo, caracterizando o tipo de pesquisa, a abordagem utilizada, método de análise e aspectos éticos; 4) Apresentação e discussão de resultados; 5) Conclusões e considerações; 6) referências utilizadas, seguidas dos anexos, contendo o roteiro da entrevista, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, parecer do comitê de ética, caracterização geral das entrevistas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão apresentados os pressupostos teóricos e conceituais que nortearam os estudos, propondo elucidar a Teoria adota enquanto ancora que norteou todas as etapas da pesquisa, ainda, buscou-se referenciar a temática a partir dos principais autores como forma de situar as análises e torná-las mais fidedignas.

2.1 A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner

Descendente de Judeus, Urie Bronfenbrenner nasceu na Rússia e, quando criança, devido ao contexto de sua época, ascensão do nazismo e conflitos econômicos, foi morar com sua família nos Estados Unidos da América. Além disso, formou-se em Psicologia e Música na Universidade de Cornell.

Bronfenbrenner engajou-se na implementação de projetos governamentais e não governamentais direcionados para o desenvolvimento humano, acreditava que as políticas públicas desenvolviam importante influência na vida de crianças e, respectivamente, nas famílias.

Mediante sua trajetória acadêmica e contatos com grandes estudiosos em Psicologia, com contribuições em abordagens ecológicas, formulou a sua Teoria.

A perspectiva de desenvolvimento proposto por Bronfenbrenner está conectada com as estabilidades e mudanças que ocorrem ao longo do curso de vida de uma pessoa, com significativa influência sobre as características biopsicológicas que ocorrem ao longo de gerações.

Neste sentido, para Bronfenbrenner (1979/1996),

O desenvolvimento humano é o processo por meio do qual a pessoa que se desenvolve adquire uma concepção mais ampliada, diferenciada e válida do meio ambiente ecológico, e se torna mais motivada e mais capaz de se envolver em atividades que revelam suas propriedades, sustentam ou reestruturam aquele ambiente em níveis de complexidade semelhante ou maior de forma e conteúdo. (p. 23)

O desenvolvimento na concepção do autor corresponde a processos de transformação que ocorre na vida da pessoa a um dado contexto, procedendo continuamente a partir da unidade tempo-espaco, em diferentes níveis, podendo ser estimulado ou inibido a depender da qualidade da interação com as pessoas, objetos e símbolos presentes no ambiente.

A concepção de desenvolvimento na Teoria de Bronfenbrenner (1996), deve ressaltar a percepção da pessoa quanto às experiências vividas, enfatizando como a natureza do conteúdo adquirido no seu desenvolvimento pode ser modificado em função da exposição e interação da pessoa no seu meio ambiente. Portanto, a definição de desenvolvimento envolve a forma que a pessoa percebe e sente as suas experiências que promovem estabilidade, transformação e mudança nas características biopsicológicas, no transcurso da sua trajetória de vida e por gerações.

Ressalta-se que esta Teoria do Desenvolvimento Humano, de Bronfenbrenner foi publicada no final da década de 70, deixando ao campo científico sua importante contribuição para o planejamento e desenvolvimento de pesquisas em ambientes naturais. Ao longo da gênese de suas (re)formulações, seus estudos passaram por três fases, levando a transição de uma teoria embasada no contexto para outra em que as inter-relações cotidianas se tornam precípuas e centrais (OLIVEIRA, 2021).

Para tanto, as críticas ao modelo tradicional estão presentes em seus escritos, em que resalta os estudos do desenvolvimento fora do contexto, centralizando o foco na pessoa imersa em um ambiente restrito e estático, desconsiderando as múltiplas incidências dos demais contextos conectados entre si (BRONFENBRENNER, 1977, 1996; MARTINS; SZYMANSKI, 2004).

Assim, nota-se a crescente utilização dessas concepções nos Estados Unidos e na Europa, através de estudos que visam tecer análises em situação de vida real, conquistando lugar na literatura que trata de pesquisa em desenvolvimento humano, porém, apesar da disseminação dos níveis de contextos associados à vida da pessoa em desenvolvimento, observa-se que existe prevalência de interesses em pesquisas com o foco no contexto, sem o desenvolvimento (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998).

Porém, Bronfenbrenner reformulou sua abordagem e adaptou em seu novo modelo a concepção precípua de bidirecionalidade, possuindo como centralidade a pessoa e o ambiente no qual está inserida e estabelece vínculos. Esta concepção compreende que, a pessoa influencia o ambiente onde atua e, logo, é influenciada interdependentemente pelos elementos que compõem o seu contexto. Dessa forma, essa reformulação resalta a reciprocidade na interação entre as pessoas e destes, com os objetos e símbolos presentes no ambiente.

O processo bidirecional, busca compreender as díades na qual os processos proximais estabelecem relação. No entanto, devem ser considerados, neste interjogo, tanto os

elementos objetivos constituintes do ambiente, quanto os subjetivos, nesse caso, identificados a partir da experiência e percepção individual.

As críticas realizadas por Bronfenbrenner e Morris (1998) sobre as suas primeiras postulações teóricas, tiveram como propulsor a ênfase demasiada nos contextos de desenvolvimento, destarte, na nova reformulação do modelo, as propriedades da pessoa em desenvolvimento obtiveram novas perspectivas, sendo reforçado o olhar para as características biopsicológicas da pessoa em desenvolvimento. Assim o modelo ecológico foi reformulado e passou a ser chamado de bioecológico.

A evolução do termo “ecologia” para “bioecologia” deu-se através do reconhecimento dos aspectos relevantes das pessoas, enquanto níveis estruturais e funcionais, como biológicos, cognitivos, emocionais e comportamentais (OLIVEIRA, 2021).

Outro elemento intensificador de mudanças no modelo antigo, foi o construto teórico compreendido como processos proximais que ressalta a interação entre a pessoa e o ambiente, operando ao longo do tempo (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998, p. 994). Assim, na nova Teoria Bioecológica, os elementos *pessoa, processo, contexto e tempo* (PPCT), são apresentados dinamicamente, com perspectiva multidirecional e de interconexão com os demais sistemas, como demonstrado na figura a seguir.

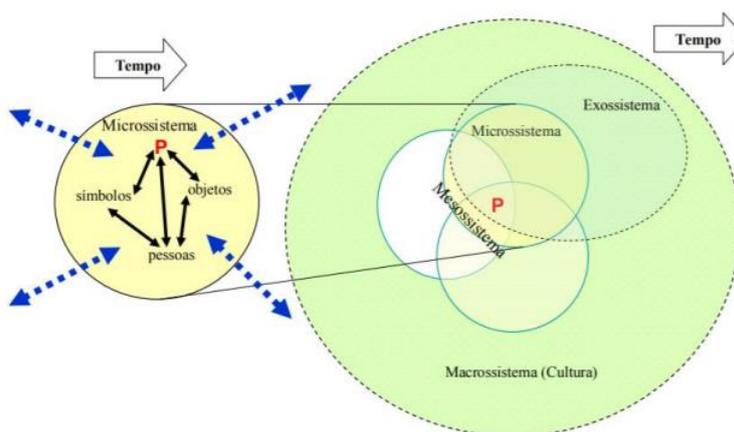


Figura 1. O Modelo PPCT de Urie Bronfenbrenner (OLIVEIRA, 2019, p. 09).

Com as novas modificações, a Teoria Bioecológica evidencia o papel ativo, interativo e protagonista da pessoa enquanto agente promotor de mudanças, se desligando da concepção unidirecional que, para a qual, a pessoa é influenciada pelo ambiente. Nesta Teoria, alguns paradigmas orientam e norteiam a pesquisa em desenvolvimento, são eles: ambiente

ecológico, transição ecológica, validades ecológica e de desenvolvimento, experimento ecológico e transformador e pesquisa ecológica (DESSEM; JUNIOR, 2005).

Em seu livro publicado em 1979, Bronfenbrenner apresenta os seus novos conceitos que subsidiaram a sua Teoria, desta forma, a concepção de ambiente ecológico é incorporado no novo modelo e passa a ser concebido como um conjunto de estruturas contidas umas nas outras concentricamente, sendo conhecidas como micro, meso, exo, macro e com influências cronossistêmicas.

Contudo, os arranjos formados a partir das interconexões entre os diferentes níveis possibilitam a compreensão do ambiente mais próximo (micro) ao mais distante (macro), sendo vistos “topologicamente como uma organização de encaixe de estruturas, em que uma está contida na seguinte” (BRONFENBRENNER, 1986, p. 18). Logo, entende-se por ambientes mais próximos as interrelações estabelecidas nas famílias, grupos de amigos, vizinhança, e como remotos, a cultura, sistemas de crenças vigentes, globalização, políticas públicas.

Considera-se destacar o conceito de efeito de segunda ordem, devido evidenciar a influência indireta de outras pessoas nas relações que contenha mais de duas pessoas. Este alerta está relacionado a forte influência, temporária ou não, que uma pessoa pode fazer no contexto de desenvolvimento, operando no ambiente, modificando o padrão de atividade do contexto, mesmo que não haja interação simultânea ente as pessoas.

Esse sistema de relações foi identificado por Brofenbrenner (1996) como rede social, atuando através de ambientes restritos, no qual há interação entre as pessoas ou por uma interconexão de ambientes. Outrossim, os fenômenos que operam em contextos de vida real são passíveis de múltiplas influências, podendo modificar-se ao longo do tempo e do espaço.

A pesquisa na perspectiva bioecológica contém as propriedades pertinentes à pessoa e ao seu ambiente, isto é, a estrutura dos contextos ambientais e os processos interligados são vistos como interdependentes e investigados de maneira sistêmica. Desse modo, ressalta-se que, as análises em contexto devem dialogar com os elementos bioecológicos que incluem Processo, Pessoa, Contexto e Tempo, em destaque a seguir.

2.1.2 A Bioecologia do desenvolvimento humano: Processo, Pessoa, Contexto e Tempo

As novas formulações da Teoria de Bronfenbrenner, foram resultados das suas próprias críticas em um modelo focado no contexto e, portanto, desprivilegiava a pessoa em desenvolvimento.

O autor, inicia a construir as suas considerações sobre os núcleos que constituem a sua teoria em 1998, onde Urie Bronfenbrenner e demais colaboradores sugeriram a nova reformulação, emergindo a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. Destarte, neste advento, o próprio conceito de desenvolvimento passou por reflexões e análises concluindo que se trata de estabilidades e mudanças biopsicológicas na vida da pessoa, durante sua trajetória de vida, com influências geracionais (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998).

Para Narvaz e Koller (2004, p. 53-54), “O novo Modelo Bioecológico propõe, então, que o desenvolvimento humano seja estudado por meio da interação sinérgica de quatro núcleos inter-relacionados: Pessoa - Processo – Contexto e Tempo” (PPCT).

Neste modelo, o fator principal é o ser humano e suas interações com os contextos, com destaque também para o fator processo, ora denominado de processo proximal.

2.1.2.1 Pessoa (Eu ecológico)

A noção de pessoa na Teoria foi um componente que teve um significado de ampliação, passando a considerar as características idiossincráticas, mas também a forma que são internalizadas, elaboradas e instigadas durante o desenvolvimento expresso na subjetividade da pessoa, através das suas crenças, valores, nível de atividades, traços de personalidade, temperamento, metas de vida e as motivações, dentre outros (DESSEN *et al.*, 2008).

Neste núcleo, evidenciam-se os elementos das características biológicas, genéticas, sociais e comportamentais que, de alguma maneira, irão atuar sobre o desenvolvimento humano de forma imprevisível e interdependente.

De forma ativa, o ser biopsicológico interage e se conecta em seu ambiente de forma direta ou indireta, sofrendo e produzindo influências do contexto que se apresenta de forma recíproca e dinamicamente, com repercussões nos ambientes mais simples aos de maior complexidade. Destarte, para a Teoria, existem três características que distinguem a pessoa e que atuam nos processos proximais, são elas: disposições, recursos e demanda.

Portanto, na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, Bronfenbrenner e Morris (1998) afirmam que as três características pessoais distintas entre si, que irão operar no curso da vida podem ser assim apresentadas:

a) Características de disposições para o engajamento e continuidade das atividades que vão se tornando progressivas. São responsáveis pela dinamização, movimento e nível de

operacionalização dos processos proximais, ou seja, podem iniciar ou manter um processo proximal de acordo com suas disposições maturacionais;

b) De recursos que municiam o funcionamento dos processos proximais: compreendem as habilidades adquiridas no curso do desenvolvimento, incluindo as experiência e conhecimento dispostos para a efetividade dos processos proximais;

c) De demanda: constituindo-se de elementos que podem influenciar as reações do contexto social (estimulando ou desencorajando) de modo a fortalecer ou romper a atuação dos processos proximais.

A pessoa na Teoria Bioecológica, é dotada de características determinadas biopsicologicamente e constituídas nas experiências com o ambiente, estruturadas enquanto produto das relações e produtoras do desenvolvimento. Vai se constituindo enquanto forma, força, conteúdo e direção dos processos proximais e é resultado da conexão dos elementos processo, contexto e tempo (POLETTI; KOLLER, 2008).

Assim, esse núcleo da teoria está relacionado com a estabilidade e transformação nas características biopsicológicas da pessoa durante seu percurso de vida (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998).

Através da compreensão de imprevisibilidade, entende-se que duas pessoas em desenvolvimento podem apresentar os mesmos atributos de recurso, porém com trajetórias totalmente diferentes, isso pode ser resultado de incentivos ao sucesso, acompanhamento das atividades e tarefas de forma diferenciada. Nesta perspectiva, Tudge define essas considerações como:

Longe de ser um teórico sobre as influências contextuais no desenvolvimento, Bronfenbrenner forneceu uma ideia clara de como indivíduos mudam seu contexto: ou de uma forma relativamente passiva (uma pessoa muda o ambiente simplesmente por nele estar, visto que outros a ele ou ela reagem diferentemente, em função de sua idade, gênero, cor da pele, etc.), ou de uma maneira mais ativa (as formas pelas quais a pessoa muda o ambiente estão relacionadas aos recursos físicos, mentais e emocionais que ele ou ela têm disponíveis) ou de uma forma ainda mais ativa (o quanto uma pessoa muda o ambiente está relacionado, em parte, com o seu desejo ou esforço para fazê-lo) (2008, p. 08).

A Teoria Bioecológica ressalta aspectos peculiares da pessoa evidenciando suas convicções, nível de atividade, temperamento, e ainda, metas e motivações que criam impactos nas experiências desenvolvidas no contexto, podendo emergir enquanto resultado da qualidade do ambiente de inserção.

Ressalta ainda elementos como gênero, cor da pele, etnia, os quais podem influenciar nas interações da pessoa e no modo em que irão se relacionar com outras

peças ou ainda no nível e qualidade das interações (OLIVEIRA, 2021; MARTINS; SZYMANSKI, 2004).

2.1.2.2 Processo

A ampliação da noção de processos proximais, é uma premissa precípua do paradigma bioecológico, na qual enfatiza-se que operam ao longo do tempo, enquanto núcleo primário que resultam em desenvolvimento Humano (DESSEN *et al.*, 2008).

Para o desenvolvimento acontecer, deve haver o envolvimento e engajamento da pessoa em uma atividade regular e decorrer por um período de tempo, suficientemente longo e, portanto, mais complexa. Os processos proximais são atividades do cotidiano que acontecem de forma engajada, destarte, os objetos, símbolos e pessoas presentes no contexto imediato com os quais a pessoa interage oferta estímulo, resultando no estabelecimento de vínculos/interações cada vez mais complexos, despertando o interesse, atuando como propulsores do desenvolvimento.

Os processos proximais resultam das características idiossincráticas da pessoa, do contexto de pertencimento ou de onde estabelece interações, marcado pelo decurso do tempo. Ou seja, para que os processos proximais sejam efetivos é salutar que a pessoa desenvolva atividades constantes e ininterrupta e em um determinado período de tempo.

Uma característica importante está relacionada com a qualidade e o nível das relações para se considerar processos proximais, uma vez que é fundamental ter um certo grau de dificuldade e não caracterizar uma ação repetitiva. Outrossim, os processos proximais têm relação com a competência e disfunção e, para isso, dependerá da qualidade das interações estabelecidas entre as pessoas e destas com os objetos e símbolos reciprocamente presentes no ambiente desenvolvimental.

Como competência compreende-se a capacidade da pessoa em adquirir e ampliar as suas qualidades, capacidades e habilidades de conhecimento. Por conseguinte, as disfunções estão relacionadas às dificuldades apresentadas e enfrentadas no curso do desenvolvimento. Nos processos proximais acontecem o fenômeno da aprendizagem enquanto competência, possibilitando a ampliação das habilidades e melhor compreensão da realidade de inserção (OLIVEIRA, 2021).

A natureza biodirecional expressa-se no processo proximal com referência genética associada ao potencial ambiental, a forma peculiar das interações entre as pessoas e o seu ambiente físico, psicológico e social pode elucidar como as pessoas se envolvem em uma dada

situação, ou seja, esses elementos auxiliam analisar como as pessoas são influenciadas e influenciam as interações.

A função e a característica do ambiente também possuem efeitos no desenvolvimento, necessitando de verificações. Assim, Dessen *et al.* (2016) considera nesse interjogo: a) as percepções individuais e as suas respostas aos eventos; b) o controle da direção do comportamento; c) o manejo das situações de estresse, se bem sucedido; d) a aprendizagem e aquisição de conhecimentos e habilidades; e) a manutenção e equilíbrio de relações mútuas e f) as transformações e construções do ambiente social, físico e simbólico.

2.1.2.3 Contexto

Na Teoria Bioecológica, o contexto consiste nos ambientes em que a pessoa está interligada de forma direta ou indiretamente. Isto é, “trata-se de estruturas organizadas como um conjunto de sistemas que atuam interdependente, vistos como encaixe de estruturas concêntricas, em que uma se encaixa na outra” (BRONFENBRENNER, 1986, p. 18).

Os elementos que compõem o contexto relacionam-se entre si e fazem parte dos ambientes imediatos até aos mais longínquos, não se limitando às interações face a face, mas envolve outros ambientes.

Esse componente do modelo bioecológico, possui como foco de análise a interação a partir de quatro níveis ambientais, denominados: microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. Assim, os processos proximais são estabelecidos nos microssistemas, onde as relações são imediatas e desenvolvidas face a face.

O foco investigativo no microssistema deve considerar a análise dos processos proximais definidos por um mesmo indivíduo ou grupo em microssistemas distintos, este enfoque prever a observação de elementos do meso, exo ou macrosistema que interajam com os processos proximais em destaque (COSCONI, 2018).

O mesossistema é composto por dois ou mais microssistemas constituídos a partir da participação da pessoa nesses ambientes de forma ativa, ampliando-se sempre que houver a presença e participação em um novo ambiente, processos que ocorrem de forma interdependente. Assim, a interação é influenciada pelo contexto, mas também pelas influências advindas desses outros ambientes.

As estruturas sociais formais e informações são elementos que caracterizam o exossistema que, apesar da pessoa em desenvolvimento não participar diretamente, desempenha influência indireta em sua vida. Alguns exossistemas são reconhecidos pela

literatura como mais importantes quando se refere à infância: o trabalho dos pais, a rede de apoio social e a comunidade (POLETTI; KOLLER, 2008)

Por conseguinte, o macrosistema é o sistema concebido como o mais distante da pessoa e engloba os sistemas de valores e crenças de uma cultura ou subcultura, composto por padrões globais de ideologias, religiões, costumes, estilo de vida, estruturas de oportunidades, acontecimentos históricos, obstáculos e opções.

Ainda, para as autoras supracitadas, os valores e as crenças transmitidos pela família de origem, o contexto atual de imersão influenciam na educação de seus filhos e compõem os processos do macrosistema.

2.1.2.4 Tempo

O tempo é identificado na Teoria como cronossistema, para fazer referência as transições vivenciadas pela pessoa, ainda, ao processo de eventos que acontecem em um espaço de tempo específico, incidindo em todas as etapas do desenvolvimento.

O tempo está relacionado aos marcos históricos que ocorrem no desenvolvimento da pessoa, impactando todos os demais sistemas conectados.

Na teoria de Bronfenbrenner, o nível cronossistêmico é empregado para possibilitar a compreensão das modificações que ocorrem ao longo do tempo, o que ressalta a passagem do tempo no contexto de desenvolvimento da pessoa e na sociedade em geral em qualquer direção, podendo ser positiva ou negativa (DESSEN, 2016).

O elemento tempo, possui caráter histórico, ou seja, as transformações, fatos e mudanças ocorrem através de eventos marcados no transcurso do tempo. Assim, eventos históricos influenciam o curso do desenvolvimento humano e incidem no movimento de grandes grupos, em qualquer direção, e este processo deixa raiz profunda na sociedade.

O tempo compreende dois sentidos: processo microgenético de interação, operando entre os indivíduos em desenvolvimento e com as pessoas com as quais convive no dia-a-dia e a passagem do tempo histórico, o qual marca e estrutura os diferentes sistemas culturais (DESSEN *et al.*, 2016).

Como forma de auxiliar na compreensão dos processos de desenvolvimento humano, no qual podem existir continuidades e mudanças, tanto no contexto atual da pessoa como entre as gerações, Bronfenbrenner (1999) evidencia três níveis de tempo: o micro, o meso e o macro.

Na Teoria Bioecológica, o microtempo representa o tempo imediato, às continuidades e descontinuidades, encontradas nos processos proximais. Assim, esse processo será efetivado a partir da continuidade das relações, que se dão de maneira regular e cada vez mais complexas.

No que se refere ao mesotempo, considera-se a periodicidade das ocorrências em grandes intervalos de tempo, dias, semanas e meses. Inclui a constância e a extensão de tempo referentes ao estabelecimento dos processos proximais. No que se refere ao macrotempo, este relaciona com os fatos históricos, que incidem nos pequenos e nos grandes grupos (CONSCIONE, 2018).

Após a explicitação dos conceitos teóricos da PPTC, é importante entender como os fatores de risco e proteção agem neste interjogo a partir da concepção da bioecologia do desenvolvimento humano

2.2 Conceituando fatores de risco e proteção para a compreensão bioecológica do desenvolvimento humano

Os fatores de risco e proteção são categorias de estudos marcados pelo caráter bidirecional e dinâmico, devendo considerar a imprevisibilidade de suas ocorrências nos eventos de vida da pessoa.

Estão estruturados nesta pesquisa enquanto chaves de diálogos para a compreensão do desenvolvimento no contexto e, portanto, possibilitam a compreensão bioecológica dos acontecimentos ao considerar a forma como as pessoas percebem e enfrentam suas experiências de vida, mas também evidenciam os processos e a influência do contexto-tempo no desenvolvimento da pessoa.

Portanto, devido serem confundidos entre si serão abordados, didaticamente, a partir de suas conceituações.

2.2.1 Fatores de risco

Cada pessoa, em algum momento da vida, irá vivenciar acontecimentos com efeitos negativos em suas trajetórias.

Os eventos de crise ou estressores são inevitáveis e desencadeados em algum momento no curso da vida, podendo ocasionar repercussões significativas na saúde biopsicológica e na qualidade das inter-relações. Destarte, a percepção individual das

ocorrências e suas interpretações caracterizarão o sentido atribuído ao vivido (PESCE *et al.*, 2004).

Nas análises dos fatores de risco, deve sobressair a heterogeneidade de cada evento, conduzindo o foco para a intensidade e exposição, o contexto das ocorrências e os limites subjetivos de tolerância ao estresse, enquanto idiosincrasia individual.

Assim, é salutar considerar não somente a exposição da pessoa a determinadas situações, mas como afetou sua vida, ressaltando que os eventos agudos são os maiores indicadores de consequências negativas, se comparar às situações de cronicidade presente no contexto onde a pessoa já esteja inserida e tenha habilidades para lidar com os elementos do ambiente ecológico (GARMEZ, 1988).

A literatura recente classifica os fatores de risco como um processo que envolve uma constelação de eventos associados, com variáveis próprias e seus resultados deverão considerar o número de vezes a que a pessoa foi exposta, o período de tempo, as características da pessoa no advento do ocorrido e contexto da ocorrência (PESCE *et al.*, 2004).

Isto é, os fatores de risco possuem intrínseca relação com acontecimentos que podem ocasionar características de negatividade com potencial de dano ao desenvolvimento da pessoa, podendo ser resultado de um único acontecimento ou a conjugação de vários eventos estressores associados entre si.

Os eventos adversos podem ocorrer em diversos contextos, podendo emergir a partir das condições socioeconômicas e educacionais, gerando alto nível de intolerância com repercussões sociais, físicas e emocionais.

Quando se refere a infância, tais experiências, como a fragilização dos vínculos familiares, a separação dos pais, violência intrafamiliar, podem caracterizar fatores de risco com interferência no desenvolvimento infantil com consequências significativas na trajetória de vida (MARTINS, 2016; POLETTO; KOLLER, 2008; HABIGZANG *et al.*, 2006; CECCONELLO, 2003).

Destarte, os fatores de risco são associados a probabilidade de o resultado do desenvolvimento ser negativo, atuando enquanto condições ou variáveis capazes de paralisar o desenvolvimento de competências adaptativas. É compreendido na literatura enquanto fator que atua na vida das pessoas ocasionando desordem, desequilíbrio, comportamentos desadaptados, interferindo nas interrelações, no contexto e, portanto, no desenvolvimento da pessoa (POLETTO; KOLLER, 2008).

Os pesquisadores salientam a necessidade de identificar precocemente os fatores de risco que incidem na desadaptação da pessoa com vista no desenvolvimento de competências para a superação ou enfrentamento das situações adversas.

Quanto a avaliação dos fatores de risco, estes devem ser avaliados probabilisticamente, dentro do contexto como forma de evitar compreensões que, muitas vezes, estão engendradas em macrossistemas e que tornam esses fatores deterministas, reducionistas e fatalistas.

Nessas análises, considera-se a imprevisibilidade das ocorrências, uma vez que o futuro comporta incertezas, destacando que mesmo diante de fatores objetivos, os aspectos subjetivos também interagem conjuntamente ao que se deseja ou que se quer evitar que aconteça (ROCHA, 2018).

Para contribuir com uma análise mais adequada sobre esses fatores é necessário considerar o contexto ecológico, enquanto ambiente que poderá contribuir para o enfrentamento ou não das adversidades, a qualidade dos processos proximais e a incidência dos elementos presentes nos sistemas próximos ou distantes, articulados com o tempo presente e histórico.

Embora algumas situações sejam consideradas causadoras de risco a integridade da pessoa, o seu grau de impacto irá depender dos processos Psicológicos, comportamentais e do grau dos efeitos negativos. Como a pessoa irá reagir aos eventos estressores irá depender do seu contexto, da rede de apoio social e afetiva, da maturação biopsicológica e de suas competências adquiridas através da experiência.

[...] uma análise ecológica do evento, dos processos, do momento histórico e da pessoa é indispensável. Risco e proteção, assim como o processo de resiliência, não são necessariamente entidades estáticas: podem ser elásticas e mutáveis por natureza. (POLETO; KOLLER, 2003, pg 409).

A adoção subjetiva da concepção de fatores de risco deve assegurar a ideia de que nem sempre um evento adverso pode ser percebido da mesma forma, sendo que, um acontecimento pode ser estressor para uma pessoa e para a outra não ocasionar nenhuma repercussão negativa.

No que se refere aos ambientes ecológicos de pertencimento, como o familiar, há consenso de que a família pode ser concebida como um ambiente de desenvolvimento pela sua função de estabelecer relações proximais importantes para construção da afetividade, saúde psicológica, sentimento de segurança, autoimagem positiva e proteção, porém, a presença de

algumas variáveis dentro desse contexto pode torná-lo de risco e, portanto, ser prejudicial a seus membros.

Chama-se, aqui, a atenção para a adaptação desta concepção como pertinente para os demais contextos como o escolar, comunitário, institucional, religioso onde se estabelecem relações vinculantes, face a face. Ressaltando a ideia de imprevisibilidade, onde para algumas pessoas determinados contextos podem ser percebidos como de proteção e para outras o mesmo ambiente pode ser hostil, com presenças de risco.

Enquanto dimensão que apresenta elementos importantes para as análises dos fatores de risco, torna-se salutar ressaltar as características individuais da pessoa em desenvolvimento, como sexo, idade, etnia, crenças, ocupação/atividade e valores enquanto componentes que influenciam o contexto, as experiências e a forma com a qual os outros irão lidar com ela nos micros e nos macroambientes (MARTINS, 2016).

As orientações dos estudiosos pela temática, são direcionadas para a superação do determinismo social e do fatalismo, onde as pessoas que vivenciam situações desvantajosas ao pleno desenvolvimento sejam vistas como vítimas de processos injustos, sem reforçar as ações capazes de resgatar e fortalecer suas dimensões sadias que impulsionam para a luta e superação de suas dores e sofrimentos (CRESTANI; ROCHA, 2018; POLETTO; KOLLER, 2008).

Outrossim, não se pode negligenciar as consequências negativas da escassez de recursos e segurança presentes em contextos de miséria e pobreza enquanto fatores que ocasionam risco e vulnerabilidade social e, se conjugado com a violência, construto social que normalmente soma-se a esses ambientes devido ao estresse, potencializam os efeitos.

Essa perspectiva possibilita ultrapassar os aspectos macrossistêmicos que, de forma preconceituosa, reduz a capacidade vital das pessoas as ocorrências negativas de suas histórias, desconsiderando a imprevisibilidade das estratégias de superação das adversidades.

Assim, é salutar compreender os fatores de proteção como forma de elucidar os eventos que contribuem para o sobrepujamento das ocorrências negativas.

2.2.2 Fatores de Proteção

Fatores de Proteção não são uma “química de momento”, mas a maneira com a qual a pessoa percebe, sente e lida com as transformações em sua vida, com o sentido e sentimento empregado às suas experiências, e a forma que ela reage às circunstâncias adversas (POLETTO; KOLLER, 2008).

Para os estudos dos fatores protetivos, orienta-se a compreensão do ponto de vista bioecológico, que considera os processos proximais como mediadores do desenvolvimento e, portanto, responsáveis pela forma com a qual as pessoas irão perceber e enfrentar suas vivências.

A incidência do tempo presente e histórico, do contexto de inserção também corroboram para a concepção de que os fatores de proteção ocorrem enquanto processos, por associarem-se a diferentes elementos interdependentes, modificando o curso de vida da pessoa, conduzindo a sentidos de cuidado e na elaboração de estratégias de enfrentamento ou anteparo ao risco (SERTORI, 2021; POLETTI; KOLLER, 2008).

Os fatores de proteção alteram a resposta de uma experiência de risco, levando a modificação catalítica, conduzindo ao fortalecimento da pessoa frente aos possíveis efeitos negativos das ocorrências, portanto, integram o ecossistema fornecendo elementos que atuam no processo de resiliência.

Outrossim, os fatores de proteção são desenvolvidos na presença de estressores, pois atuam no combate aos efeitos negativos e, portanto, leva a pessoa a alteração do comportamento, ajudando na resolução dos problemas e em experiências de proteção (PEREIRA *et al.*, 2018).

Alguns pesquisadores sobre a temática como Poletto e Koller (2008), Cecconelo (2003), Borges e Zingler (2013) destacam três fatores de proteção que, de forma interdependente, atuam na vida das pessoas ajudando na resposta positiva durante o curso do desenvolvimento, a saber: a) os atributos pessoais ou disposicionais, nos quais encontram-se a autoestima, bem-estar, orientação social positiva, representação de afeto positivo, competência emocional e inteligência; b) rede de apoio social na qual é composta pelos recursos individuais e institucionais, que fortalecem as pessoas, encorajam a lidar com as situações adversas da vida; c) coesão familiar que retrata a ausência de negligência e possibilidade de manejar os conflitos, com a participação do adulto na vida da criança de forma responsiva, com laços fortalecidos no sistema familiar ou em outros contextos onde exista apoio emocional.

A rede de apoio social e afetiva deve ser estruturada para atuar na vida das pessoas de forma flexível e protetiva, podendo ser caracterizada pelos contextos das instituições de ensino, trabalho, igrejas, abrigos, equipamentos sociais/urbanos, dentre outros.

Nesta perspectiva, a literatura, reiteradamente adverte que, somente os fatores de proteção possuem relação com a resiliência capazes de encorajar a pessoa a se engajar na superação e enfrentamento das adversidades, porém é consenso a compreensão de que os fatores

protetivos possuem interação com os fatores de risco, possibilitando ou não a promoção da saúde do indivíduo (DUPONT *et al.*, 2021; MARTINS, 2011; POLETO; KOLLER, 2008).

Definir efetivamente risco e proteção é uma tarefa que necessita de análises contextualizadas e minuciosas, pois a combinação entre eles e de seus efeitos são marcados pela imprevisibilidade das interações de múltiplos elementos (SERTORI, 2021).

Outrossim, os fatores protetivos não atuam para eliminar os riscos presentes nos contextos de pertencimento e nem levam a pessoa a ser invulnerável às crises e conflitos, possuem como função auxiliar a pessoa a administrar as ocorrências estressantes, de forma que possa sair fortalecida e com equilíbrio socioafetivo.

O enfoque tradicionalista em eventos agressivos à saúde das pessoas é um fator que promove lacunas nos estudos dos fatores de proteção. Quando se refere a violência, esse desinteresse se agrava devido à ausência de estudos que possam contribuir para a identificação de fatores que promovem a superação das ocorrências e das respectivas repercussões negativas na saúde mental das vítimas (BORGES; ZIMGLER, 2013).

De acordo com as definições de Borges e Zingler (2013) sobre fatores protetivos, estes os consideram como mecanismo que uma pessoa possui de forma intrínseca ou capta do ambiente em que vive, contribuindo na superação dos riscos de desadaptação.

Portanto, feito o percurso teórico que delimitam os conceitos fatores de risco e proteção no contexto das temáticas que se propõem a estudar, torna-se precípuo discutir com os aportes do estado da arte que elucidam o fenômeno da violência sexual, sobretudo o abuso sexual, praticado contra as crianças e adolescentes, enquanto conhecimentos que apontam para uma compreensão ampliada e consistente quanto a seus efeitos na vida de mulheres adultas e as novas perspectivas de compreensões quanto aos processos de resiliência que irrompe com as perspectivas de adoecimentos e determinismos.

2.3 Fundamentos Teóricos dos Estudos sobre a Violência Sexual na Infância e Adolescência, Impactos e Processos de Resiliência

Para compreender as facetas do abuso sexual praticado contra a infância é fundamental tecer algumas considerações sobre a violência, sobretudo a sexual, uma vez que possui raízes marcadas nos acontecimentos históricos e atuais, mas também resultado de estruturas macrosistêmicas que operam nos micro ambientes e que moldam as inter-relações.

Numa perspectiva de estudos em contextos, busca-se elucidar os impactos do abuso sexual ocorrido na infância e suas repercussões na vida de mulheres adultas, ainda, os processos de resiliência que conduziram a cura e ajudou a sobrepujar os eventos adversos.

2.3.1 A Violência Sexual contra as crianças e adolescentes

A violência é considerada um fenômeno multideterminado e complexo, que atinge todos os setores sociais, países e culturas (SACRAMENTO; REZENDE, 2006), suas raízes e impactos são múltiplos, graves e com repercussões, notadamente, mundiais. Enquanto objeto de estudos de diversas disciplinas, muito por conta de seus impactos negativo na vida das vítimas, a violência possui variados conceitos e interpretações.

Chauí (1999, p.3), ao definir a violência ressalta:

- 1 - tudo que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar);
- 2 – todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar);
- 3 – todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar);
- 4 – todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade defini como justo e como direito.

Assim, a violência possui natureza polissêmica, com caráter de imprevisibilidade, podendo ser empregado em muitos contextos sociais. Por ser uma questão social, torna-se passível de verificações em diversos campos de investigação e saber e, esta relação multidisciplinar ocasiona em desafios para a conceituação e, portanto, para a sua tipificação.

Para orientar a pesquisa em foco, adotou-se os pressupostos sobre violência da Organização Mundial da Saúde OMS (2002) que compreende a violência enquanto elemento que compõem as relações de poder, portanto, resultado de um conjunto de acontecimentos anteriores com notáveis repercussões atuais, realçando os processos tempo-contexto.

Em seu Relatório Mundial sobre a Violência e Saúde, a OMS (2002) considera a violência como um problema de saúde pública, resultante do uso intencional da força física ou do poder, de maneira real ou por ameaças, contra a própria pessoa, ou outra pessoa, comunidade ou grupo, com probabilidade de interferir na qualidade de vida das pessoas, podendo apresentar danos físicos, psíquicas, morais e alterações no desenvolvimento das pessoas (WILLIANS; ARAÚJO, 2009; DAHLBERG; KRUG, 2006; MINAYO, 2005; BRASIL, 2001).

A violência também pode ser definida como uma ação que utiliza palavras para ferir as pessoas, o uso abusivo e injusto do poder, o uso da força marcando o corpo com ferimentos,

sofrimentos e tortura e, como em alguns casos, a morte. Destarte, segundo Maldonado (2002, p.9) “é necessário distinguir a violência estrutural, sistêmica e a doméstica”.

Assim, a violência estrutural diz respeito a incidência de decisões histórico-econômicas e sociais na vida das crianças, ocasionando em vulnerabilidades para o crescimento e desenvolvimento. Devido ao seu caráter perene essa expressão da violência é socialmente naturalizada, invisibilizando a ação dos sujeitos políticos e suas responsabilizações. A maior expressão da violência estrutural apresenta-se na incidência de crianças e suas famílias vivendo na pobreza e precárias condições de vida.

A violência sistêmica considera o autoritarismo como uma prática excessiva, com profundas raízes constituídas e fixada no tempo histórico, enquanto herança do Brasil colonial que perdura nos dias de hoje. Desta maneira, a naturalização da violência sistêmica, revela o movimento de negar contextos históricos, que decorreram no tempo, disseminando raízes fecundas que operam, nas relações do tempo presente.

A violência doméstica, segundo Maldonado (2002, p.13) “é o abuso do poder exercido pelos pais ou responsáveis pela criança e adolescente”. Essa violência baseia-se nas relações assimétricas de poder e no subjugamento da criança e adolescente enquanto seres afetivos e com direitos de expressão.

A partir dessas prerrogativas, observa-se a gradação dos acontecimentos históricos estruturando contextos atuais, impregnado nas macroculturas com incidência nas interações dos microgrupos e em suas subculturas. Portanto, desvela-se o rosto sistêmico da violência nas sociedades em geral.

Autoras brasileiras definem a violência contra a criança e adolescente como toda ação ou omissão perpetrados por pais, cuidadores, familiares, demais pessoas e instituições que ocasionam agravos ou danos físicos, sexuais e psicológicos na vítima, implicando em transgressão no poder/dever do adulto e da sociedade que deveriam proteger e cuidar, negando o direito de crescerem em condições especiais favoráveis ao pleno desenvolvimento (MINAYO, 2001; GUERRA, 1996; ASSIS, 1994; DESLANDES, 1994).

A violência contra as crianças e adolescentes compreende todas as formas de maus tratos que acontece a partir de uma relação de responsabilidade ou de poder que ocasione impactos à dignidade, saúde e desenvolvimento de crianças e adolescentes (MACEDO *et al.*, 2019).

É relevante ressaltar os fatores sociais, políticos e econômicos que ocorreram ao longo do tempo e os que são observados na sociedade atual que acarretam em transformações na forma de pensar a infância, construindo o entendimento de diferentes tipos de infância.

Do mesmo modo, para que a humanidade chegasse à consciência de que a criança e o adolescente fossem portadores de cidadania, superando os pensamentos medievais, foi fundamental as articulações e mobilizações dos movimentos sociais pela cidadania, consagrado em 1789, na Revolução Francesa, e das diversas manifestações e reivindicações conjuntas ao movimento feminino e ao movimento pela cidadania da infância e adolescente (LUSTIG, 2014; MINAYO, 2001).

A violência contra as crianças e adolescentes remonta a trajetória da humanidade, presente nos registros mais primitivos, sob inúmeras formas de expressões e adaptando-se às particularidades das culturas e ao momento histórico, destarte, é comum encontrarmos nos registros históricos a eliminação de crianças e adolescentes através da prática do infanticídio e do homicídio (MINAYO, 2001; ASSIS, 1994).

Como resultado das mais remotas relações estabelecidas com a criança, a violência contra elas e aos adolescentes possui incidência na forma com a qual os diversos contextos lidam com eles, logo o caráter autoritário dos pais de decidirem sobre suas vidas, vinculado aos processos educativos como respostas a rebeldia e desobediências, configuram a qualidade das relações e, portanto, influenciam nos processos proximais.

Apesar da sociedade ter se fundado a partir da violência contra a criança e adolescente, paulatinamente esse comportamento passou a sofrer sanções da sociedade (MINAYO, 2001). Embora muito se tenha percorrido, na perspectiva ideológica, existe a ideia de que atualmente sejamos mais respeitosos com as crianças do que nos séculos anteriores.

Ressalta-se que, se no decurso da história existiu a prática do infanticídio, os espancamentos, incestos, mutilações, na atualidade as crianças continuam sofrendo e são submetidas à fome, a privação educacional, acesso precário a moradia, e a diversas formas de indignidade (GUERRA, 1996).

Áriès, autor de notável renome na história social Francesa, recupera o entendimento do fenômeno da violência desde os tempos mais antigos e sustenta a ideia de que na sociedade tradicional a criança se misturava ao convívio social e aos adultos, sem ter que corresponder às pressões e opressões da família, portanto não sofria as violências decorrentes do confinamento familiar e assim vivia mais feliz (1978 apud MINAYO, 2001).

Segundo o mesmo autor, a criação da condição de “criança”, ocasionou o seu confinamento e a severos castigos por conta das exigências educacionais. Hoje, entende-se que a violência é utilizada principalmente para manter a família unida e regular a homeostase afetiva e coletiva.

A concepção de que as crianças se desenvolvem de forma gradual e articulada, que são seres que possuem integridade e em processo de aprendizagem, tem contribuído para a elaboração de documentos oficiais e aportes teóricos contribuindo para a evidência da criança enquanto um ser integrante e participante da sociedade, saindo do anonimato, reconhecendo-a enquanto ser participativo, ativo, com desejos e idiossincrasias próprias e que necessita ser incluída nos processos participativos, com direitos de autonomia e protagonismo.

As formas mais presentes da violência contra a criança e adolescente estão relacionadas à negligência física, psicológica e a sexual, porém a partir da promulgação da Lei n. 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), a infância e a adolescência foram reconhecidas como etapa de desenvolvimento devendo ser respeitada e protegida integralmente a fim de lhes proporcionar a garantia do desenvolvimento a partir de condições de liberdade e dignidade.

Estatísticas realizadas demonstram que os índices de violência contra as crianças e adolescentes apontam para um cenário mundial de preocupações e advertem para a vulnerabilidade e risco desses a violência, ainda, as meninas são as principais vítimas desse tipo de ocorrências ao comparar com as denúncias em meninos (CRUZ *et al.*, 2021; LIMA; ALBERTO, 2015).

Segundo relatório que copilou os dados dos países do Reino Unido durante o período de 2016 a 2017 foram identificadas 54.846 mil denúncias de violência sexual contra pessoas com idades inferiores a 18 anos, indicando crescimento ao passar dos anos e na Nova Zelândia, ainda durante o mesmo período, a realidade também é de crescimento no número das denúncias identificadas através das informações e acolhimentos às vítimas de abuso sexual.

A verdadeira incidência da violência sexual é desconhecida, acredita-se que deve estar relacionada a subnotificações e subregistros em todo o mundo, tendo como exemplo os EUA estima-se que ocorra a cada 6,4 minutos e que uma em cada quatro mulheres já tenha vivenciado algum tipo de contato sexual sem seu consentimento na infância ou adolescência, assim a cada ano cerca de 200 mil crianças americanas sofrem com o abuso sexual (DREZET, *et al.*, 2001).

Quanto ao Brasil, os estudos sobre a violência sexual é relativamente recente e vem despertando os interesses dos pesquisadores, instituições e políticos, foi somente a partir de 1980 com estudos voltados para caracterização da ocorrência, níveis de incidência, características e perfil dos autores da violência (MARTINS, 2011).

Como em outros países, acredita-se que, a incidência da violência sexual seja imprecisa devido à falta de notificações ou existência significativa das subnotificações desse tipo de violência, porém estudos têm associado a violência sexual a cultura do silêncio que rodeia a vítima, deixando-a reticente para se queixar.

A naturalização das relações de poder intergêneros, os papéis tradicionais de gênero, a legitimidade do trato com as mulheres a partir de subjugamentos e subalternidades agregam influências nas ocorrências da violência sexual (MARTINS, 2011).

[...] a “nossa sociedade é tolerante com a violência, incorpora-a a seu cotidiano, de forma tal que não nos espantamos mais com as notícias de brutalidades sexuais cometidas indiscriminadamente contra a infância”, alerta Damergian (1986, p. 3).

Assim, pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgadas no ano de 2021 demonstrou que mais de 20% das adolescentes com idades entre 13 a 17 anos relataram já terem sido tocadas, beijadas, manipuladas ou terem tido partes do corpo expostas sem o seu consentimento, sendo que 8,8% das meninas nessas faixas etárias dizem terem sido forçadas ao sexo.

Ao comparar estudantes da rede privada com a rede pública, os relatos da violência sexual foram maiores dos estudantes do ensino privado do que os da rede pública: 16,3% contra 14,4%.

Conforme o ECA (BRASIL, 1990), em seu artigo n.13, os registros de denúncias ou de suspeitas ou a própria confirmação da violência devem ser tratadas de forma compulsória e reportadas ao Conselho Tutelar, por ser o órgão de referência para as denúncias dos casos, seus acolhimentos e encaminhamentos aos serviços de atendimentos, podendo notificar outras Instituições cujos serviços devem ser articulados com o Conselho Tutelar, como as Delegacias de Proteção da Criança e do Adolescente e o Ministério Público.

Como as demais expressões da violência, com caráter histórico e marcadamente presente nas trajetórias da humanidade, a violência contra as crianças e adolescentes é um fenômeno que se revela mundialmente e apresenta-se de forma multifacetada, velada, sutil e silenciosa, praticada contra todos os sexos e opera nos mais diversos contextos, classes sociais, etnias, cultura e religião.

2.3.2 Abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes: cenários atuais de preocupações

Entre as múltiplas formas de revelação da violência, o abuso sexual é a que mais causa repercussões, perplexidades e comoção social, sendo as mulheres, sobre tudo crianças e adolescentes do sexo feminino, as maiores vítimas desse crime (DREZETT *et al.*, 2001; CRUZ *et al.*, 2021; OLIVEIRA *et al.*, 2020; RIBEIRO, 2019a, 2019b; BRASIL, 2015; BORGES; ZINGLER, 2013; MINAYO, 2006; SCHRAIBER *et al.*, 2003).

Quanto ao abuso sexual praticado contra a criança e adolescente, compreende-se como todo ato indevido e ou excessivo, enquanto uma ação perversa, pauta-se numa relação revestida de poder, coerção, dominação e que se apropria da autoridade sobre a criança ou adolescente.

O abuso é uma das expressões da violência, a qual tem sido uma constante na realidade brasileira, com altos índices de denúncias e revelações e tem atingido indiscriminadamente a infância.

No dia 18 de maio de 2022, o portal G1 Amazonas publicou uma matéria onde apresenta dados assustadores quanto a violência sexual infantil, onde somente no primeiro quadrimestre de 2022, foram contabilizadas 462 ocorrências, 67 a mais do que o registrado nos quatros primeiros meses de 2021, ou seja, ouve aumento de 17% em relação ao mesmo período do ano passado.

Esses dados revelam preocupações sociais em todos os setores, sobre tudo na saúde devido ao potencial de danos e repercussões no curso de vida das vítimas, podendo ocasionar traumas, transtornos, e até mesmo levar a vítima a sucumbir diante dos efeitos negativos.

As análises dessa violência devem ser contextualizadas, considerando os diversos fatores que atuam de maneira interdependentes, os conjuntos de sistemas que se interrelacionam, devendo incluir as condições, situações e modo de vida em cada contexto de pertencimento (MINAYO, 2005).

O abuso sexual viola a existência das vítimas, estremece suas histórias de vida, impactam a dignidade sexual e busca a objetificação do corpo para fins sexuais. É concebida pelos estudiosos como um complexo problema de saúde pública pelos dados de incidência e prevalência na população, seu caráter danoso e agravante ocasiona impactos significativos na vítima, prejudicando o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social, comportamental (RIBEIRO, 2019a; SANTOS *et al.*, 2018; FLORENTINO, 2015; DREZETT *et al.*, 2001;).

Estudos têm comprovado que o abuso sexual ocorre frequentemente dentro do ambiente familiar (DREZETT *et al.*, 2021; SERAFIM *et al.*, 2011; BORGES; DELL'AGLIO, 2008). No Brasil, os dados dos anos de 2015 e 2016 obtidos a partir de denúncias revelam que a maioria das ocorrências de violência contra a criança aconteceram por meio de abuso sexual praticado no lar das vítimas e perpetrados pelos genitores (CRUZ *et al.*, 2021).

Outrossim, apresenta-se como salutar considerar nas análises a função e papel da família para o desenvolvimento da criança, uma vez que o ambiente familiar pode ser percebido por elas como um contexto hostil e agressivo.

Embasados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, documento relevante para a análise da conjuntura de violências no país, publicado em 21 de agosto de 2022, 82,5% dos crimes contra a dignidade sexual da criança foram praticados por pessoas conhecidas e 17,5% por pessoas desconhecidas. Ainda, segundo o mesmo relatório, 76,5% dos abusos sexuais ocorreram dentro de suas casas.

Nas análises dos principais perpetradores de abusos sexuais, está a figura do pai, do avô, do padrasto e do tio (HABIGZANG *et al.*, 2011; SERAFIM *et al.*, 2011). Neste caso o abuso sexual pode caracterizar-se como um episódio incestuoso, uma vez que prevalece dentro do âmbito familiar sendo atentado por figuras próximas da criança ou do adolescente e com vínculos afetivos.

Em seus estudos, Minayo (2006, p. 89) colabora com a temática e afirma que:

“[...] a violência sexual é uma das formas de abuso frequente no ambiente familiar, acometendo principalmente as meninas, e os agressores são o pai, o padrasto, ou ainda, pessoas conhecidas e do relacionamento familiar com a vítima”.

Ainda, pode ocorrer também no contexto intrafamiliar, quando é perpetrado por uma figura de cuidado, com trocas afetivas próximas e a violência extrafamiliar cometida por pessoas desconhecimentos (BORGES; ZINGLER, 2013).

Corroborando com esse pensamento a concepção de que os abusos sexuais extrafamiliares têm menor tempo de duração se comparado ao abuso sexual intrafamiliar, assim o tempo de duração da violência dependerá do contexto onde for praticado (HABIGZANG, RAMOS; KOLLER, 2011).

O abuso sexual e a exploração sexual de crianças e adolescentes estão inseridos na categorial violência sexual, segundo o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes, aponta para os índices de abusos sexuais contra as crianças e

adolescentes devido a vulnerabilidade e a exposição dessas populações a essa violência (CRUZ, *et al.*, 2021).

O abuso sexual contra as crianças e adolescentes possui natureza social, pois é marcada pela forte influência da cultura e processo histórico em que ocorre, dificultando generalizar sua definição e expressão na sociedade, alerta Sanderson (2005).

O abuso sexual é compreendido como um evento traumático, executado a partir da força ou ameaça à criança e adolescente estando vulnerável a sequelas no desenvolvimento (BORGES; ZINGER, 2013).

Minayo (2006) classifica o abuso sexual como:

(...) ato ou jogo sexual que ocorre nas relações hetero ou homossexual e visa a estimular a vítima ou utilizá-la para obter excitação sexual e práticas eróticas, pornográficas e sexuais impostas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças. (p.82).

Para Ferrari e Vencina (2002, p.83), o abuso sexual envolve:

(...) os contatos entre uma criança/adolescente e um adulto (familiar ou não) nos quais se utiliza a criança e adolescente como objeto gratificante para as necessidades ou desejos sexuais dos adultos causando danos àqueles. Essa experiência poderá interferir no seu desenvolvimento, considerando que a criança e adolescente não têm ainda independência emocional e/ou maturidade plena para dar seu consentimento informado, o que nos leva a crer que sua participação foi obtida mediante coerção física ou psicológica violando os tabus sociais ou os papéis familiares.

Essa definição de abuso sexual converge com a compreensão de Sanderson sobre o assunto quando ressalta que:

(...) o envolvimento de crianças e adolescentes dependentes em atividades sexuais com adultos ou com qualquer pessoa um pouco mais velha ou maior, em que haja uma diferença de idade, de tamanho ou poder, em que a criança e usada como objeto sexual para a gratificação das necessidades ou dos desejos, para a qual ela é incapaz de dar um consentimento consciente por causa do desequilíbrio de poder, ou de qualquer capacidade mental ou física (2006, p.17).

O abuso sexual é considerado um constrangimento às pessoas do sexo feminino ao coito vaginal, através da violência ou ameaça (DREZETT *et al.*, 2001).

Uma das características do abuso sexual está na busca, pelo perpetrador, de fins sexuais. Sendo assim o abuso sexual está relacionado com o envolvimento em atividade sexual, de uma criança ou adolescente com uma pessoa em etapa do desenvolvimento mais adiante que o da vítima, buscando a satisfação sexual na criança/adolescente, podendo “acontecer na

ausência do contato sexual (voyeurismo, exibicionismo), com contato sexual sem penetração (toques, carícias e masturbação) ou com penetração sexual (vaginal, anal e oral)” (BORGES; ZINGLER, 2013).

Em síntese, o abuso sexual contra as crianças e adolescentes pode ser através de contatos físicos ou sem contato físico. O abuso sexual por contato físico ocorre mediante toques na genitália, mama, ânus, e ato sexual com ou sem penetração oral, vaginal ou anal (RIBEIRO, 2019b; FLORENTINO, 2015;). Ocorre também através do ato de beijar a criança inapropriadamente, excitar através de carícias e estímulos, tocar a genitália ou áreas íntimas da criança ou adolescente, masturbar a criança e fazê-la masturbar o abusador ou os dois se masturbarem, fazer sexo oral, introduzir na vagina com partes do corpo ou pênis, sodomia, inserir objetos nas partes íntimas e tirá-los, ejacular na criança, obrigar a criança a praticar sexo com outros adultos, animais e dentre outros (SANDERSON, 2005)

O abuso sexual sem contato físico abrange o exibicionismo, exposição indecente, voyeurismo, criação e exposição de figuras, imagens ou filmes pornográficos.

Porém, pode abranger tirar fotografias para serem utilizadas com fins pornográficos, dirigir palavras inapropriadas a crianças e vesti-la de forma a excitar o abusador, observá-la vestindo suas vestes ou em sua intimidade, mostrar nudez ou comportamentos sexuais a criança, insistir para que veja ou ouça cenas de sexo, estimular a criança a comportamentos de pedofilia, usar substâncias químicas para drogar a criança obter cenas sexualmente estimulantes como prelúdio ao ato violento, aliciamento de crianças (SAGAZ, 2008).

Para a Organização Mundial da Saúde OMS (2002), a pedofilia configura-se como práticas sexuais entre uma pessoa com idade maior que 16 anos com uma criança ou pré-adolescente entre 13 anos mais ou menos. O aliciamento é um movimento sutil de preparação da criança para o ato da violência sexual, é considerada a mais difícil de ser identificada.

2.3.3 As repercussões do abuso sexual na vida de criança e adolescentes

A perpetração da violência sexual na vida de qualquer pessoa é considerada um ato perverso, contra a criança e adolescente esse tipo de violência ocasiona revoltas e comoções, pois fragiliza o direito à liberdade, a crescer com integridade e dignidade sexual, atingindo os demais direitos fundamentais necessários a todo ser humano, como o direito à vida e à segurança.

Ressalta-se que crianças e adolescentes formam um extrato populacional mais vulnerável, sendo as principais vítimas de abusos sexuais e são expostos a situações de violência ou crimes contra sua dignidade humana e sexual (CRUZ *et al.*, 2021).

Porém, existem os mais vulneráveis entre os vulneráveis e ressalta-se a vulnerabilidade presente na vida das meninas, sobre tudo, as meninas negras, indígenas e empobrecidas. Mesmo superando a ideia de determinismo e linearidade, no contexto Amazônico, crianças e adolescentes que vivenciam dificuldades socioeconômicas, caracterizadas pela pobreza ou miséria, estão mais expostas às violações de seus direitos e aos diversos tipos de violência, sobretudo a sexual (RIBEIRO, 2019).

Pesquisas realizadas evidenciam os diversos problemas ocasionados pelo abuso sexual, tais como depressão, dificuldades nas interações sociais, ansiedade, impactos na afetividade, sexualidade, repercussões físicas, abalos no desenvolvimento emocional e cognitivo, podendo levar a óbito (DREZETT *et al.*, 2001; CRUZ *et al.*, 2021; OLIVEIRA *et al.*, 2020; MACEDO, *et al.*, 2019; RIBEIRO, 2019a). Esses autores ressaltam em seus estudos que a violência sexual ocasiona impactos físicos e emocionais nas crianças ou em adultos expostos a esse tipo de violência, prevendo reverberações nos sistemas de saúde devido as dimensões das repercussões.

Portanto, a violência, de todas as formas e manifestações, ocasiona graves impactos na saúde da vítima, neste caso o abuso sexual, contra a criança e adolescente não é diferente, porém possui um agravante peculiar – danos e agravos a sua integridade de crescer livre, protegida e de preservar sua dignidade infantil. É abalo inicial com grandes consequências nas demais etapas da vida (MARTINS, 2011).

Quando o abuso sexual é praticado contra crianças e adolescentes, estes podem apresentar prejuízos no desenvolvimento socioemocional e cognitivo, podendo sintomatizar “comportamento hipersexualizado, transtorno de estresse pós traumático, pensamento suicida, depressão, automutilação, tentativas de suicídio e suicídio, porém essas consequências podem surgir em curto ou longo prazo, ou podem ficar latentes” (RIBEIRO, 2019 b, p. 216).

Entre as diversas violências a que estão sujeitas as mulheres desde a infância e adolescência, a violência sexual se coloca, atualmente, como um fenômeno preocupante e alarmante.

O abuso sexual e suas repercussões na vida e saúde das vítimas é considerado como uma grave transgressão dos direitos humanos (FLORENTINO, 2015). Esse tipo de violência pode afetar a saúde física, psicológica, social e sexual das mulheres, com significativos

impactos nas esferas da vida cotidiana e de seus relacionamentos. Identificar a extensão e nível das consequências não é um trabalho fácil devido à ausência de pesquisas longitudinais que tenha como proposta acompanhar as vítimas por um longo prazo.

Porém, é importante considerar que as repercussões do abuso sexual podem estar relacionadas com a severidade do ocorrido, variando de acordo com as características e condições de cada pessoa, como: idade do início da violência, a duração e quantidade de vezes em que ocorreu o abuso, o grau de violência na ocasião da situação, a idade entre o autor da violência e a que sofreu, vínculo entre quem cometeu e a que sofreu o abuso, ameaças quanto a revelação do abuso (NASCIMENTO; CONSTRANDADE, 2016; FLORENTINO, 2015).

Assim, torna-se importante elucidar as repercussões das consequências do abuso sexual praticado na infância na vida adulta de mulheres e suas estratégias que contribuem para o desenvolvimento de uma vida saudável e adaptada.

2.3.4 As repercussões do abuso sexual na vida adulta de mulheres e fatores promotores de resiliência

Sobre as mulheres vítimas de abuso sexual na infância ou adolescência Saffioti (2004, p. 23) ressalta que “as mulheres são treinadas para sentirem culpa. Ainda que não haja razões aparentes para se culpabilizarem, culpabilizam-se”. E, acrescenta a autora que, muitas vezes, as mulheres que sofrem violência sexual não se consideram como vítimas e sim, de maneira errônea, como co-partícipe e esse fato leva-nos a perceber que devido às relações assimétricas de gênero, ideologias e pensamentos presentes nas macroculturas, agregam na vítima o sentimento de culpa pela violência perpetrada contra seus corpos e se transforma em ré.

O caráter contínuo e duradouro do abuso sexual remete a necessidade de identificar essas ocorrências precocemente para o devido cuidado, considerando suas demandas, sendo assim, importante conhecer as repercussões dessas experiências quando na infância e ou adolescência, nos cursos de vida dos indivíduos (CRUZ *et al.*, 2021)

A literatura científica que trata sobre as repercussões do abuso sexual ocorrido na infância e adolescência, ressalta a existência de impactos na vida adulta, apresentando problemas de ordem psicológica como: depressão, baixa autoestima, dificuldade para dormir, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), borderline, comportamento suicida, autolesão, alucinações auditivas, transtorno psicótico. Lira *et al.* (2017) em seus estudos ressalta que o

intenso sofrimento do abuso sexual pode ocasionar, na vida de mulheres adultas, o sentimento de inferiorização, onde algumas mulheres podem até se compararem a um lixo.

Estudos realizados demonstraram que puérperas que sofreram violência sexual na infância apresentaram sintomas de Transtornos de Estresse Pós-Traumático e essas ocorrências aumentam a probabilidade de depressão na gestação (CRUZ *et al.*, 2021). Quanto as repercussões físicas, esse referido estudo apontou que, o processo de somatização ocasionado pela experiência do abuso sexual, está relacionado com a transferência do impacto psicoemocional para o corpo, sem causas fisiológicas definidas, podendo aparecer através de cefaleia e distúrbios metabólicos.

Algumas vítimas do abuso sexual, segundo Lira *et al.* (2017), podem apresentar problemas ao se relacionar com pessoas do mesmo sexo do autor da violência, desenvolver sentimentos ambíguos quanto a orientação sexual, podendo se estender ao ato sexual apresentando repugnância ao toque e rememorar o sofrimento, ou, podem apresentar condutas hipersexualizadas. “Quando ocorrido na infância, pode resultar em maior risco de prostituição na vida adulta e de gravidez na adolescência (DREZETT *et al.*, 2001, pg. 416).

Quanto as repercussões sociais, as vítimas procuram enfrentar o vivido através do envolvimento com drogas lícitas e ilícitas. Esse comportamento pode atingir a pessoa de forma individual e fragilizar os vínculos familiares, ou seja, impacta a relação interpessoal podendo assumir comportamentos retraídos e isolados (FLORENTINO, 2015).

O comportamento introspectivo é apontado como responsável pela revitimização, seja pelo próprio abuso ou por outras formas de violência, ocorrendo mediante a dificuldade para revelar o agravo ficando vulnerável as ocorrências de novos eventos (CRUZ *et al.*, 2021). Porém, predomina o consenso de que homens e mulheres vítimas de violência conseguem superar a situação adversa vivida, ou seja, conseguem superar as ocorrências negativas do trauma ocasionado pelo abuso sexual e outras pessoas ficam refém às amarras do sofrimento e sucumbem dramaticamente, podendo levar à atentados contra à própria vida.

De acordo com o levantamento da literatura realizado, comumente encontra-se como foco dos estudos sobre a violência sexual o sofrimento e a patologia, ou seja, evidenciam as consequências negativas do abuso sexual, enfatizando as repercussões deletérias. Porém o conceito de resiliência tem recentemente fundamentado algumas investigações no intuito de compreender os fatores que influenciam na superação das adversidades (MARTNS, 2011).

2.3.5 Fatores Promotores de Resiliência

Assim, após transcorrer a década de 1970, os estudos sobre resiliência tornaram-se de interesse da Psicologia e passou a ser um tema popularizado, utilizado para compreender a consequência e a progressão de eventos considerados traumáticos ou danosos (BRANDÃO; GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2011). “No Brasil, os estudos sobre a resiliência incidiram durante a década de 90” (ROZEMBERG; AVANCI; SCHENKER, 2014, p. 674).

Ao invés de focalizar os estudos no sofrimento, a preocupação se volta para a compreensão da capacidade da pessoa em resistir às adversidades, bem como sobre a capacidade de restabelecer a saúde mental após a exposição aos riscos. Assim, procurava-se entender a capacidade que algumas pessoas desenvolviam para superar suas experiências traumáticas e reequilibrar a saúde mental frente às adversidades (SANTOS, 2020).

O abuso sexual pode ser compreendido como uma experiência traumática, pelo seu potencial de agravos na saúde das mulheres e responsável por desencadear sofrimento e dor (RIBEIRO, 2019b; FORNARI; LABRONICI, 2018). Assim, o enfrentamento às situações decorrentes desse tipo de violência pode permitir seguir com a vida e viabilizar o surgimento do processo de resiliência nas vítimas.

Porém, apesar de a resiliência ser compreendida como necessária para a superação das adversidades presentes durante o curso da vida, esse conceito é recente na área da saúde, evidenciando escassez de investigações referente à temática, principalmente quando se refere às mulheres que sofreram violência. (FORNARI; LABRONICI, 2018).

A resiliência tem sido um construto psicológico de interesse de pesquisadores que buscam conhecer o desenvolvimento humano, principalmente em situações onde o indivíduo passa por acontecimentos adversos ou esteja passando. Esse interesse permite o desenvolvimento de pesquisas que buscam conhecer o funcionamento bio-psico-socio-emocional de pessoas que, mesmo em situações extremamente contrárias ao bom desenvolvimento conseguem seguir adiante e outras não (PAULO; KOLLER, 2005). Ainda, “o processo de resiliência ressalta, sobretudo, a pessoa no seu contexto junto ao emaranhado de relações mútuas que ela estabelece com outras pessoas, objetos e símbolos (RIBEIRO, 2019a, p. 216).

Portanto, a resiliência interage com os processos sociais e intrapsíquicos em constante transformação, devendo ser relativizada e compreendida através de uma análise ampla considerando os elementos internos e externos do sujeito Segundo (ROZEMBERG, AVANCI; SCHENKER, 2014). Assim, a resiliência não se constitui enquanto competência humana naturalizada e rígida e sob um aspecto individualista ou como um acontecimento

particular ou isolado, mas um processo dinâmico, contínuo e desenvolvido a partir do curso de vida (SANTOS, 2018; ROZEMBERG; AVANCI; SCHENKER, 2014; PAULO; KOLLER, 2005).

Para Santos (2018), resiliência é considerada como uma:

(...) habilidade, potencial ou capacidade do ser humano, família ou grupo social em sobrepujar as situações estressoras e adversas, criando estratégias psicológicas de enfrentamento para passar por essas situações sem se submeter às mesmas, vivenciando um desenvolvimento saudável após a exposição a riscos, recuperando-se e mantendo um comportamento adaptado após um dano, dificuldade ou mudança. Pode, também, prevenir, minimizar e superar os efeitos nocivos das adversidades, reconstruir e continuar sua trajetória de vida de forma mais positiva e favorável (p. 3937).

Em todos os percursos da vida ou do desenvolvimento humano existem adversidades a serem vividas, porém com elas, surgem possibilidades de transformações e mudanças, de cura e superação, aprendizado, res-significação, (re)elaboração simbólica, progresso e atitudes protagonista (RIBEIRO, 2019a).

3 MÉTODO

3.1 O delineamento adotado

Este estudo caracteriza-se por uma pesquisa empírica, de caráter exploratória qualitativa, pois, de acordo com a natureza da pesquisa, foi importante adotar um modelo de investigação que privilegiasse o acesso às narrativas das participantes, construídas a partir da subjetividade das experiências vividas, aparecendo sob a forma de como veem a realidade elaborada no que diz respeito aos significados e intencionalidades atribuídos às vivências entre si, com os outros e com os elementos constituintes dos contextos (MINAYO, 2006; GODOY, 1995).

No que diz respeito à pesquisa qualitativa Minayo (2012) corrobora dizendo que, ao fazer ciência é preciso considerar a interdependência entre a teoria, método e técnicas, estruturando os processos para o condicionamento entre esse tripé, onde o modo de fazer irá depender da demanda do objeto e a resposta dependerá dos procedimentos e estratégias utilizadas para a coleta dos dados, mas também está conectada com a experiência acurada do pesquisador e sua capacidade investigativa e de imersão.

A pesquisa procurou coligar o modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner com a pesquisa qualitativa como forma de marcar o método e compreender o fenômeno nos seus processos complexos e dinâmicos, privilegiando a compreensão do ser humano de maneira ampla e sistêmica considerando o autor, as propriedades da pessoa, do meio ambiente e os processos que ocorrem como interdependentes (PAULO; KOLLER, 2005; CECCONELLO; KOLLER, 2003).

O foco da teoria bioecológica do desenvolvimento humano, está imbricado na dinâmica do curso de vida, que se estrutura no entorno do momento histórico e cultural e interage com os diversos níveis de análises que se interrelacionam com os micros até os macroambientes, num movimento sistêmico multidisciplinar onde “considera-se a pessoa-contexto inserida no tempo-espaço, desde a concepção até a morte, englobando também as gerações anteriores e posteriores” (ASPESI; DESSEN; CHAGAS, 2008, p. 23).

Assim, sendo a resiliência um fenômeno estudado através do desenvolvimento e crescimento humano, supõe a interação dinâmica entre os processos promotores de resiliência nas diferentes etapas da vida e reconstruir requer diferentes estratégias e compreensões

bidirecionais, bem como dialogar com os fatores de risco e de proteção presentes nos seus contextos (GROTBERG, 2005).

Estas relações foram discutidas e analisadas pelo modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano (BRONFENBRENNER, 1999; BRONFENBRENNER; EVANS, 2000; BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998).

A pesquisa através da Teoria Bioecológica considera as propriedades inerentes à pessoa e ao seu ambiente, ou seja, os contextos ambientais e os processos interligados, interdependentes e sistêmicos. Para tanto, utilizou-se como enfoque as categorias de análises pertinentes à base teórica escolhida, a saber: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo.

Contudo, considerou-se os arranjos constituídos pelos níveis micro, meso, exo e macrosistema, a partir das interconexões, possibilitam a compreensão dos ambientes das participantes desde os mais próximos (micro) aos mais distantes (macro).

3.2 Instrumentos e estratégias utilizadas para a construção do conhecimento

O instrumento utilizado para esta investigação, foi a entrevista em profundidade semiestruturada (**ANEXO I**) como instrumento de acesso às narrativas das participantes, constituída por 10 questões e aplicada individualmente. As entrevistas procuraram conhecer o impacto do abuso sexual sofrido, os processos promotores de resiliência e os fatores de risco e proteção presentes nos sistemas de pertencimento das participantes.

As entrevistas foram organizadas como perguntas disparadoras conectadas aos objetivos da pesquisa, sem, contudo, restringir a fala das participantes às questões pré-determinadas (MINAYO, 2006). “O pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 72).

Contudo, a composição das perguntas levou em consideração os elementos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (PPCT), pensadas e estruturadas para possibilitar a análise e a interação das propriedades da pessoa imbricada em níveis contextuais e temporais no curso de vida das pessoas.

Utilizou-se, como auxílio o gravador para a transcrição de cada entrevista, as quais levaram em torno de 30 a 50 minutos. A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética

em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, que analisou os aspectos éticos com base nas Resoluções 466/2012-CNS.

3.3 Tratamento e análise dos Dados

As entrevistas foram gravadas em aparelho de áudio MP3 e posteriormente transcritas. Foi utilizado o referencial teórico obtido na pesquisa bibliográfica tendo como viés a metodologia proposta no que diz respeito a tipologia da pesquisa e ao seu método.

Assim, para melhor investigar o fenômeno optou-se pela base da Teoria Bioecologia de Bronfenbrenner, buscando compreender a estrutura dos contextos ambientais e os processos interligados a eles de modo interdependente e sistêmica (DESSEN; JUNIOR, 2005). Para tanto, utilizou-se como enfoque as categorias de análises pertinentes à base teórica escolhida, a saber: *o processo, a pessoa, o contexto e o tempo*.

No que se refere ao planejamento de pesquisa, Bronfenbrenner (1996), adverte para a análise contextual, uma vez que diferentes tipos de ambientes dão origem a diferentes tipos de relações, atividades e papéis. Destarte, orienta-se que o pesquisador deve considerar o significado psicológico ou a percepção que a pessoa possui sobre os acontecimentos de sua vida.

Na teoria de Bronfenbrenner, o processo se relaciona com a interação e reciprocidade progressiva, podendo ser complexa (tempo). Considera o ser humano produto e produtor do seu meio pelas interações delas com os elementos que compõem o seu contexto. Quando as interações se tornam duradouras, essas podem ser definidas como processos proximais. É através dessas interações, proximais, de vinculações que ocorre o estímulo ao desenvolvimento das potencialidades e capacidades das pessoas (potencial genético).

Assim, sendo a resiliência considerada um movimento dinâmico que ocorre a qualquer momento do desenvolvimento da pessoa, as análises dos processos proximais auxiliaram identificar os processos de resiliência e o impacto do abuso sexual nos cursos de vida das participantes. O processo proximal foi o foco da pesquisa investigação-no-contexto, ressaltando os objetos e simbologias presentes nos contextos de pertencimentos.

Diante das interações dinâmicas que se dispõe na análise do construto resiliência foi imprescindível considerar a análise dos fatores de risco e de proteção. Porém, os fatores de proteção são características que diminuem a probabilidade de um resultado negativo acontecer

na presença de um fator de risco, reduzindo a sua incidência e gravidade (PAULO; KOLLER, 2005).

A Teoria Bioecológica do desenvolvimento humano, possibilitou a compreensão dos fenômenos a partir de como os fatos ocorreram para cada participante, como cada uma experienciou as suas vivências, sem reducionismos, determinismos ou generalizações, possibilitando novos olhares para o contexto.

Quando se relaciona o contexto nas análises das interações, refere-se a compreensão em termos físicos, sociais e culturais. Assim, no contexto existem quatro níveis de interações: microsistemas, mesossistemas, exossistema e macrossistema.

Na presente pesquisa, todos os níveis foram considerados, porém, aja vista a complexidade desses sistemas o pesquisador pode, a partir de seus objetivos e delimitação, investigar aqueles que compreenda ser mais adequado, sem perder o foco na existência dos demais. O tempo também apresentou-se com um papel importante para a compreensão do desenvolvimento.

3.4 Participantes

Participaram da pesquisa cinco mulheres adultas, que foram atendidas na Cáritas Arquidiocese de Manaus, através do Serviço de Atendimento Psicológico a Família – SAPFAM, devido ao histórico de abuso sexual.

As mulheres foram acompanhadas pela instituição através de processos psicoterápicos e devido ao contexto pandêmico e obediência às orientações dos órgãos de vigilância em saúde, optou-se pela identificação das participantes pelos responsáveis do serviço que se disponibilizaram em entrar em contato com as mulheres atendidas, resguardando o sigilo e confiabilidade.

As participantes da pesquisa foram selecionadas a partir dos critérios descritos:

- a) **Critérios de inclusão:** Mulheres com idade igual ou superior a 18 anos; Mulheres adultas residentes na Cidade de Manaus; Mulheres que sofreram abuso sexual na infância; Mulheres que tenham realizado atendimento psicológico na Instituição escolhida para a coleta dos dados.
- b) **Critérios de exclusão:** Mulheres estrangeiras; Mulheres que estivessem de passagem na cidade de Manaus; Recusar utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's)

durante a entrevista: máscara cirúrgica, touca e luvas descartáveis, e álcool em gel 70%, que serão oferecidos gratuitamente pelo pesquisador.

O primeiro contato com as participantes foi realizado pelos responsáveis do SAPFAM, que obtiveram com antecedência, a síntese da pesquisa e o guião contendo as perguntas da entrevista para a garantia da autodeterminação por parte das mesmas, como forma de proporcionar-lhes a decisão pela participação ou não, sem qualquer constrangimento. Logo ao aceite, foi agendado o melhor dia e horário para a realização das entrevistas.

Em decorrência do contexto pandêmico em que se encontrava a cidade, as entrevistas aconteceram em um espaço físico privado e com ventilação natural, com mesas e cadeiras, disponibilizados pela Cáritas Arquidiocese de Manaus. No momento da entrevista, foi apresentado e esclarecido os objetivos do estudo às participantes da pesquisa e logo a realização da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE e sua posterior assinatura, ocasião em que uma cópia do TCLE foi entregue às participantes e a outra ficou no domínio da pesquisadora. (**APENDICE B**).

Ao término das explicações foram prestados os esclarecimentos quanto a participação, ressaltando a necessidade do voluntariado, assegurando a liberdade para retirarem-se da pesquisa no momento em que desejarem, sem nenhum tipo de prejuízo. No entanto, caso sentissem algum prejuízo, elas poderiam solicitar indenização à pesquisadora. Os aspectos éticos de confidencialidade e anonimato dos dados recolhidos foram informados e garantidos.

No momento da entrevista, as participantes tiveram acesso ao objetivo do estudo e ao guião da entrevista antecipadamente para dissipar dúvidas ou outra necessidade que poderiam surgir, assim como a garantia de que a posterior transcrição de suas falas, poderiam vetar trechos que julguem inadequados para eventual publicação.

3.5 Contexto temporal e do campo de estudo

A cidade de Manaus é a capital e principal Cidade do Estado do Amazonas, sendo a cidade do Norte do Brasil com maior demanda comercial e de serviços. Apesar do significativo desenvolvimento da região, Manaus apresenta-se no contexto nacional com elevados índices de casos de violência sexual, configurando um cenário marcado pela transgressão dos direitos humanos e violação da dignidade sexual de crianças e adolescentes.

O Amazonas é o maior estado brasileiro em extensão territorial possuindo 62 municípios, detentor da maior biodiversidade do mundo, sendo o 15 estado com maior população do país, segundo dados do último censo do IBGE de 2010.

Segundo informações do Ministério de Desenvolvimento Humano de 2019, o Disque 100 apontou que no ano de 2018, o Amazonas obteve o quinto lugar, no índice de denúncias de violações de direitos infato-juvenil assim, em 2018, mais de 17 mil foram de violência sexual e 13,4 mil de abuso sexual (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2021).

Diante deste grave cenário, a Cáritas Arquidiocesana de Manaus, Instituição escolhida para subsidiar esta pesquisa, atua enquanto Rede de Garantia de Direitos e desenvolve vários projetos em âmbito regional e nacional, com ações destinadas para o enfrentamento e mitigação da violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como, participa de espaços de mobilizações para a elaboração e efetivação de políticas públicas destinadas à infância e juventude.

O Serviço de Atendimento Psicológico da Arquidiocese de Manaus (SAPFAM/CÁRITAS) – instituição vinculada à Igreja Católica, possui o suporte da Cáritas e vem realizando atendimentos em intervenção clínica psicológica para meninas e meninos que sofreram abuso sexual (em parceria com a rede de proteção) e para adultos atendidos por demanda espontânea ou por outras instituições de atendimentos de mulheres situadas em Manaus. (ANEXO I)

Os profissionais psicólogos que realizam as intervenções clínicas atuam voluntariamente, estabelecendo a rotina dos atendimentos com vista da cura e ressignificação das experiências dolorosas. Os encontros são realizados em salas apropriadas e cedidas pela Cáritas Arquidiocesana, possuindo instrumentos técnicos de registros dos atendimentos realizados. A pesquisa foi pensada para ser desenvolvida nesse contexto, porém devido a pandemia, houve a necessidade de adaptações.

Em 31 de dezembro de 2019, foi notificado o início da Pandemia pela disseminação do Novo Corona Vírus, deixando vários mortos. Devido a esse panorama mundial, foi implementado o isolamento social, com adaptações dos trabalhos para a modalidade remota, principalmente durante o ano de 2020.

Em 2022, o Estado do Amazonas vivenciou a fase amarela da pandemia, ou seja, baixo risco, exigindo cuidados quanto a contaminação. Durante o mês de julho, o Estado retornou a fase laranja, indicando risco moderado de transmissibilidade.

Devido a situação de saúde pública que se apresentava, houve a impossibilidade de desenvolver outros instrumentos de coleta dos dados, para isso foi imprescindível a indicação, por parte dos psicólogos de referência do SAPFAM, das mulheres que sofreram abuso sexual na infância.

Assim, como forma de preservar a integridade do sigilo e ética profissional, foi entregue ao profissional de referência a síntese da pesquisa com o guião das questões antecipadamente, visando garantir a autodeterminação por parte das mulheres, facilitando a decisão pela participação ou não da pesquisa, sem qualquer constrangimento.

3.6 Considerações éticas

A pesquisa atendeu as exigências éticas e científicas presentes nas Resoluções 422 do ano de 2012 e 510 do ano de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Visando adequações aos requisitos para a execução, como forma de assegurar a validade, a presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (CEP-UFAM), aprovada em 12 de junho de 2022 através do parecer, sob o número 5.464. A pesquisa somente transcorreu ao cronograma estabelecido após a aprovação mencionada anteriormente. **(ANEXO II)**

Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido asseguraram o sigilo e compromisso com a autodeterminação e autonomia, liberdade e privacidade das participantes, bem como proporcionou esclarecer quanto a participação voluntária e somente após os esclarecimentos e concordância, as participantes assinaram os Termos, sendo que uma via foi designada para cada parte.

A pesquisadora responsável, oportunamente, responsabilizou-se com a autonomia, sigilo e proteção do público participante, ressaltando a ausência de quaisquer recompensa financeira.

Destarte, foi assegurado e disponibilizado atendimento psicológico as participantes, caso houvesse necessidade e caso surgisse algum tipo de incômodo, constrangimentos no momento da obtenção dos dados, a pesquisadora suspenderia a entrevista e, caso necessário, a mesma poderia prestar-lhe assistência imediata.

Os registros adquiridos através dos áudios para realizar esta pesquisa foram organizados para garantir o anonimato das participantes e foram descartados após a conclusão dos processos dos trabalhos desta pesquisa.

Caso seja possível e se houver condições favoráveis, os resultados da pesquisa serão compartilhados com as participantes em uma data a ser definida após a aprovação da dissertação, com intuito de (re)discutir as temáticas aprofundadas na pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Conhecendo as participantes da pesquisa: Dandara, Malala, Jacimba Gaba e Maria da Penha

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, proporciona reflexões importantes quanto a atuação de processos bidirecionais que operam na vida das pessoas, mas também ressalta as influências do tempo histórico que permeia o modo de vida das pessoas em seus cotidianos, num cenário de mútua interação.

Achou-se oportuno conectar as histórias compartilhadas para a construção desta pesquisa com as histórias de algumas mulheres reconhecidas mundialmente por terem superado incisivas adversidades de seus contextos e marcaram a história, combatendo injustiças e, muitas vezes, enfrentando o sistema do patriarcado e machismo em prol de uma consciência de coletividade, cidadã e de justiça social.

Portanto, Dandara, Malala, Jacimba Gaba, Tereza de Benguela e Maria da Penha, possuem muito em comum: fizeram muito mais do que o esperado para elas e hoje figuram conteúdo presentes não somente nos livros, mas na cultura de alguns povos. Essas mulheres possuem muito em comum com as participantes da pesquisa, pois sentiram em seus corpos e vida o peso das injustiças, transformaram as experiências sofridas em processos importantes que resultaram na representatividade de força, luta, coragem, liberdade, resignificação e resiliência.

Os enfrentamentos dos males que adoecem a sociedade são diários e presentes nos cotidianos das pessoas, em cada história de sobrevivência há enfrentamentos muitas vezes anônimos, porém recorda-se de muitas mulheres que lutaram para a garantia de direitos ou atuaram denunciando estruturas sociais que, na atualidade, monetizam a vida, principalmente quando se trata das minorias, crianças, indígenas, adolescentes e mulheres. São vitrines para a exploração e consumo.

Assim, apesar do contexto social ser atravessado pelo subjugamento das mulheres, as histórias de enfrentamentos, superações e lutas coletivas, as marcadas na história e as silenciosas nos lares, sinalizam para a vitalidade feminina, força latente para lutas incansáveis, mas também para um ideal de sociedade onde opere relações pautadas na igualdade intergênero e no respeito às diversidades de todas as ordens.

Muitos direitos criados e garantidos atualmente, que modelam as relações nas subculturas, estão dispostas nas esferas do exo e macrossistema e existem em decorrência da opção de muitas mulheres por defenderem a vida na sua integralidade.

A partir do destaque de representatividades históricas femininas, a pesquisa optou pelos nomes fictícios das participantes, como já acima foi mencionado: Dandara, Malala, Jacimba Gaba, Tereza de Benguela e Maria da Penha. Mulheres de luta pela igualdade; da militância pelo direito à educação; na luta pela libertação do povo negro; na visibilidade da mulher negra e resistência contra governo escravista; da luta contra a violência doméstica e defesa dos direitos das mulheres.

Dandara, conta com uma história de luta e coragem. Com 30 anos, considera ter superado as consequências do abuso sexual e que hoje sente-se mais livre e não se sente mais vítima. (SIC)

Atualmente mora com seu esposo, não possui filhos, é católica, completou o ensino superior, faz pós-graduação e exerce sua profissão. Relatou que na infância morou por mais de dez anos dentro de um barco com dois cômodos abrigando sete pessoas e redes em todos os espaços. Começou a trabalhar aos onze anos, na banca de café da sua mãe e algumas vezes ficava sozinha com sua irmã. Seu pai trabalhava como pescador, por isso viajava muito e ficava ausente de casa por muitos dias. Dandara relata que na ausência dos pais sofria os abusos sexuais. Dandara foi abusada sexualmente muito nova e ressalta que, desde quando começou a entender as coisas, já sofria a violência. Os abusos foram praticados pelo cunhado e pelo marido da sua irmã mais velha, sempre em situações em que ela se encontrava dormindo ou sozinha. Ao completar treze anos, compreendendo que, o que acontecia com ela não era correto, afastou-se do agressor e passou a ameaçar contar a seus pais. Ao superar o medo de falar sobre os abusos descobriu que suas irmãs e sobrinha também haviam sido abusadas por ele. Diz reconhecer que passou por um processo de cura espiritual, considerando ter superado as repercussões do abuso, sentindo-se livre.

Malala, conta com uma história de coragem frente ao autoritarismo. Com 35 anos, antigamente devido aos abusos sofridos, sentia dores na alma e, hoje, sente ser suporte para outras pessoas e para outras vidas. (SIC)

Criada com a avó, considera que sua infância foi complicada devido ao abandono da mãe, ambiente familiar de conflitos, uso abusivo de álcool e violência. Devido aos traumas vivido, relata que tinha medo das pessoas, de ficar ao lado delas e que na escola sentia bloqueio na aprendizagem. Começou a trabalhar aos sete anos de idade, vendendo frutas e guardanapos na rua e, devido aos espancamentos, preferia estar trabalhando do que em sua casa, pois eram os únicos momentos onde esquecia as mágoas e as dores, sendo mais realizada e feliz. Disse que os abusos foram praticados pelo padrasto com início aos oito anos, sendo que nessa época considera que era muito fechada e que não entendia o que acontecia devido ser uma criança, porém uma amiga da sua mãe fez a denúncia ao desconfiar dos abusos, no entanto ela já estava com dez anos de idade e somente quando cresceu que foi compreender o que vivia. Relata que sentiu repercussões na sua vida sexual devido aos desejos por mulheres e pela rejeição aos homens. Hoje, mora com seu marido e seus filhos. Considera que Deus a ajudou a superar seus traumas e que foi seu porto seguro, ainda, a psicoterapia e advogados auxiliaram em sua superação e tratamento.

Jacimba Gaba, conta com uma história de lutas pela liberdade. Com 40 anos, segue na vida independentemente do que aconteceu. Conseguindo viver, ir adiante e entendeu que não vive mais os abusos. (SIC)

Jacimba Gaba mora hoje com suas duas filhas, um filho e seu neto. Possui o ensino superior completo, estava desempregada no momento da entrevista, porém estuda para concurso. Esteve casada duas vezes e separou-se devido à violência doméstica e ao abuso sexual praticado por um de seus cônjuges contra sua filha. Disse que na infância existiam muitas brigas e violência doméstica, em cada briga uma separação e com isso a mudança de moradia. Relata que sofreu abuso sexual em uma das separações de sua mãe que ocasionou na mudança para a casa da sua avó. Aos sete anos de idade ficava na casa da avó enquanto sua mãe saía para trabalhar e, nas ausências, os abusos sexuais ocorriam e eram praticados pelo tio e depois pelo esposo de sua avó, quando ambos aproveitavam os momentos em que estavam sozinhos. Para evitar os abusos vestia roupas largas como forma de proteger o corpo. Não tinha amizades com meninos e tinha dificuldades escolares. Porém, ressalta que ninguém a observava e devido ao medo, ela não contava. Com o tempo descobriu que as outras meninas da sua família sofreram os mesmos abusos e pelos mesmos autores, mas que ninguém da família denunciou. Hoje, possui conforto na Bíblia e apoio psicológico da Arquidiocese sentindo que consegue ir em

frente. Afiam que precisa seguir na vida, estudar, criar as filhas da melhor maneira. Deseja cursar a faculdade de pedagogia para ajudar outras crianças.

Tereza de Benguela, conta uma história de visibilidade ao papel da mulher. 60 nos, aprendeu que não deve sofrer, mas solidarizar-se e foi a gratidão que a ajudou a não se entregar as coisas vividas. (SIC)

Tereza é casada, aposentada, possui ensino superior incompleto. Católica, tem um filho e uma filha já falecida. Advinda do interior do Amazonas, dividiu a infância com seus nove irmãos com quem brincava no rio, na roça e na cidade. Disse que morava com sua mãe, muito carinhosa e seu pai ausente e pouco participativo. Trabalhava junto aos irmãos para ajudar a mãe no sustento da família, por meio da pesca e da colheita da malva e milho. Devido a uma doença e a pedido de sua mãe foi passar uns dias na casa de um curandeiro pouco conhecido pela família, mas muito famoso na cidade. Relatou que no primeiro dia a esposa do curandeiro entregou um líquido para beber e que só acordou no outro dia, com muita dor na região da vagina. Quando percebeu o que havia acontecido desesperou-se e pediu que a devolvesse para sua mãe. Apesar da situação de sofrimento, teve coragem e contou o ocorrido, porém sua mãe pediu que não contasse a mais ninguém, fato que a marcou como um trauma devido não ter tido a oportunidade de fazer justiça. Sua mãe adoeceu um tempo após saber o abuso sofrido por ela e antes de falecer, devido à ausência do pai, responsabilizou-a pelos cuidados com os irmãos. Esse episódio impactou a sua vida devido ser ainda uma criança. Apesar do vivido, os cuidados da mãe e a felicidade na infância a ajudaram seguir em frente.

Maria da Penha, conta com uma história de lutas pelos direitos das mulheres. Com 42 anos, teve um período que sentia muita vergonha, porém com o tempo, com a descoberta do abuso sofrido no período da adolescência, optou por não levar o vivido para o futuro. (SIC)

Penha mora com sua filha de nove anos. Divorciada, católica, trabalha como assistente social. Relata ter tido uma infância livre, solta e sem orientações dos perigos e autocuidado. Conta que quando criança ficava fora da sua casa brincando e ao retornar apanhava de sua mãe. Os abusos sexuais aconteciam dentro da casa da sua avó que morava próximo à sua casa e era praticado por um tio e posteriormente por um amigo da família que, sempre aguardavam a ausência dos adultos para praticarem os abusos. Relatou que o amigo da

família abusava de suas primas e irmãs. E quando não tinha ninguém na casa as meninas ficavam em fila aguardando a vez para entrar no quarto onde eles estavam. Ressalta que na época, não sabia que o que ocorria era abuso. E como ninguém conversava nada sobre o assunto na sua casa e na escola, as crianças achavam que era normal. Além disso, como conviviam com os primos e esses faziam o mesmo com elas, sentiam como natural. Porém, na adolescência houve o despertar para uma consciência sobre a vida e, portanto, a compreensão dos abusos sofridos veio à tona. Na juventude, os abusos sofridos na infância repercutiram na sua vida, principalmente na dimensão sexual causando nojo por algumas situações e vergonha das suas áreas íntimas, assim como a não aceitação da vagina. Hoje, relata que procura fazer diferente, ter uma relação de proximidade e orientação com a filha e que teve que superar, se permitir viver, não procurar trazer para o hoje e tenta não recordar o que lhe aconteceu.

4.2 Fatores de Risco presentes nos sistemas de pertencimento de mulheres vítimas de abuso sexual na infância

As histórias de Malala, Dandara, Zacimba Gaba, Tereza de Benguela e Maria da Penha, nos remetem a compreensão de que o fenômeno da violência sexual, neste caso, o abuso sexual, está inserido num processo complexo de sistemas, em que há o envolvimento das vítimas a efeitos cognitivos, físicos, comportamentais, emocionais, motivacionais, familiares, culturais e socioeconômicos.

Através das diversas características dos contextos ambientais descritos pelas participantes supracitadas, podemos conjecturar fatores que, na visão das mesmas, atuaram em suas histórias como eventos estressores e que constituíram em riscos a integridade de crescerem livres e protegidas.

As análises dos fatores descritos como de riscos consideram os elementos subjetivos das participantes, assegurando a concepção atual de que um evento da vida pode ser percebido como perigoso por uma pessoa e para outra, ser experienciado como um desafio e não ocasionar efeitos negativos.

A presente análise, está estruturada a partir das verbalizações das participantes quanto aos fatores de risco presentes nos ambientes imediatos, de pertencimento, que favoreceram às situações de adversidades, mas também aos que se constituíram frente às

situações decorrentes do abuso sexual e que poderiam atuar em suas trajetórias com efeitos negativos.

4.2.1 A bioecologia dos fatores de risco nos sistemas de pertencimento de mulheres vítimas de abuso sexual na infância.

Para a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano os microsistemas são ambientes nos quais a criança está interligada diretamente, estabelecendo interações próximas, face a face, com os demais elementos ecológicos, considerados como ambientes basilares para o desenvolvimento infantil pelo seu caráter precípua de relações afetuosas e recíprocas.

Destarte, ao tecer análises no contexto familiar, ou em microsistemas, deve-se considerar os laços afetivos, o tipo de relações estabelecidas com os pais, pares, professores, e os remotos presentes no macrosistema como valores, regras, concepções sobre a infância, ainda, a forma de corresponder às necessidades e características da pessoa em desenvolvimento.

Assim, a família, para a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (BRONFENBRENNER, 1996) é analisada como um microsistema onde a pessoa inicia seus primeiros contatos, trocas afetivas e sociais, onde estabelece relações próximas e recíprocas, base fundamental para a construção das representações iniciais e aquisição de competências frente a vida.

Na família se estabelecem o exercício de papéis diferentes pelos seus membros que levam ao desenvolvimento de sentimentos positivos e mútuos. Porém, destaca-se que um microsistema pode caracterizar-se em ambiente protetor ou de risco, bem como as características pessoais da criança podem atuar com competências ou demonstrar vulnerabilidades.

Nos contextos apresentados, identificam-se alguns elementos importantes que compõem o ambiente das participantes com os quais estabeleceram relações e que revelam complexidade de análises. No entanto, realçam estruturas objetivas encontradas na literatura sobre o abuso sexual, mais ainda componentes subjetivos significativos que emergiram das experiências vividas.

Quando criança, as participantes interagiram com pessoas cujos vínculos são biológicos como irmãos, avós, tios, pais, mães, primos, cunhados, padrastos, mas também com pessoas extrafamiliares que agregavam certo grau de proximidade como amigos da família.

[...] nós somos seis, somos quatro mulheres e dois homens. [...] meu cunhado, ele frequentava a minha casa normalmente. (Dandara, 30 anos).

[...] morava com a minha avó. [...] Na minha infância e adolescência eu tinha uns tios. [...] meu padrasto. [...] Aí a minha mãe foi morar com a minha vó e esse homem foi morar também. (Malala, 35 anos).

[...] tava brincando com meu primo da minha idade. (Jacimba Gaba, 40 anos)

[...] convivi com meu pai até os sete anos. (Tereza de Benguela, 60 anos)

Meu pai trabalhava no INPA, minha mãe nos levava pra reserva. [...] Tinha também um rapaz, amigo da família”. (Maria da Penha, 42 anos)

Na literatura especializada sobre violência sexual, neste caso o abuso sexual, há consenso de que ocorre frequentemente dentro do contexto familiar, sendo os principais perpetradores pessoas afetivamente próximas como o pai, padrasto, tio e avô (DREZETT *et al.*, 2021; CRUZ *et al.*, 2021; RIBEIRO, 2019; SERAFIM *et al.*, 2011; BORGES; DELL’AGLIO, 2008;) apontando para conjecturas que podem ser contraditórias à função conferida como a responsabilidade moral de prover as condições de vida e cuidado a seus membros.

Um dos fatores que se evidencia nas narrativas que, para elas atuou como principal fator de risco frente ao contexto apresentado inicialmente, favorecendo ao abuso sexual, foi a responsabilidade da guarda e cuidados transferidos a outrem como irmãos mais velhos, familiares, pessoas extrafamiliares, ou até mesmo a longa permanência delas sozinhas em casa, expondo-as a experiência de desproteção e vulnerabilidade, como ressaltam:

[...] E aí a gente quase sempre ficava com nossa irmã mais velha. (Dandara, 30)

[...]a gente ficava muito tempo sozinha, mas... (Malala, 35)

Ele fechava a casa toda e se certificava de que não tinha ninguém na casa. (Maria da Penha, 42)

A inexistência ou fragilidade de uma rede de parentesco, de apoio, afetiva capaz de auxiliá-los nos cuidados com a criança, a carência de políticas públicas capazes de ofertarem outras oportunidades à infância corroboram com o fechamento do sistema familiar e, portanto, com a manutenção de contextos afetados pela violência.

Entre outras variáveis presentes no contexto familiar, Borges e Zingler (2013) alertam para a longa permanência das crianças sozinhas ou na presença do agressor, ressaltam ainda para contextos com prejuízos na comunicação, no estabelecimento dos papéis, sobreposição da violência e isolamento da rede de apoio e serviços, o que pode prejudicar os processos proximais intrafamiliares.

Neste sentido, Dessen e Junior (2008) chamam a atenção para as propriedades basilares dos processos proximais, ressaltando que o desenvolvimento ocorre a partir do envolvimento da pessoa em uma atividade regular, num período de tempo extenso o suficiente para que se torne longa e complexa.

Essas premissas contribuem para as análises das interações estabelecidas pelas participantes em seus mesossistemas, numa perspectiva Bioecológica onde a pessoa influencia e será influenciada pelo seu ambiente. Logo, esses fatos dialogam com a percepção de uma sinuosa restrição das famílias ao ambiente de moradia e local de trabalho, impedindo o trânsito em outros ambientes e, quando participam de outros ambientes, os vínculos apresentam-se frágeis e sem interações afetivas e efetivas, como retrata Malala (35) sobre a escola:

[...] Aí quando a professora me ensinava até que eu sabia, mas aí o medo me deixava toda trancada, até no ponto do ensino, me bloqueava. [...] eu tive problemas na escola. A minha média era quase sempre cinco. E ninguém percebia nada.

Quanto ao microsistema escolar, apresenta-se nas narrativas das mulheres sem expressividade afetiva, sinalizando ausência de reciprocidade e, portanto, imbricações nos processos proximais e na sua função precípua enquanto lugar de políticas públicas criada para a formação de crianças e adolescentes, ainda, como espaço de oportunidade sociocultural.

A criança atua e opera no mundo a partir de seu universo constituído nas interações com os elementos de seu contexto ecológico, apresenta o aprendizado ou suas limitações ternamente ao adulto, porém o ambiente escolar, principalmente os públicos, são atravessados por deficiências, as quais impossibilitam cuidar individualmente das pessoas e identificar fatores que possam incidir no comportamento desadaptado.

Essa restrição relacional e ecológica, que desagua na ausência de uma interação efetiva, com oportunidades para a comunicação emocional livre e aberta, atua como fator de risco ao considerar o desenvolvimento físico, cognitivo e social das crianças.

A baixa responsividade dos adultos às necessidades físicas e emocionais das crianças, a constante presença de mecanismos autoritários e violentos, são inibidores de relações positivas, livres e com capacidade de promover competências frente a vida e, por conseguinte, as crianças desenvolvem comportamentos desadaptados, afetando o equilíbrio das relações, a elaboração de uma afetividade saudável e comportamento autônomo, protagonista, a exemplo de Malala (35): *Eu tinha medo. Eu tinha muito medo. [...] Eu era uma mulher medrosa, rancorosa, magoada. [...] Na época eu era muito fechada.*

Sobre os afetos de Malala, ressalta-se a mútua influência entre as pessoas durante o seu percurso evolutivo, sendo importante o equilíbrio dos papéis e do poder como alavancas para os filhos, mas também para os pais, ainda os recursos psicológicos dos pais são elementos importantes e que influenciarão o desenvolvimento dos filhos (DESSEN; JUNIOR, 2008).

Na ausência de um ambiente ecológico organizado em benefício de seus integrantes, evidencia-se o comprometimento na saúde mental e na capacidade socializadora de seus membros.

O abuso sexual intrafamiliar apresenta-se engendrado a uma complexidade de características e remete a confusão no desempenho de papéis pelo cuidador, que por vezes atua como promotor da proteção e cuidados e em outros momentos negligencia e viola seus direitos. A existência da violência no contexto intrafamiliar, torna o ambiente antagônico, confuso, podendo levar a disfunções, pois quem deveria proteger, acaba machucando e colocando a criança em risco.

[...] O abusador era meu cunhado. Ele frequentava a minha casa normalmente. Eu era muito pequena. (Dandara, 30)

Sobre o abuso sexual foi o meu padrasto que fez [...] (Malala, 35)

[...] eu tenho um tio [...] Ele começava a me trancar nos lugares. [...] Depois o padrasto desse meu tio, que era o marido da minha avó, descobriu algo. Aí ele também começou a se aproveitar de mim. (Jacimba Gaba, 40)

Uma vez minha mãe chegou com um homem dizendo que sabia fazer um remédio [...] minha mãe pediu ajuda dele porque eu estava doente [...] minha mãe me deixou ir com eles acreditando que ele iria me curar. Fui e quando foi a noite a mulher dele me deu uma caneca de chá. Só acordei de manhã, sentido dores na minha região da vagina. (Tereza de Benguela, 60).

Iniciou quando eu tinha uns nove anos, na casa da minha avó meu tio passava a mão nas minhas partes. [...] Tinha também um rapaz, eu tinha uns 10 anos. Ele ficava pelado e nós, eu e minhas primas, ficávamos peladas também e ele mantinha relações com a gente. (Maria da Penha, 40).

Os efeitos de segunda ordem, caracterizados pela participação de outras pessoas nas relações interpessoais estabelecidas em um dado contexto, exercem significativa influência, podendo transformar os processos interacionais naquele ambiente (DESSEN; JUNIOR, 2008)

Os microsistemas são os ambientes onde os processos proximais acontecem, as relações são próximas, atuam como propulsores do desenvolvimento levando as pessoas a participarem ativamente das atividades e a interagirem com os demais elementos do seu contexto imediato, podendo contribuir com a capacidade de atribuírem significados as suas experiências e serem transformadores da realidade a sua volta.

Assim, nos contextos familiares apresentadas as interações são estabelecidas com significativa ausência de segurança física, de atitudes responsivas às necessidades peculiares à infância. Alude-se a partir das narrativas que a família pode se caracterizar como um ambiente de proteção ou pode ser percebido como perigoso, de risco (MARTINS, 2016).

Na minha infância e adolescência eu tinha uns tios que bebiam muito. Eles se digladiavam [...] eram muito complicados [...] eles alcoolizados, eles brigavam muito. E a minha tia me espancava quando criança. (Malala, 35 anos)

A infância foi muito voltada para brigas [...]. A mamãe contava que antes de eu nascer ela tinha se separado. Era assim, a cada separação ou a cada filho que nascia tinha uma separação e volta. E foi assim, cinco separações e cinco filhos. Muitas brigas, muitas denúncias. (Jacimba Gaba, 40)

Pesquisadores que desenvolvem estudos a partir da TBDH ressaltam que os processos proximais adquirem conteúdo psicológico, que se dá a partir do interjogo entre a fusão de padrões geneticamente determinados de comportamentos e a natureza onde ocorrem (KOLLER, 2016).

Essa conexão bidirecional irá prever se os processos proximais irão manifestar potencial para competências ou para disfunções.

Infelizmente ele fazia a mesma coisa com a minha irmã e como não fizeram nada, mesmo ele sendo pego, ele continuou fazendo. E aí depois ele fez com a minha prima e ninguém fez nada. Se tornou um vício. (Jacimba Gaba, 40)

[...] e aí minha irmã me falou “ele também fazia a mesma coisa comigo”. Essa minha irmã é mais velha dois anos do que eu. Então não era só de mim que ele se aproveitava. (Dandara, 30).

[...]minha mãe, nas dores que ela passou e o sofrimento mental que ela passou também porque também ela foi abusada. (Malala, 35).

Os achados teóricos relacionam a violência sexual com questões de gênero, pois apesar da existência de incidência em meninos, os dados denunciam prevalência em meninas, apontando como possíveis determinantes os aspectos sócio-históricos que nutrem a relações sociais pelo modelo do patriarcado (LIMA; ALBERTO, 2015).

As gradações macrossistêmicas são compartilhadas nos microambientes através das crenças, ideologias e culturas que se instalam nas subculturas dos microambientes, a ligação deste com a presença de riscos no cotidiano das famílias revelam o potencial para a disfunção nos processos proximais e, portanto, atuam como mecanismos de manutenção do abuso sexual como ciclo que se repete por gerações.

O abuso sexual, está engendrado a essa complexidade, cujas raízes são históricas e sociais, que vitimizam principalmente crianças e adolescentes. Possui intrínseca relação com os efeitos de ordem macrossistêmicos, compartilhados socialmente, desvelando o caráter massivo do patriarcado e das assimetrias de poder, contexto cultural que leva a naturalização e negação de acontecimentos históricos e na não responsabilização e punição dos perpetradores.

No que se refere aos fatores de risco decorrentes das vivências do abuso sexual, a reação da mãe frente a revelação do ocorrido possui significado importante para as vítimas.

A literatura que se dedica ao estudo do abuso sexual tem apresentado o impacto da reação materna frente à revelação do abuso sexual, podendo atuar como um fator de proteção às ocorrências negativas ou como um fator de risco (SANTOS; DELL'AGLIO, 2009; BORGES, 2007).

A minha mãe sabia, mas eu não sabia que ela sabia. [...] ninguém fez nada. (Jacimba Gaba, 40)

Foi uma colega da minha mãe que falou pra ela que ele tava me abusando [...] ela me apoiou entre aspas. (Dandara, 35)

[...] Quando cheguei em casa eu falei para minha mãe e senti que sofri mais uma vez o abuso quando minha mãe pediu para não falar para o meu irmão. Isso me deixou muito triste. (Tereza de Benguela, 60)

[...] Tinha o sentimento de que ela tinha me abandonado. (Malala, 35)

No contexto de Jacimba Gaba, Dandara, Tereza de Benguela e Malala, observa-se na figura materna o movimento de negação, evitação, indiferença e ambivalência. A mãe representa a figura de cuidado, referencial de proteção e zelo, destarte, na ausência dessa figura continente, o sentimento de desamparo, abandono, culpa e insegurança surgem enfraquecendo as relações, inibindo as trocas afetivas, com prejuízo nas comunicações abertas e no desenvolvimento de sentimentos positivos.

Se considerarmos o que ressalta Martins (2016), em suas análises sobre fatores de risco no ambiente familiar, a relação das crianças com suas mães representou fatores de risco pela repercussão negativa e potencial para produzir comportamentos desadaptados, interferindo no equilíbrio e no desenvolvimento.

As narrativas ressaltam a importância dessa figura materna, porém essa presença está além de uma atitude de providências frente ao ocorrido, mas como pessoas que desejam serem ouvidas, atendidas e cuidadas por outra que deve acolher com segurança e zelar pela sua dignidade e integridade, como podemos observar na fala de Jacimba Gaba (40): *Aí assim, eu*

penso, se tu sabe de uma coisa e não quer denunciar ou fazer nada, pelo menos tu tens que afastar a criança dessa pessoa.

No contexto da cultura dominante, nas relações de gênero, a mulher-mãe aparece na posição do sujeito dominado e, ao mesmo tempo, é cobrada a assumir socialmente a postura protetiva aos filhos (as) e responsabilidade pela manutenção da harmonia e cuidados familiares.

A forma responsiva frente as cobranças familiares e sociais também possuem relação com a sua história de vida, às suas experiências e à cultura de inserção pretérita e atual. Dessa forma, pode-se associar a reação materna ao comportamento aprendido na família, especificadamente, com a mãe e que transcende gerações (LIMA; ALBERTO, 2015).

Apesar de carregarem o estigma de serem conivente e cúmplices, elas atuam na sociedade como as maiores porta-vozes de seus filhos, rompem com o vivido de outrora, surgem como *embaúbas* em campos devastados, erguem-se e enfrentam a peregrinação pela justiça e dignidade de seus filhos. Porém, muitos fatores corroboram para o silêncio dessas mulheres estando relacionados a negação do abuso e a dependência financeira do parceiro, cônjuge.

Para muitas mães, tomar conhecimento do abuso sexual praticado contra seus filhos, ocasiona em conflitos para muitas delas, pois a descoberta do ocorrido ocasiona em escolhas difíceis, pois muitas vezes o perpetrador é uma pessoa próxima ou até mesmo o companheiro da mãe, porém é dever da mãe de afastar a criança do abusador (LIRA *et al.*, 2017).

Alguns componentes presentes nos microssistemas afetados pela violência, são identificados pela literatura como fatores causadores de risco e que prejudicam os processos proximais e, portanto, interferem no desenvolvimento da pessoa, como: falta de comunicação, segredos, baixa coesão, conflitos, a inversão de papéis (LIRA *et al.*, 2017; BORGES; ZINGLER, 2013; SANTOS *et al.*, 2012; DE ANTONI; BARONE; KOLLER, 2007).

Porém, as famílias ampliadas, enquanto partícipe do sistema de pessoas significativas para as crianças, não atuam de forma a dar suporte para a superação das ocorrências do abuso e rompimento da violência, ocasionando na ausência de denúncia e punição aos autores da violência.

A revelação do abuso sexual é para a criança um momento crucial, segundo Habigzang, Ramos e Koller (2011) é um momento que pode ocasionar reativização, caso os adultos não forem responsivos e não acreditarem em seu relato, deixando-a desprotegida e vulnerável.

A culpabilização das vítimas, como um fenômeno presente no tecido social, ou seja, no macrossistema, contribui com a concepção de que as vítimas provocam a situação de violência sexual, deixando-as na condição de sedutoras e responsáveis pela violência sofrida.

Com esses discursos, a sociedade tenta ocultar a crueldade do crime contra a infância, isolam as famílias de convívios comunitários e fragilizam a rede de apoio, muitas vezes pelos estereótipos e preconceitos macrossistêmicos, imputando nas crianças e/ou adolescentes a cumplicidade na violência sofrida, permitindo aos abusadores a minimização da situação através da busca pela aceitação cultural.

Mas eu sempre tinha aquela ideia: ‘a culpa é minha. Eu é que dou confiança. (Dandara, 30).

Nota-se nas trajetórias de vida das participantes outros fatores de risco atuando, concomitante no mesmo cenário, praticados por outros familiares, revelando as características de hostilidade, baixa coesão familiar, agressividade e autoritarismo no ambiente, implicando em riscos se considerar as características demográficas das crianças.

Eu comecei a trabalhar desde os meus sete anos de idade. Eu vendia frutas na rua. Eu vendia guardanapos com um conhecido da minha mãe. Eu vendia mesmo e eu não tinha vergonha nenhuma. [...] As minhas mágoas e as minhas dores eu afogava no meu trabalho porque era lá que eu era mais realizada e feliz. Devido ao espancamento que eu pegava né, eu preferia estar no trabalho do que em casa. (Malala, 35)

[...] Eu comecei a trabalhar com 11 anos, porque a minha mãe tinha uma banca de café da manhã. Num determinado momento ela deixava eu e minha irmã na banca que tinha 12 anos. Aí a minha mãe ia pra outra banca em outro bairro. Aí eu e minha irmã cuidávamos de uma banca. E desde sempre a gente ajudava ela a cozinhar pamonha, pupunha e aí a gente tinha que vender. A mamãe fazia canjica e a gente tinha que ir pra rua vender e eu odiava isso porque sempre os homens mexiam comigo e era horrível. Eu não gostava de vender, eu tinha vergonha. (Dandara, 30 anos).

As situações que geram sentimentos de vulnerabilidade, decorrentes dos ambientes afetados pela pobreza, manifestam-se de forma violenta no cotidiano das pessoas, levando a prática do trabalho infantil e, muitas vezes, da exploração sexual (FONSECA *et al.*, 2013).

O constante estresse no ambiente ecológico da pessoa pode afetar dimensões importantes para o equilíbrio desenvolvimental, porém ao se tratar de crianças e adolescentes os abalos podem comprometer a saúde psicológica e emocional dos mesmos.

A exploração do trabalho infantil é percebida por muitas famílias como uma alternativa para a sobrevivência e manutenção das necessidades básicas das mesmas, neste interjogo, outras violações podem estar associadas, como a exploração sexual infantil. Para Souza *et. al* (2019) a exploração sexual de crianças e adolescentes apresenta íntima relação com situações de vulnerabilidade presentes no ambiente familiar.

A presença das crianças em exossistemas inapropriados, pode agregar fatores prejudiciais e de risco a sua integridade, dignidade e desenvolvimento. Ao considerar a cultura local, as estruturas de poder, a impunidade frente as violações de direitos a violência sexual contra a criança e adolescente é uma ferida que insiste sangrar, roubando a infância e a dignidade humana (RIBEIRO, 2019a).

Neste cenário, a composição do ambiente objetivo descrito pelas participantes revela a rede de interações das crianças, mas também apresenta características que retratam situação de pobreza e dela decorrem fatores de risco que convergem na complexidade de sistemas engendrados na imprevisibilidade.

[...] A gente passou acho que 10 anos dentro de dois cômodos e aí era bem ruim, com sete pessoas. E aí a gente morava, tipo num motor (barco amazônico), era cheio de rede pra tudo quanto era lado: rede em cima do freezer, rede em cima da mesa, rede em cima do armário...Uns por cima dos outros mas a gente dava conta, né! E assim, na minha infância eu não tenho muitas memórias de coisas muito legais que se faz na infância [...]. (Malala, 30 anos)

Na nossa casa o banheiro era externo. E todas as vezes que a gente ia ao banheiro aquele homem tava vigiando [...]. (Dandara, 30 anos)

Teve uma separação deles que os filhos também foram separados: eu fui pra um canto, minhas irmãs pra outros cantos, na casa dos outros. Foi difícil, eu me lembro. Aí uma amiga da mamãe que tinha duas casas cedeu uma pra gente com um aluguel bem baratinho. Aí a mamãe juntou a gente tudo de novo. (Jacimba Gaba, 40 anos).

[...] não tinha muita coisa, não tinha leite essas coisas. (Tereza de Benguela, 60 anos)

Apesar da superação do determinismo e linearidade quanto ao abuso sexual, por ocorrer em todas as culturas e sociedades e em todos os contextos socioeconômicos, as crianças e adolescentes que vivem em condições desvantajosas, devido a situação de pobreza e de miséria, estão mais expostas às situações de violações de seus direitos, sobretudo da exploração sexual (RIBEIRO, 2019a).

Para Siqueira e Dall’Aglío (2016), a realidade de muitas famílias brasileiras mostra que a vulnerabilidade está intrinsecamente associada à situação de pobreza e ao panorama macrossistêmico de desigualdades sociais. Porém, evidencia-se que a pobreza não é, em si, a causa de processos de vitimização que ocorrem em ambientes intrafamiliares, havendo consenso de que dela podem decorrer fatores que as expõem em risco.

A falta de emprego e renda, precarização das estruturas de moradia, privação alimentar, fragilização e ruptura dos vínculos, conflitos entre casais, agressões, alcoolismos e uso de outras drogas, doenças mentais, trabalho infantil, prostituição, negligência parental, são fatores observados nas histórias compartilhadas e experienciados negativamente, alterando a sensação de bem-estar, elevando o nível de *stress* ao ponto de perturbar emocionalmente seus membros, interferindo nos processos proximais.

[...] Ele fazia uso de drogas [...] Minha irmã tinha característica de pessoa muito adocida e ela era sempre muito triste. (Dandara, 30)

Neste sentido, constitui-se salutar problematizar o modelo hegemônico de família, que produz uma complexidade de estereótipos, preconceitos, discursos moralizantes e mecanismos de controle das famílias empobrecidas, muitas vezes situadas geograficamente, que culminam em atribuições de culpa e desqualificação para o cuidado com as crianças.

Porém, a atuação dos poderes públicos para a garantia de acesso dessas famílias a políticas públicas de apoio se dá pela precariedade dos equipamentos socioassistenciais e pelo caráter enraizado de processos históricos e macrossistêmicos que, ligados a racionalidade neoliberal da modernidade, individualiza a questão social criminalizando a pobreza.

As compreensões desses cenários são importantes, pois sinalizam possíveis fatores que implicam no modo de vida das pessoas e nas disfunções presentes no ambiente ecológico,

mas também elucidam um imaginário coletivo herdado pelo tempo histórico que se revela nas estruturas socioculturais, ideológicas que formatam as relações dos micros aos macroambientes.

A sobreposição da violência é marcante nos contextos descritos, levando ao questionamento quanto ao sentido de infância em alguns contextos.

Assim, a infância como um período em que a criança deve ser protegida, permitindo-lhes a espontaneidade, felicidade e inocência com características próprias, devendo-se cultivar o desenvolvimento da inteligência é marcada pela troca de papéis, onde a criança assume o lugar do adulto e muitas vezes o lugar de cuidador, no caso das meninas elas assumem também o papel de “mulher”.

A variação da concepção de infância e criança a partir do contexto de pertencimento, dependerá da cultura, etnia, religião, nível de instrução dos que dela participam. Para LUSTIG *et al.* (2014), é mais coerente falar em infâncias, a partir de uma análise plural, sinalizando a visão de que a infância está intrinsecamente relacionada ao contexto ao qual convive, não sendo possível restringir a um universo singular.

Quanto as sintomatologias e consequências sociais, físicas, psicológicas e sexuais decorrentes das situações de abuso sexual, também se apresentam como fatores de risco na trajetória das participantes, podendo surgir a curto, médio ou a longo prazo e com intensidades variadas.

Até quando eu tava com meu marido, eu tinha medo de homem. Os homens me causavam medo, pavor [...] eu acordava de madrugada, eu acordava com medo, eu acordava chorando, eu era uma mulher medrosa, melancólica, eu chorava (Malala, 35)

Óbvio que depois que vim estudar eu vim entender porque que eu agia de algumas formas e que poderia ser por causa da questão do abuso. [...] não me dói mais como antes. E também eu atribuo, mesmo sabendo que sequelas ficaram (Dandara, 30).

O convívio com intenso sofrimento ao longo da vida pode levar a vítima a sucumbir frente a dor sentida. As sintomatologias clínicas e comportamentais decorrentes do intenso sofrimento ocasionado pela história de abuso sexual na infância, interferem no referencial de vida das vítimas, podendo produzir comportamentos autodestrutivos e, portanto, suicídio.

Conforme cita Borges e Zingler (2013), os riscos ao abuso sexual podem estar presentes nos diferentes contextos ecológicos, podendo associá-los às suas consequências ou à própria ocorrência.

4.3 Os impactos do abuso sexual sofrido na infância, no curso de vida de mulheres adultas

A teoria bioecológico do desenvolvimento humano TBDH propõe que o desenvolvimento humano seja analisado a partir da interação sistêmica de quatro elementos que se inter-relacionam de forma interdependentes: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo (PPCT) (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998).

Esses núcleos possuem estreita associação com as estabilidades e mudanças que ocorrem nas características intrínsecas a pessoa ao longo do seu curso de vida, organizando-se cotidianamente dentro da unidade tempo-espço, levando a aquisição de habilidades cognitivas, afetivas e sociais para a compreensão mais ampliada, estável e válida dos eventos da vida, trajetórias e contextos.

O componente *pessoa*, no interjogo com os demais elementos, auxilia compreender o abuso sexual ocorrido na infância, cuja fase expressa características biopsicológicas específicas, numa perspectiva de curso de vida de mulheres já adultas ocorrendo, consecutivamente, mudanças e transformações temporais, maturacionais e ecológicas.

A categoria auxilia pensar as características idiossincráticas de cada etapa e as expressões subjetivas considerando desde as crenças e valores compartilhadas no cotidiano até as motivações e metas de vida, implicando posicionamento holístico do observador, sob a ótica de sistemas que se acomodam, se ajustam de forma concêntrica dos micros aos macrossistemas (BRONFENBRENNER, 1998).

Portanto, uma geração sofrerá as marcas das características ecológicas do contexto social do ambiente imediato, mas também dos eventos históricos pertencentes às gerações anteriores. Essa perspectiva nos faz pensar nos processos proximais como forte influenciadores do desenvolvimento e da transmissão de crenças e valores, sendo eles responsáveis pelo desenvolvimento de competências ou disfunções frente aos eventos da vida.

Assim, ao adotar a análise a partir da perspectiva do curso de vida das mulheres que sofreram abuso sexual na infância, deve-se considerar a repercussão das interações e das transformações evolutivas ao longo de suas trajetórias, devendo analisar os contextos histórico e cultural compatíveis ao fenômeno investigado.

Ao rememorar um evento ocorrido consigo, a pessoa realiza o movimento recursivo com caráter complexo e imprevisível quanto às propriedades pertinentes aos processos, o contexto, a pessoa e o tempo onde aconteceu o evento. Isto contextualiza o ocorrido atribuindo significado à narrativa (RESTORI, 2011), como observa-se na fala das participantes, a exemplo de Dandara (30):

Eu não lembro quando isso começou. Não tenho mesmo memória de quando isso aconteceu pela primeira vez. [...] Quando eu cresci, quando eu entendi alguma coisa ele já me tocava. Eu não consigo mesmo me lembrar quando isso começou, não consigo mesmo. [...] Sempre que eu penso nisso, vem essa desordem de tempo. Eu não consigo ordenar.

A perspectiva cronossistêmica apresenta-se notavelmente ao fazer referência à dificuldade em organizar mentalmente o evento ocorrido devido ao transcurso do tempo, mas também ressalta as características da criança durante a ocorrência do evento evidenciando que o entendimento sobre suas experiências da vida acontece de forma desequilibrada e confusa, como ressalta Malala, 35: [...] *eu não entendia porque eu era uma criança e eu não sei o que era aquilo, eu não sabia o que era sexo.*

Os dotes que seriam as capacidades, conhecimentos, habilidades e experiências que a pessoa adquire durante o curso de vida, auxiliam no engajamento efetivo dos processos proximais de maneira construtiva, porém ambientes desfavoráveis e desorganizados limitam e abalam a integridade do desenvolvimento afetando a qualidade dos processos proximais (PALUDO *et al.*, 2016).

Nota-se assim, que a criança possui imaturidade para compreender os eventos da vida, não tendo compreensão total dos acontecimentos, portanto não estão aptas para concordar ou consentir com os atos praticados consigo, sendo percebido por elas como um evento negativo, excessivo e injusto, causador de traumas e intensas repercussões em suas vidas.

Por isso, quando aconteceu eu não sabia que não devia! (...) Quando entramos na adolescência que a gente descobriu que aquilo era errado, era proibido falar sobre isso. (Maria da Penha, 42)

[...] Quando eu cresci eu passei a compreender o que é isso, o que é um abuso sexual e os traumas que eu sofri [...]. (Malala, 35)

A literatura científica que trata sobre as repercussões do abuso sexual vivido na infância e adolescência para a vida das vítimas, evidencia que estas apresentam problemas na esfera psicológica, física, social e sexual. Ainda, eventos de vida traumáticos são potencialmente prejudiciais à estrutura ao desenvolvimento da pessoa, podendo ocasionar em dificuldades diversas, como uma “cicatriz” emocional de difícil superação e recordação, impondo barreiras ao recordar (COSTA, 2007).

O relato de Malala, traduz a compreensão de que a criança manifesta dificuldades em evitar o abuso sexual, que é um ser párvulo, singular, terno, ingênuo, em processo de construção da sua subjetividade, identidade, sexualidade, tendo suas necessidades e desejos próprios da fase, estando em desvantagem frente ao adulto.

Isto, auxilia pensar que as mulheres participantes compreendem o abuso sexual ocorrido consigo na infância como uma grave violação do direito de desenvolver-se sexualmente de forma protegida e segura, como um trauma que deixa lesões que perduram ao longo de suas experiências.

A transgressão da função de proteção e cuidado do adulto também repercutiu negativamente na saúde biopsicológica dessas mulheres, mas também nas interações cotidianas, no desenvolvimento cognitivo, na forma com a qual sentem e veem o mundo, a vida e a si mesmas. Nota-se que, o evento estressor ocorrido em um microsistema repercute nos demais sistemas de pertencimento, podendo ser observado no relato Zacimba Gaba, 40:

[...] Aí eu comecei a me vestir com roupas muito largas pra não mostrar o meu corpo. Eu andava praticamente que nem um menino. Eu andava com blusa assim muito acima do meu número. Eu não mais fazia amizades mais com meninos. Eu tive problemas na escola. A minha média era quase sempre cinco. E ninguém percebia nada.

Ainda, como ressalta Malala, 35:

Aí quando a professora me ensinava até que eu sabia, mas aí o medo me deixava toda trancada, até no ponto do ensino, me bloqueava.

O ambiente estressor e desfavorável ao pleno desenvolvimento da pessoa ocasiona em processos proximais disfuncionais, impactando no modo de vida das pessoas e nas suas interações com os demais ambientes, podendo apresentar dificuldades para manter o controle e a estabilidade socioafetiva.

A presença do intenso risco e vulnerabilidade no cotidiano das mulheres participantes, determinada pela violência sofrida, mas também por um ambiente ecológico negligente, caótico, inseguro, com escassez de recursos e instabilidade socioemocional interferiram em suas trajetórias.

Esses fatores associados com a inexistência de uma rede de apoio, limitaram a oportunidade de estabelecerem processos proximais propícios ao desenvolvimento de competências para conduzir e direcionar seu próprio desenvolvimento com domínios evolutivos.

[...] Eu não me sentia apoiada por ninguém[...]. (Dandara, 30)

Diante de tudo isso, eu só tive suporte quando eu me informei e fiquei mais velha que eu fui entender. (...) Eu tinha medo de homens [...]. (Malala, 35)

Eu não contei pra ninguém porque eu tinha medo. Eu não sei porque eu tinha tanto medo de contar. (Zacimba Gaba, 40)

A compreensão da violência sexual precisa englobar os contextos, desde os imediatos aos mais distantes, incluindo os processos interrelacionais, sistematizando com os acontecimentos macrossociais quanto a influência histórico-cultural.

Assim, o abuso sexual perpetrado contra a criança, possui forte influência das decisões e da trajetória da humanidade ao longo da história, resultando na naturalização das transgressões dos direitos, sobre tudo de crianças e adolescentes e na não responsabilização dos sujeitos, sobretudo políticos.

O macrossistema que envolve crenças, ideologias, valores, padrões generalizados que envolvem uma cultura, constituídos pelos acontecimentos históricos, possui contornos expressivos de violência (sistêmica e estrutural) perante a incidência de crianças e seus familiares em precárias condições de vida devido a pobreza e miséria (ASSIS; MOREIRA; FORNASER, 2021).

Contextos autoritários, subjuga as crianças e adolescentes através do exercício do poder, uma prática excessiva herdada do Brasil colonial e que perdura nos dias atuais. É relevante ressaltar que o sentido de infância é construído no contexto de cada grupo social, a partir da perspectiva de subcultura, assumindo sentidos que variam de acordo com o contexto e momento histórico.

Esse cenário denuncia que, as vítimas de abuso sexual na atualidade sofrem com as repercussões dos atos praticados contra seus corpos e, quando criança, viola a liberdade de poder crescer livre e protegida, mas também são vítimas das repercussões de processos anteriores que operam em seus cotidianos, interferindo no caráter das relações das subculturas pela reprodução de ideologias, crenças e valores.

[...] Só que a minha mãe me chamava muitas vezes de “enxirida”, entende? Então assim, olha só, eu é que me sentia culpada, entendeu? Porque o que acontecia comigo de ser abusada era culpa minha. Assim eu pensava. Aí eu não contava. Ela nunca falou que eu tinha que ter cuidado porque têm homens que se aproveitam assim, assim, assim, entende. E aí eu nunca tive esse esclarecimento. (Jacimba Gaba, 40)

O grupo familiar corresponde a um eixo moral, cujas fronteiras sociológicas são delimitadas a partir do princípio da obrigação. “É idealizada para ser recanto de nutrição afetiva, apoio nos enfrentamentos da vida, estímulos e aconchego” (AGOSTINHO, 2010, pg. 28).

A família é concebida como um lugar socioafetivo, o primeiro microssistema entendido como formador da construção social da pessoa, da subjetividade, afetividade, que transmite valores fundamentais a seus membros, porém quanto ao advento de acontecimentos capazes de abalar ou destruí-la, a aceitação se torna altamente estressante e difícil.

A família, na TBDH é o microssistema onde ocorrem as primeiras interações sociais da criança, nela estão presentes os primeiros cuidadores, adquirindo conceitos, regras, e práticas culturais que irão orientar a socialização em outros ambientes, assim, a família é a responsável pelo desenvolvimento socioemocional da criança, podendo ser positiva ou não (PETRUCCI; BORSA; KOLLER, 2016).

Porém é perceptível na vida e histórias contadas e compartilhadas pelas participantes que, nem todas as famílias cumprem a função designada e esperada, sendo muitas vezes um lugar desprotegido, inseguro, reproduzidor de hábitos nocivos e causador de adoecimentos.

Por ser, a família, um sistema aberto e em mudanças sequenciais, sofre as influências de informações com os demais sistemas extrafamiliares, assim, as atitudes de cada membro serão orientadas pelas características intrínsecas ao próprio sistema familiar, mas também pode mudar diante de eventos externos (COSCIONE, 2018).

O desenvolvimento ontogenético da família, demonstra incidência na qualidade dos processos proximais entre pai/mãe e seus filhos, uma vez que há evidências de que os pais, também, foram vítimas de violência sexual em suas trajetórias de vida.

Essa ocorrência reflete incisivamente na forma da socialização entre seus membros e práticas desenvolvidas na família. A perspectiva macrossistêmica reflete nas relações intrafamiliares uma vez que há interação da díade conjugal e deles com a criança, assim compreende-se que ambos influenciam uns aos outros, havendo no implícito o entendimento de que a criança é responsável pela violência que sofre.

[...] minha irmã me falou “ele também fazia a mesma coisa comigo”. Essa minha irmã é mais velha dois anos do que eu. Então não era só de mim que ele se aproveitava. (...) Aí eu acho que o meu sofrimento foi muito grande quando eu descobri isso que ele fazia com a minha sobrinha (Dandara, 30).

Como essa situação aconteceu também com a minha filha [...]. (Zacimba Gaba, 40)

Os Processos Proximais atuam como força propulsora do desenvolvimento, atuando nas interações estabelecidas no ambiente imediato e de forma progressiva conduzindo relações mais complexas e recíprocas, assim a forma, a força, o conteúdo e a direção dos processos proximais. “Eles são a força motriz do desenvolvimento humano” (STACHEIRA *et al.*, 2020 pg. 2020).

Produzem o desenvolvimento, variam a depender das características da pessoa, do ambiente tanto imediato como mais remoto de onde eles ocorrem, da natureza dos resultados evolutivos, das transformações, continuidades e descontinuidades sociais ao longo do tempo histórico em que a pessoa viveu (PALUDO *et al.*, 2016). Porém, é válido destacar o caráter genético presente nessa dinâmica como influenciador nos processos proximais e, portanto, na formação fenotípica que caracteriza o contexto.

A herdalidade psicológica opera na dinâmica dos processos proximais produzindo padrões geneticamente determinados, possuindo forte influência quanto a natureza dos ambientes (PALUDO *et al.*, 2016).

A exemplo do vivido pelas mulheres, a herdalidade psicológica em interação com o ambiente de risco e vulnerabilidade, destacados nas histórias compartilhadas, contribuíram na fragilização substancial da possibilidade de terem crescido de forma protegida e segura.

[...] E quando naquele momento eu acabei me colando no lugar da minha mãe, nas dores que ela passou e o sofrimento mental que ela passou também porque também ela foi abusada [...]. (Malala, 35)

A documentação do abuso sexual não é recente, possuindo evidências ao longo da história do ser humano, porém apesar da sua existência ter grande incidência nas sociedades, esse assunto ocasiona polêmicas e tabus, pois necessita de quebras de paradigmas, estereótipias e conceitos que foram, ao longo do percurso histórico, cristalizados.

Corroboram com essa análise Minayo (2001) e Assis (1994) ao considerarem que, a violência contra crianças e adolescentes remonta a trajetória da humanidade, presente nos registros mais primitivos, sob inúmeras formas de expressões e adaptando-se às particularidades das culturas e ao momento histórico, destarte, é comum encontrarmos nos registros históricos a eliminação de crianças e adolescentes, a prática do infanticídio e do homicídio

Portanto, modelos dominantes com forte estrutura hierárquica entre gêneros e desempenhos de papéis sociais, correspondem a tradição de que a mulher e as crianças devem ser obedientes a figura do pai-homem, perpetuando de geração em geração. A existência de estruturas dos macroambientes incidem nos microambientes e, portanto, nos processos proximais, como revela as falas a seguir:

A minha mãe nunca tinha falado sobre isso comigo, o que é sexo, o que é relação sexual e o que um homem faz com uma mulher. (Malala, 35)

Nunca contei isso pra mamãe e nem pro meu pai. Primeiro, eles eram muito antigos, de uma mente muito antiga, eu achava que eles iam achar que aquilo era culpa minha também. (Dandara, 30)

[...] Quando cheguei em casa eu falei para minha mãe e senti que sofri mais uma vez o abuso quando minha mãe pediu para não falar para o meu irmão. Isso me deixou muito triste. (Tereza de Benguela, 60)

Cabe pontuar a dificuldade que as vítimas de abuso sexual sofrem para descortinar suas vivências, pois frequentemente a família encoberta a violência buscando proteger o agressor, evitar exposições ou os “transtornos” decorrentes das denúncias e rompimentos dos vínculos, assim a naturalização desse tipo de violação torna-se um problema social severo uma vez que colabora para a cultura do silêncio.

[...] Sempre carregando uma carga muito forte, eu não perdoava a minha mãe e nem meu pai [...]. (Tereza de Benguela, 60)

Assim, as vítimas convivem com mais uma realidade a minimização e banalização do sofrimento e, quando criança, não contam com as pessoas que deveriam proteger, amar e cuidar.

A revelação do abuso sexual é para a criança um momento crucial, segundo Habigzang, Ramos e Koller (2011) é um momento que pode ocasionar revitimização, caso os adultos não forem responsivos e não acreditarem em seu relato, deixando-as desprotegidas e vulneráveis.

Assim, há prejuízos afetivos devido à quebra da confiança, estendendo-se às suas outras relações imediatas e nas distantes ou nas que se estabeleceram no curso da vida. Essas experiências elucidam a concepção de que existe a vitimização primária, mas também a secundária e a própria auto-vitimização secundária, pois além de terem que conviver com as repercussões negativas do abuso sexual, tornam-se vítimas uma segunda vez pelas pessoas que com elas interagem.

[...] Meu sentimento era de me vingar [...]. (Tereza de Benguela, 60)

É significativo destacar a marcante presença da figura da mãe nos relatos das mulheres, evitando conduzir a uma interpretação equivocada sobre seu papel frente à violência e acusá-la de negligente e conivente, desviando a responsabilização do verdadeiro agressor,

nesta dinâmica, a mãe pode viver o sofrimento como vítima e como testemunha (AGOSTINHO, 2010).

Porém, é sabido que em famílias onde ocorre o abuso sexual há trocas de papéis e de responsabilidades, onde as mães se tornam cúmplices da violência levando a vítima a sofrer outra violação como o abandono e o sentimento de desprezo da pessoa mais próxima em que se poderia confiar.

O silêncio opera na vida das vítimas de abuso sexual como sinal de impotência perante a força externa levando-a ao sentimento de desproteção, medo de perder o afeto familiar e muitas vezes do autor da violência, temor de ser desacreditada, que a culpabilizem, de sofrer represálias e desenvolver mecanismos de defesa como cisão, negação e a própria identificação projetiva.

A revelação do abuso sexual é para a criança um momento crucial, segundo Habigzang, Ramos e Koller (2011) é um momento que pode ocasionar revitimização, caso os adultos não forem responsivos e não acreditarem em seu relato, deixando-as desprotegidas e vulneráveis.

[...] Óbvio que depois que vim estudar eu vim entender porque que eu agia de algumas formas e que poderia ser por causa da questão do abuso. (Dandara, 30)

Ainda, o desenvolvimento de emoções fortes como o ódio, mágoas e rancor transformam-se em recursos que atuam frente as vivências de frustração e desprazer. Ao experienciar o abuso sexual, nota-se que o sentimento negativo permanece no psiquismo podendo ocasionar em ataques contra si mesmas e a resoluções extremas.

[...] A pior coisa que tem é a vingança, tentava me vingar nos homens, porém com isso eu me machuquei muito.[...]. (Tereza de Benguela, 60)

Quanto a relação do autor da violência com a vítima, nota-se que ele age de maneira a conduzir a vítima a dessensibilização dos contatos sexuais, muitas vezes envolvida numa trama que progride de tal forma que leva-as a crença de que consentiu o abuso, uma vez que manteve o silêncio e não recusou às carícias, agindo de forma corresponsável sobre esses atos.

[...] Teve um período que eu sentia muita vergonha [...]. (Penha, 42)

[...] Eu acho que eu vou morrer com essa culpa. (Zacimba Gaba, 40)

[...] porque normalmente as pessoas carregam uma culpa muito grande. A gente acha que foi nossa culpa, que a gente que se enxiriu, que a gente que deu abertura pra pessoa mexer com a gente e ser abusivo [...]. (Dandara, 30)

Mas eu sempre tinha aquela ideia: ‘a culpa é minha. Eu é que dou confiança. Se eu falar pra mamãe ela vai me bater porque eu dou confiança’. Eu tinha muito isso[...]. (Dandara, 30).

Existe no imaginário das pessoas, o mito de que a criança pode atuar como sedutora, que com sua conduta envolve-se em jogos sexuais permitindo as investidas de carícias e atos sexuais, principalmente quando existe a comprovação de que ela possui sentimentos positivos pelo abusador e, na ausência da força física, fortalece a resistência em conceber esses atos como crimes sexuais.

Esse posicionamento leva a incorrer o erro de acreditar que a criança poderia evitar o abuso sexual, culpabilizando a vítima por não ter enfrentado as investidas e atos. O sentimento de culpa surge enfaticamente por acreditarem que, de alguma forma, elas despertaram o desejo, provocando o evento ocorrido.

Acho que como não era agressivo, eu não senti como um trauma, pois eu não entendia que era errado. [...] Mas hoje eu não gosto de olhar pra ele. Eu procuro manter distância. (Maria da Penha, 42)

Ele ria cinicamente. Ele não me abraçava. Ele era cínico. Ele era nojento. Ele ria de mim quando eu dizia “olha eu vou falar pro papai” [...] Ele ria de mim e dizia “mas tu gosta”! Agora eu era uma criança...gostar de um troço desse? (Dandara, 30)

Ainda, a sociedade compartilha a crença quanto a “um mundo justo”, onde cada pessoa tem aquilo que merece, que coisas boas acontecem com pessoas boas e coisas ruins acontecem com pessoas ruins (VALA; CORREIA, 2003), assim acredita-se que cabe às vítimas de situações adversas a responsabilidade das ocorrências e consequências de tudo que ocorre em suas vidas.

Ao contrário do exposto, a passividade infantil leva a estruturação de uma subjetividade que busca a aceitação dos outros, num funcionamento de anomia, onde sacrifícios da individualidade acontecem, deixando de ser protagonista e sujeito da sua história, um ser singular para tornar-se posse e objeto do outro.

[...] Dá medo e a pessoa se tranca em si mesma [...]. (Malala, 35)

Se eu falar pra mamãe ela vai me bater porque eu dou confiança”. Eu tinha muito isso e, principalmente por querer proteger minha irmã, de saber que ela poderia se magoar se ela soubesse sobre aquilo. Isso me impedia de falar. (Dandara, 30)

A intervenção inadequada ou a inercia de providências quanto ao abuso sexual agrava as consequências negativas na saúde das vítimas podendo desenvolver visão distorcida do mundo, de seus relacionamentos e de si mesmas. Porém, a idade da criança na época do abuso, a duração, a frequência, modalidade dos atos, a utilização da força ou não, a relação da criança com o autor da violência e o impacto da revelação, influenciam no modo e intensidade da repercussão ao longo da vida.

[...] Era constante e eu tinha medo. (...) Eu me sentia muito mal. Eu era uma mulher medrosa, rancorosa, magoada (...) eu sentia nojo de mim mesma. Nojo, nojo, nojo de mim. Eu viva enojada. E não achava isso certo. (Malala, 35)

Dentre as sintomatologias apresentadas em estudos sobre a repercussão do abuso sexual encontram-se: baixa auto-estima, baixa autoestima, depressão, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), dificuldade de dormir, comportamentos borderline, autolesão, comportamento suicida, transtorno psicótico, alucinações auditivas (CRUZ *et al.*, 2019).

[...] Eu acordava de madrugada, eu acordava com medo, eu acordava chorando, eu era uma mulher medrosa, melancólica, eu chorava...Faltava algo. (...) Até quando eu tava com meu marido, eu tinha medo de homem. Os homens me causavam medo, pavor. (Malala, 35)

O intenso sofrimento da vivência do abuso na infância pode levar a mulher adulta ao sentimento de inferiorização, culminando em sintomas depressivos e ansiosos, agravando-se ao longo dos anos.

[...] Antigamente, devido ao abuso eu tinha dores na alma. Eu chorava por qualquer motivo. Eu me lamentava. Eu me perguntava pra quê que eu estava viva ainda, porque que tudo isso tinha acontecido comigo. (Malala, 35)

[...] Após esses episódios passava na minha cabeça pensamentos sobre o abuso, da perda da minha mãe, (...) Tive meu filho e a minha filha, mas eu convivia com um vazio dentro de mim [...]. Tive cuidado para não me prostituir, mas eu me culpava muito [...]. (Tereza de Benguela, 60)

Cabe destacar que, o adoecimento psicoemocional que relaciona-se com a ocorrência de processos de somatização, transferindo os problemas de ordem psicológica para o corpo, ocasionados pelo abuso sexual, ao longo da vida.

[...] não conseguia dormir e nem tomar banho[...]. (Tereza de Benguela, 60)

De acordo com Cruz *et al.* (2019), a dimensão humana mais afetada em vítimas de abuso sexual na infância é a da sexualidade. Frequentemente, relatam manifestar transtornos sexuais caracterizados por medo na intimidade. Algumas participantes relacionaram os conflitos de identidade de gênero, sentimentos e desejos por pessoas do mesmo sexo e aversão a relacionamentos com pessoas do mesmo sexo do agressor, enquanto vivências resultante das experiências com o abuso sexual. Há situações em que a pessoa desenvolve repugnância e repulsa ao ato sexual e às suas áreas genitais, como veremos nos relatos a seguir:

[...]apesar de conseguir reconhecer através da psicoterapia algumas situações próprias que são decorrentes desse momento, sobretudo no que se refere à sexualidade. (Dandara, 30)

[...] Acho que tem repercussão na minha vida sexual, eu não gosto de certas coisas, me causa nojo. Eu tenho vergonha das minhas partes íntimas, com o tempo eu não aceitava a minha vagina. (Maria da Penha, 42)

[...] A gente sente desejo em mulher verdadeiramente, de não querer ter marido, de não querer ter homem por perto, de ficar com outras mulheres porque a gente se sentimos mais à vontade [...]. (Malala, 35)

Segundo Fromm (2000), o amor possui caráter ativo que corresponde aos elementos primários para relacionamentos equilibrados e sadios como o respeito, cuidado, a responsabilidade e o conhecimento, negá-los ou negligenciá-los é desprezar sua humanidade e, portanto, a própria vida. Assim, os vínculos presentes na vida das mulheres hoje, são nutridos pelo o que foi vivido e imaginado, como ressalta Jacimba Gaba, 40:

[...] Hoje a minha avó tem quase cem anos, mas eu não sou mais próxima dela e nenhuma das minhas irmãs também [...].

As vivências com o abuso sexual resultaram no rompimento do vínculo com sua avó e, portanto, na tentativa de afastamento dos ambientes e interações que ocasionaram, em sua história de vida, dores e sofrimentos. Neste caso, a reminiscência possui força que impulsiona seguir adiante, cria e recria o futuro, se a vida se movimenta para frente em direção do futuro, terá como ponto de partida o passado.

4.4 Fatores de proteção promotores de processos de resiliência nos contextos de mulheres vítimas de abuso sexual na infância.

Neste momento, as análises apresentadas foram estruturadas para dialogar com os construtos: fatores de proteção e resiliência, identificados através das histórias compartilhadas identificados a partir da percepção das participantes sobre suas experiências ao longo da vida.

Destarte, entendendo que os fatores de proteção e os promotores de resiliência sejam processos desenvolvidos ao longo do curso da vida, fez-se uma articulação com a “análise biológica do evento, dos processos e do momento histórico” (POLLETO; KOLLER, p. 409), ressaltando que o desenvolvimento da pessoa, dependerá da sua história individual e transgeracional, constituído em suas trajetórias de vida e das pessoas vinculadas a elas, mesmo que simbolicamente.

Diante do foco tradicional e determinista que busca padronizar as experiências da vida em um modelo linear e fatalista sobre as pessoas, consideradas, em situação de risco pessoal e social, a literatura recente sobre a temática propõe ultrapassar esses preconceitos e estereótipos macrossistêmicos, reforçando as estratégias sadias que impulsionam a superação e enfrentamento das adversidades vividas, sem desconsiderar as implicações negativas decorrentes das injustiças sociais e das transgressões dos direitos (PRECES *et al.*, 2004; PALUDO; KOLLER, 2005).

Desse modo, é importante ressaltar que os fatores de proteção possuem relação com os processos que levam as pessoas a modificação catalítica da resposta frente às situações potencializadoras de risco, favorecendo o desenvolvimento de competências para lidar com os eventos da vida.

Sendo considerados como processo mediante o caráter sistêmico e multideterminado de suas análises, os fatores de proteção levam a pessoa a produzirem experiências efetivas diante das situações de riscos e possibilitam o fortalecimento para que possam sair fortalecidas, mesmo vivendo em situações desfavoráveis.

Apesar da compreensão de que a resiliência se expressa a partir da presença de fatores de risco, apenas a combinação e o acúmulo dos fatores de proteção podem promover e favorecer os processos de resiliência e, portanto, conduzir ao enfrentamento ou superação das situações de crise.

As experiências de vida de Dandara, Malala, Zacimba Gaba, Tereza de Benguela e Maria da Penha apresentam fatores de risco que, para elas, operaram como produtores de adversidades, com repercussões negativas em suas vidas, porém, apesar do intenso sofrimento vivido, elas utilizaram de estratégias que culminaram em competências para manter a estabilidade socioafetiva, reduzindo a incidência e gravidade do ocorrido.

A tecitura das histórias, proporcionam reflexões quanto ao pensamento que constrói representações determinista quanto ao perfil das pessoas que sofrem violência, imputando nelas o potencial para se tornarem reprodutoras do mal que as adoeceram.

Deste modo, o foco deste estudo está direcionado para uma análise bioecológica das variáveis que atuaram dinamicamente nas trajetórias de vida das participantes, considerando as influências dos contextos e do tempo histórico e atual, preservando a subjetivação de como cada uma percebeu o ocorrido em suas vidas.

A resiliência é compreendida como resultado da interação da pessoa com seus recursos internos, previamente definidos, unindo-os aos elementos presentes no ambiente,

podendo manifestar-se ao longo do curso da vida, fortalecendo a pessoa para o enfrentamento das situações adversas.

Existem interesses sociais quanto a implementação de ações direcionadas para o fortalecimento da resiliência, sobre tudo em contextos afetados por adversidades, enquanto instrumentos que podem contribuir na prática protetora em saúde, porém este avanço deve evitar o olhar reducionista e individualista e focar na saúde das pessoas (SANTOS; SANTANA; de SOUZA, 2020)

Portanto, para a realização das análises dos processos de resiliência, alguns pesquisadores (SANTOS *et al.*, 2020; MARTINS, 2011; POLETTO; KOLLER, 2008; PESCE *et al.*, 2005; CECCONELLO, 2003).consideram os fatores protetivos presentes nos sistemas de pertencimento, para isso eles adaptaram três fatores de proteção encontrados na literatura, a saber: a) fatores individuais ou atributos disposicionais da pessoa, como autonomia, autoestima, bem-estar subjetivo e orientação social positiva, além de competência emocional, representação mental de afeto positivo e inteligência; b) fatores familiares ou coesão familiar através da administração de conflito, ausência de negligência, interesse pela criança com laços afetivos; c) rede de apoio social, com recursos individuais e institucionais, que encoraje a pessoa a lidar com as situações da vida.

a) fatores individuais (eu ecológico)

A percepção positiva de si mesmas destaca-se nas narrativas das participantes como elemento importante e surpreendente. O abuso sexual constitui-se em uma experiência traumática, sendo concebida como uma vivência desfavorável a sensação de bem-estar e saúde mental devido a sua gravidade, porém a percepção valorativa de si mesmas surge nas narrativas das participantes confirmando a ideia de que os eventos da vida adversos nem sempre operam na forma de adoecimento.

Destarte, o que levaria a pessoa ao desenvolvimento de saúde mental frente aos traumas vividos? Dialogar com os construtos fatores de proteção, parece ser receitável para a aproximação dos elementos constantes em suas trajetórias promotores de resiliência, desta forma, a autopercepção positiva de si mesmas expressa-se como conteúdo de estratégias psicológicas necessárias para o enfrentamento das possíveis repercussões negativas do vivido, bem como, as estruturas internas constituídas ao longo do tempo como o desenvolvimento de competências para lidar com as suas emoções e com os eventos da própria vida, como ressaltam claramente:

Eu me considero uma pessoa tranquila. (Dandara, 30)

[...] Eu sou uma pessoa dinâmica, fácil de lidar, honesta que gosta das coisas certas. Eu sou uma pessoa bem legal de lidar, sabe?! Eu tenho assim algo muito especial, algo que nem todas as pessoas têm. Eu tenho a conversa fácil e dinâmica. (Malala, 35)

[...] Eu me reconheço uma pessoa muito articulada, independente. Eu me considero bem inteligente pra algumas coisas. Sou muito trabalhadora também. (Dandara, 30)

[...] Eu sou uma pessoa forte. Eu sou uma pessoa que gosta de lutar pelo que eu quero. (Jacimba, 40)

[...] Sou humana, procuro ser justa, sempre fui muito sensível com as pessoas, (Tereza de Benguela, 60)

[...] Sou tranquila, sou feliz, sempre procuro fazer o melhor que eu posso. (...) Eu acredito muito no outro. Não consigo ver muita maldade, entendeu? Sou uma pessoa boa, se me pedir mesmo com raiva eu vou ajudar. Não costumo largar a mão de ninguém. (Penha, 42)

As apercepções descritas estão imbricadas nos conceitos de autoimagem que a pessoa possui de si mesma, elaborada enquanto processo que se constituiu nas experiências pessoais de suas emoções e crenças.

A autopercepção baseia-se nas qualidades positivas, nos atributos de valor, confiança em si mesmas, favorecendo a autoestima, assim, a valorização de si irrompe com o viés patologizante, estimulando o desenvolvimento de habilidades interpessoais, a tolerância ao sofrimento e engajamento em seus objetivos pessoais, bem como a elaboração de novos projetos de vida.

Quando se refere aos processos de resiliência, entende-se enquanto a capacidade que uma pessoa, família ou grupo desenvolve para sobrepujar situações estressoras e adversas, utilizando-se para isso de estratégias psicológicas de enfrentamento, demonstrando comportamento adaptado e saudável, recuperando-se após o dano ou pode prevenir, minimizar e superar os efeitos negativos das ocorrências, reconstruindo suas trajetórias de vida com positividade e mais favorável para suas vidas (SANTOS; SANTANA; De SOUZA, 2020)

As características biopsicológicas constituídas previamente, e as que foram adquiridas na interação com os contextos ao longo do curso da vida, apresentam-se como fatores protetivos auxiliando no sobrepujamento, cura, aprendizado, (re) elaboração simbólica de suas histórias de vida, enquanto indicadores de saúde mental revelam aspectos resilientes.

As características da pessoa são vistas na TBDH como produto e produtora do desenvolvimento, com capacidade para influencia a forma, a força, o conteúdo e a direção dos processos proximais, estando o desenvolvimento imbricado com a estabilidade e mudança nas características da pessoa durante o curso de vida (CECCONELO; KOLLER, 2003).

As habilidades sociais com demonstrações afetuosas, dinâmicas e flexíveis, presentes em suas características pessoais, narradas por elas, marcam seus processos e contribuem para que os processos proximais sejam construtivos, equilibrando suas vidas e tornando o contexto ecológico, atual, mais coeso. A resiliência apresentada ajudou a sobrepujar os efeitos negativos das relações iniciais marcadas pela violência física e por vazios afetivos.

O eu ecológico relaciona-se com um emaranhado de sistemas tecidos interdependentemente que vão desde os microambientes aos elementos constantes nos contextos macrossociais, em universos culturais e geracionais. Porém, as idiossincrasias individuais devem ser consideradas ao tecer reflexões sobre a resiliência.

Diante das postulações, as crenças espirituais e religiosas, apesar de serem constituídas no tecido sociocultural, possui relação intrínseca com as experiências pessoais, atuam transversalmente na construção da autoimagem positiva, podendo ser concebida como fatores protetivos. Melhoram as habilidades da pessoa em lidar com os momentos de *stress* e desequilíbrio, dando sentido às experiências da vida, base fundamental de partida para seguir adiante, portanto serem resilientes, como ressaltam:

Malala, 35: [...] se não fosse Ele, eu não estaria do jeito que eu tô hoje, feliz. Aconteceu tudo isso na minha vida, só que Deus foi o meu porto seguro em todas as coisas, Aquele que me ajudou a superar.

Ainda,

[...] mas eu superei isso com a ajuda de Deus. (...) Eu me sinto grata. Grata a Deus por ter me dado amor, dia após dia pra mim superar (Malala, 35)

[...] eu busco muito a Deus hoje pra me confortar. Lá na Bíblia tem sempre uma resposta pra nossa angústia. (Zacimba Gaba, 40).

Autores como Nichols e Schwartz (2007) pontuam que, os psicoterapeutas, tentaram evitar a abordagem dos temas espiritualidade e religião nos consultórios. A virada do século XXI, marcou um cenário onde, cada vez mais, as pessoas sentiam-se solitárias e vazias, a espiritualidade e religião emergiram enquanto antídoto, capazes de dar significado à vida através da ideia de um ser supremo possibilitando a saúde emocional e física.

A espiritualidade, a conexão com algo superior e transcendente, torna-se um elemento importante no processo de resiliência, no desenvolvimento do potencial humano, considerado como meio para a descoberta, crescimento interior, sucesso cognitivo e emocional, que se dá ao longo do desenvolvimento, podendo ser identificado através da fala de Malala, 35:

Se não fosse Ele, eu não estaria do jeito que eu tô hoje, feliz.

A espiritualidade e religião, atuam como pontes para o ser humano diante da ocorrência de crise na vida, onde o ser espiritual/religioso torna-se em uma boa estratégia para a adaptação com resultados positivos diante das suas experiências, contribuindo para a perspectiva positiva para o futuro, forjando processos de resiliência psicológica (MARGAÇA; RODRIGUES, 2020).

Nas narrativas, as mulheres apresentam-se como sujeito participativo e protagonista, com comportamento interativo, ativo, de movimentação e procura. Buscam aquietar, curar e ressignificar suas dores através de recursos que valorizam a própria dignidade, apresentam processos e interações que se diferenciam das relações vividas anteriores, procuram por recursos que possam ajuda-las na compreensão de suas histórias, as quais muitas vezes continuam a produzir efeitos, mesmo no tempo presente.

Não me dói mais como antes. E também eu atribuo, mesmo sabendo que sequelas ficaram, eu não atribuo mais tantas questões da minha vida à questão do abuso sexual, apesar de conseguir reconhecer através da psicoterapia algumas situações próprias que são decorrentes desse momento. (Dandara, 30)

A fala de Dandara revela que, apesar do transcurso do tempo, os traumas vividos na infância atuam em suas vidas como marcas em suas histórias e corpos, porém o marco temporal também traduz a ideia de que durante o curso da vida, novos processos foram

experienciados, elementos foram incorporados nas habilidades socioemocionais e em suas histórias, novas experiências foram vividas e compartilhadas ajudando na recuperação ou cura do trauma:

“hoje eu superei a questão do abuso” (Dandara, 30).

O termo superação de adversidade, comumente relacionado à resiliência, não deve significar invulnerabilidade ou que a pessoa supere completamente os traumas vividos e saia ileso das situações estressantes, as vivências adversas e estressoras deixam marcas, podendo ser mais ou menos duradouras e, isso irá depender da maneira com a qual cada pessoa responde às situações vividas. (MARTINS, 2011).

Outrossim, os processos vividos de ajustamento, ao longo da vida, surgem de forma imprevisível e complexa.

[...] eu preciso reconhecer que eu passei por um processo de cura espiritual mesmo. (Dandara, 30)

A espiritualidade é vista como uma busca individual para compreender questões sobre a vida, seu sentido, a relação com o sagrado ou transcendente, como uma experiência que a pessoa capaz de contribuir para a superação das adversidades que possam gerar sofrimento, adoecimento e dor, proporcionando processos de resiliência (RIBEIRO, 2021).

O mesmo autor ressalta que, a prática religiosa quando vinculada às dimensões da vida, que leve a libertação da alienação, que esteja em equilíbrio com o contexto de inserção, conduz a possibilidade de crescimento espiritual e saúde, uma vez que se busca, com essas práticas, o comprometimento com a vida e leva a transformações mais transcendentais.

Neste emaranhado de possibilidades, alguns elementos presentes nas partilhas são, significativamente, importantes e não podem passar despercebidos, como: a gratidão e o autoperdão.

[...] eu já perdoei essa pessoa, mesmo que ele esteja morto. Eu perdoei tudo o que me fazia mal. (Malala, 35)

Estudos como o de Lira *et al.* (2017), apontou para consequências devastadoras do abuso sexual ocorrido na infância de mulheres adultos, ao avaliar a capacidade para resiliência e autoperdão. As mulheres que sofreram abuso sexual na infância apresentaram níveis de desesperança e capacidade para o autoperdão inferiores a outras mulheres que não foram abusadas sexualmente na infância.

As elaborações emocionais positivas das participantes da pesquisa, possuem conexão com a prática da espiritualidade e religião, desenvolvidas por elas, alcança-los requereu estar predisposta a superar os sentimentos negativos decorrentes de suas histórias de vida, na busca por compreender o vivido sem distorções, superando a reprodução da autocrítica, culpa e autoflagelo, rompendo com estereótipos macrosistêmicos, possibilitou desatar o que as acorrentavam emocionalmente a quem lhes fizeram coisas ruins, como evidenciam:

Eu hoje me sinto mais livre (Dandara, 30).

Outro elemento repetidamente encontrado em suas histórias foi a alteridade, marcando fortemente as narrativas, atuando como divisor de caminhos e processos:

Senhor, a gente tem que se pôr no lugar do outro (Malala, 35)

Aí eu acho que o meu sofrimento foi muito grande quando eu descobri isso, que ele fazia com a minha sobrinha. (Dandara, 30).

Como essa situação aconteceu também com a minha filha, esse assunto veio à tona pra mim. Eu até que convivia com esse assunto aparentemente superado. Aí quando eu soube da minha filha, aí veio à tona tudo de novo. Então eu criei coragem pra denunciar o agressor da minha filha. (Zacimba Gaba, 40)

Quando minha sobrinha passou por isso, pelo o pai eu tive que lidar com essa situação. (Maria da Penha, 42)

Ao considerar a alteridade nas atitudes empáticas das participantes, ressalta-se seu conceito “Ser outro, pôr-se ou constituir-se como outro” (ABBAGNANO, 2007, p. 35). Frente a perversidade presente nas relações humanas, com rosto descortinado nas histórias contadas,

o “outro” passou a ser a própria saída para a construção de uma nova ética inter-humana. A condição de se colocar no lugar do outro, os afetos que surgiram pela intersubjetividade de suas histórias e conexões com seus pares, levaram a caminhos avessos, onde surgiu o sentimento de responsabilidade e compaixão, impulsionando-as intervir na dor do outro.

[...] as vezes me chamavam de besta, procuro ver o que as pessoas têm de bom. (Tereza de Benguela, 60).

Quando vem alguém falar de abuso pra mim e pedir ajudar eu digo: “Eita, Deus! É muito forte aquilo que Tu faz, né?” Eu passei e superei tudo isso. Hoje tem o meu testemunho. Temos que tratar das crianças hoje pra que no futuro não tenha tanto trauma e pessoas querendo se suicidar como tá acontecendo, né? (Jacimba Gaba, 40)

Ao perceber o outro, olhar para a outra pessoa movimentou-se a necessidade de romper com o enclausuramento de si, superando o temor, a frieza e o medo individual, assim a consciência é questionada e nesse questionamento surge a consciência de responsabilidade pelo outro, como ressalta o filósofo Emmanuel Lévinas “é nesse continuo esvaziar-se frente ao face-a-face que os seres humanos amadurecem a dimensão do verdadeiro humanismo” (2009, p. 49).

Os processos promotores de resiliência, presentes na dimensão pessoa, também estão relacionados com o enfrentamento das ocorrências do abuso sexual, considerando o transcurso do tempo e o desenvolvimento humano como contribuidores ressaltando o significado de processo, como assinalam:

Quando eu tinha 13 anos eu falei pra ele que não era pra ele se aproximar de mim, porque se ele se aproximasse eu ia contar pro meu pai. (...) Eu enfrentei isso sozinha sem entender o que era isso. Mas no dia em que eu tomei consciência e disse: “Não me toque mais porque senão eu vou falar”. (Dandara, 30)

Aí ficou assim, eu me afastei da casa da minha avó, mal eu tomo bênção. (Jacimba Gaba, 40)

Ao compreender que, o que acontecia consigo era uma violação da sua dignidade sexual e de seus direitos, Dandara e Jacimba enfrentaram as circunstâncias e as condições

impostas, com atitude de autoproteção, destarte o amadurecimento de suas características biopsicológicas auxiliaram na nutrição do despertar para a sua condição, bem como para a coragem e para a sua imposição para o rompimento com a violência, transpondo o pacto do silêncio e invertendo as estratégias de ameaças, mesmo tendo mantido o ocorrido em segredo.

b) Fatores familiares

A família apresenta-se como microssistema constituído por elementos que, aprioristicamente, deveriam atuar como fatores protetivos, servindo como rede social e afetiva a seus membros.

Alguns elementos foram indicativos de fatores promotores de resiliência presentes nos contextos familiares. Um dos fatores apresentados foi a atitude da mãe em afastar a criança do abusador, impedindo o contato deste com a vítima: *Aí ela saiu da casa da minha avó e foi morar só com ele e os meus irmãos e eu fiquei na casa da minha avó. Eu não tinha mais convivência com eles. (Malala, 35)*

Para alguns autores, o afastamento da vítima do agressor se torna um fator importante em contextos de proteção (HABIGZANG; RAMOS; KOLLER, 2011).

Apesar de Malala ter vivido outras formas de violência devido à distância da sua mãe e dos irmãos, as atitudes de enfrentamento e denúncias, constituem-se em fatores de proteção, pois representam o rompimento com a violência e a busca pela justiça e dignidade da pessoa.

Porém, mesmo compreendendo que a atitude da mãe de Malala seja passível de outras reflexões, a distância mantida entre a criança e o abusador ou, ainda, a mudança de contexto e abertura para a participação em outros mesossistemas com novas trocas afetivas e efetivas, tornaram-se importante para que houvesse a aproximação afetiva com sua avó, como recorda: *A minha avó foi a minha mãe, a minha companheira e o meu alicerce. (Dandara, 35)*

O suporte familiar é fundamental para a superação das experiências estressoras e adversas, com grande potencial para promover um ambiente ecológico propício para comunicação aberta e expressão das vivências, com trocas de apoio como forma de mitigar as consequências emocionais e crenças assimiladas pela ocorrência do abuso sexual, ainda, a figura materna mesmo com destaque enquanto figuras de cuidado, foi com a avó o

estabelecimento do acolhimento e cuidado, favorecendo o equilíbrio e a redução dos possíveis danos psicológicos (SANTOS; SANTANA; DE SOUZA, 2020).

O apoio, acolhimento e cuidados da família, marcam as lembranças afetivas das pessoas que passam por situações difíceis, enquanto recordações indeléveis, e ajudam para a superação ou diminuição do sofrimento, como recordou Tereza (60): *Os cuidados da minha mãe e a felicidade na minha infância. (Tereza de Benguela, 60)*

Nota-se que, nas histórias compartilhadas, mudanças foram acontecendo em todas as dimensões: pessoa, processo, contexto e tempo, isso ajuda a pensar que, apesar do ambiente familiar pregresso das participantes terem sido caóticos, com rasos recursos protetivos nas esferas socioafetivas, evidencia-se transformações nas trajetórias pessoais e familiares.

Outrossim, as mudanças no sistema familiar também ocorrem pela passagem do tempo, na própria trajetória da família, pela (re)adaptação e prosperidade frente as múltiplas dificuldades apresentadas nos contextos da infância, e que na vida adulta as relações passaram de distantes e frias para processos afetivos, com vínculos fortalecidos, respeitoso e com apoio mútuo. Falaríamos aqui de resiliência familiar?

O que me deixa mais feliz é saber que passamos por tudo isso e superamos (Tereza de Benguela, 60)

Mas a minha família (...), eu tenho como pessoas bem importantes e eu sei que podem ser suportes pra mim. (Dandara, 30)

A família enquanto um sistema aberto, sofre as transformações de mudanças em seus sistemas, assim como também é influenciada pelas redes de interações conectadas a ela e, ao se permitir viver as transformações, é sujeita a influencias recursivas do ambiente social, econômico, histórico e cultural, assim, as transformações ocorrem como forma de equilíbrio familiar (OSÓRIO; DO VALLE, 2009)

Hoje eu conto mais com a minha mãe, com a minha avó. Elas são suporte maravilhoso na minha vida. A minha mãe, a minha avó, as minhas tias assim, elas têm me ajudado. Elas têm me apoiado em tudo que eu vou fazer. (Malala, 35).

A coesão familiar e o apoio afetivo demonstram ser fatores de proteção e atuam como suporte para os integrantes da família. Ainda, a valorização dos estudos e do trabalho, as

esperanças quanto as melhorias das condições de vida, a mentalidade cidadã e política contribuem com novas perspectivas de vida e para interações mais saudáveis.

Tenho que estudar, trabalhar... Criar minhas filhas da maneira melhor possível.
(Zacimba Gaba, 40)

Nesta perspectiva familiar ressalta-se a presença dos irmãos como mediadores de processos importantes na vida das participantes. A depender do contexto de pertencimento, os irmãos são fontes de socialização, trocas de afeto, de parceria e ajuda mútua contribuindo para a capacidade de enfrentamento das situações de risco na idade adulta. São aqueles com os quais compartilham a brincadeira, a comida, os brinquedos, os afetos e a dor (POLETTI; KOLLER, 2008).

Eu contei isso depois de bastante tempo que eu comentei com a minha irmã
(Dandara)

[...] coloquei na minha cabeça que eu deveria cuidar das minhas irmãs. (Tereza de benguela, 60)

[...] Eu também lembro muito das minhas irmãs ajeitando e amarrando meu cabelo, ajudando a cuidar de mim. (Jacimba Gaba, 40)

A capacidade de resignificação favorece para a construção de novos sentidos e significados para suas histórias, uma oportunidade de transformar a dor e o sofrimento em algo positivo, dando sentido a continuação da vida, olhar para frente e dar-se a chance de reconstruir os passos e os caminhos, é permitir-se dar uma nova chance.

Encontra-se alguns processos resignificados, que buscam a quebra de estruturas pautadas no hedonismo sem compromisso e desrespeito às alteridades, nas relações assimétricas de gênero, no culto à violência, essas elaborações internas servem como ponte para novas histórias, libertas de processos de opressão e indignidade, como pontuam:

Temos que tratar das crianças hoje pra que no futuro não tenha tanto trauma e pessoas querendo se suicidar como tá acontecendo, né? (Malala, 35)

Mas é assim, primeiro eu queria estudar Psicologia porque eu pensava que eu poderia muito bem ajudar as outras crianças pra atender, entendeu? (Jacimba Gaba, 40)

Sempre procurei cuidar bem do meu filho. (Tereza de Benguela, 60)

Eu procuro fazer diferente, ter uma relação de proximidade com a minha filha.
(Penha, 42)

C) rede de apoio

Na rede de apoio social estão contidas as análises dos recursos presentes nos níveis dos contextos identificados pelas participantes que, de alguma forma, contribuíram para o enfrentamento e cura das repercussões do abuso sexual em suas vidas.

Por outro lado, ao se tratar de rede de apoio social, compreende-se como aquela constituída por um conjunto de relações interpessoais, mas também interinstitucionais a partir das quais uma pessoa procura manter a própria identidade social – hábitos, costumes, valores -, recebe sustento emotivo, ajuda material, serviços e informações, tornando possível o desenvolvimento de relações sociais posteriores. *“Essa rede corresponde ao nicho interpessoal do indivíduo e contribui substancialmente para seu próprio reconhecimento como indivíduo e para sua autoimagem”* (SLUZKI, 1997, p. 42).

A rede de apoio social e afetiva da criança ou pessoa é primordial para o rompimento do segredo e revelação do abuso sexual, sendo compreendida enquanto um conjunto de sistemas e de pessoas significativas que estruturam a rede de relacionamentos da criança/pessoa e que atuam no sentido de proteção (HABIGZANG; RAMOS; KOLLER, 2011).

Ainda, para os autores supracitados, nos casos de abuso sexual a rede de apoio constitui-se pela família, escola, comunidade, igrejas e pelas estruturas que garantem direitos e assistência, atuantes enquanto exossistemas estruturada pelos conjuntos dos mesossistemas. Porém, o despreparo, a fragmentação e desorganização dessa rede colaboram com a revitimização e não intervenção efetiva na diminuição dos danos e, portanto, nos efeitos das ocorrências.

O comportamento resiliente apresenta características dinâmicas, elaboradas através da interação entre as pessoas e destas com seu ambiente e contexto sociocultural de forma interdependente. O apoio socioemocional às crianças que passam por circunstâncias adversas disponibiliza a elas espaço e acolhimento para relatarem seus problemas, aborrecimentos,

ocorrências e sentimentos, atuando enquanto processos que desenvolvem a resiliência. A família e amigos são elos importantes que podem atuar como fatores protetivos.

[...] A colega da minha mãe, acho que ela viu algo nas minhas partes íntimas, eu não me lembro, sabe. Aí quando essa colega da minha mãe falou sobre ele, aí a minha mãe tomou uma atitude. Na época, a minha mãe mesma, ela foi lá na justiça. (Malala, 35)

A amiga da família atuou na vida de Malala interferindo nas ocorrências do abuso sexual, desencadeando novos processos que resultou na proteção e no afastamento da criança do abusador. A ligação e atuação do exossistema no microssistema familiar foi fundamental para a identificação do sofrimento e violência sexual praticada contra a criança, o que ressalta a importância da participação da família em ambientes de socialização, desenvolvimento e cuidado.

A ações foram favoráveis a dignidade e proteção da criança, exigindo desenvolver um percurso doloroso para qualquer mãe, a confirmação do ocorrido e, portanto, a denúncia e demais procedimentos. A disponibilidade de uma rede efetiva e atuante é fundamental para essas ocorrências, como forma de garantir a dignidade e integridade das vítimas. Assim, o acesso a rede de apoio social e afetiva evidencia a interligação entre os sistemas, neste caso o micro e exossistema, sem desconsiderar a atuação e interligação dos demais contextos.

O grupo de pares também foi mencionado como fatores protetivos e que ajudaram nos processos de resiliência, pois é representado por pessoas significativas, com as quais estabeleceram papéis importantes de cuidados, partilhas, confiança e segurança aumentando a probabilidade de ajuda em situações adversas, como ressalta Dandara, 30:

[...] Hoje, eu tenho alguns amigos. Eu tenho uma amiga especial que é a [...] que eu posso contar em tudo. Ela, nos momentos difíceis que eu ligar, ela vai responder.

A rede de apoio é fundamental nos processos de resiliência, pois fornecem recursos externos adequados para o enfrentamento dos eventos da vida, assim, amigos, parentes, serviços são alguns deles (MARTINS, 2011)

A rede de apoio também pode ser uma entidade, aqueles que são seus conhecidos, uma crença, religião que oferece, de alguma forma, apoio social e afetivo, como percebido e significado pela pessoa (BRONFENBRENNER, 1996).

[...] Não só ela, mas eu tenho um círculo de amizade que eu tenho certeza desse apoio e também minha família, minhas irmãs, sem dúvida são pessoas que eu posso contar. Também o meu esposo é uma pessoa que eu possa contar, com reservas. Mas a minha família e meus amigos, eu tenho como pessoas bem importantes e eu sei que podem ser suportes pra mim.

Ela minha mãe [...] hoje eu não tenho mágoa dela, eu amo ela. E o que eu possa fazer por ela... Eu sou ali um suporte mais presente na vida dela do que os outros que ela criou.

A resiliência familiar, segundo Martins (2011) ocorre de forma relacional mediante a interação entre seus membros e da família como um todo em seus sistemas. Desenvolvem componentes indispensáveis para o enfrentamento, estímulos às potencialidades e esperança, onde os processos individuais e os coletivos são importantes para superarem os eventos da vida.

[...] Eu participei por uns 10 anos da Igreja de um grupo da Renovação Carismática Católica e ali eu passei a fazer um processo de cura, e de entender bem o que era isso e trabalhar alguns aspectos emocionais dentro do viés da espiritualidade. E aí quando eu falei sobre isso foi um momento de muito alívio e de não ser julgado por isso pelas pessoas. Então aquele ambiente da Igreja foi muito importante pra mim. (Dandara, 30)

A religiosidade, é uma dimensão de fé que se dá de forma comunitária e institucionalizada, envolvendo rituais e crenças, ou seja, pertencer a uma religião ou professar um credo remete a uma experiência “relacional de encontros e processo que gera transcendência: com o outro, consigo mesmo e com o Outro, um Ser Supremo” (RIBEIRO *et al.*, 2021 pg. 350).

A participação continuada, engajada na igreja tornou esse ambiente em um importante microssistema desenvolvimental. Através da disponibilidade de interrelações afetivas, confiáveis, responsivas e responsáveis, possui forte sentido e significado para a vida, oportunizando processos de transformações e mudanças em seus cursos de vida.

A regularidade, marcada pela duração das interrelações e participação no ambiente ecológico, ressalta a importância do tempo para que ocorra, de fato, processos importantes que conduza a cura, ressignificação de suas histórias e superação.

Os processos proximais são influenciados pelas características da pessoa em desenvolvimento, mas também dos demais elementos que compõe o seu contexto interligado com o fator tempo (VARGAS, 2020).

Dentre os fatores de proteção, estão os que se apresentam nas estruturas comunitárias, enquanto partícipes de exossistemas disponíveis as pessoas enquanto apoio, e intervenções assim, para Oliveira (2021) o exossistema é a extensão do mesossistema que comporta estruturas sociais formais e informais específicas das quais não há participação da pessoa em desenvolvimento, mas que exerce influência, delimita e afeta, como ressaltam:

[...] Eu fui muito ajudada pelo Serviço de Psicologia da Arquidiocese. (Zacimba Gaba, 40)

Os fatores de proteção podem correlacionar-se aos microsistemas das famílias, sendo entendida como as relações e experiências estabelecidas durante o desenvolvimento em seus ambientes mais próximos. As pessoas, as instituições servem como microsistemas importantes para as famílias que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade, servindo como dispositivos que contribuem para a rede de apoio social, mas que também podem contribuir negativamente.

Por conta disso, em um território, faz-se necessário identificar e caracterizar os equipamentos da rede de apoio social e socioassistencial das instituições governamentais e não governamentais que trabalham com famílias empobrecidas em todos os sistemas de pertencimento dessas famílias: o microsistema, o mesossistema, o exossistema, o macrosistema e o cronossistema.

A rede socioassistencial, é entendida então como um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que oferecem e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade.

Vale lembrar que as instituições e as pessoa que constituem as redes socioassistenciais e a rede de proteção são partes fundamentais do microsistema e do mesossistema destes sujeitos e suas famílias, e que as mesmas exercem um poder de interação capaz de promover resiliência ou processos protetivos mesmo em meio a desafiante realidade de empobrecimento e vulnerabilidade em que se encontram.

Os atendimentos profissionais ofertados pela rede de proteção desempenham função fundamental no suporte às vítimas de violência, neste caso, às crianças que sofreram abuso sexual. Os serviços dos profissionais da rede de proteção podem auxiliar as vítimas de abuso sexual no desenvolvimento de funcionamentos psicossociais mais adequados para enfrentar as dificuldades da vida e traumas vividos, promovendo a resiliência.

Mas eu superei também através dos psicólogos, né. Teve advogado, teve professor, teve psicólogos. (...) Eu procurei a psicologia porque eu queria me tratar. (Malala, 35)

Eu entendo o valor de uma psicoterapia. (Dandara, 30)

Para me ajudar fui ao psicólogo. (Tereza de Benguela, 60)

A psicoterapia pode ser um fator importante a ser considerado nas estratégias de enfrentamento dos eventos traumáticos, ressalta Dupont *et al.* (2021).

As intervenções psicológicas possuem caráter protetivo e contribuem para a diminuição dos sintomas ocasionados pelas repercussões do vivido e melhora a qualidade de vida. Com abordagem que rompe com o olhar patologizante, o atendimento psicológico integrado a outros serviços da rede de proteção, podem estimular a elaboração da autoestima positiva, habilidades para as interações sociais, tolerância ao sofrimento e (re)construção de projetos de vida e qualidade de vida.

Com a compreensão de que os quadros psicopatológicos decorrentes de abusos sexuais, precisam ser acompanhados na perspectiva psicossocial, mas também acompanhamentos psicoterápicos são importantes, pois em conjunto proporcionam maior qualidade de vida para as pessoas e devem incluir a família.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo buscou-se compreender as repercussões na vida adulta de mulheres que foram vítimas de abuso sexual na infância, para isso discutiu-se com os fatores de risco e de proteção presentes em seus sistemas de pertencimentos que contribuíram para serem mais ou menos resilientes.

O abuso sexual praticado contra a criança e adolescente possui forte influência das decisões históricas e da trajetória da humanidade, marcados no macrotempo, resultando na naturalização das transgressões dos direitos, sobretudo de crianças e adolescentes e na impunidade dos atos praticados.

Observou-se que contextos autoritários subjagam as crianças e adolescentes através do exercício do poder abusivo. Uma prática excessiva colonialista e que perdura nos dias atuais. Ainda que existam estruturas sociais e leis, governamentais e não governamentais, que assegurem o direito das crianças e adolescentes, o índice de abuso sexual e outras violências contra a infância só tem demonstrado crescimento.

O abuso sexual intrafamiliar apresenta-se engendrado a uma complexidade de fatores e remete a confusão no desempenho de papéis pelo cuidador, que por vezes atua como promotor da proteção e cuidados e em outros momentos negligencia e viola seus direitos, resultando na ausência de uma comunicação livre, em segredos, baixa coesão, conflitos e na inversão de papéis.

A existência da violência nesses contextos, torna o ambiente antagônico, caótico, confuso, podendo levar a disfunções, pois quem deveria proteger, amar e cuidar acaba machucando e colocando a criança em risco. Esse cenário, reforçado pelas partilhas das participantes, nos levar a questionar o sentido de infância na sociedade, enquanto construção no contexto de cada grupo social.

As análises apontam para uma realidade onde as vítimas de abuso sexual, na atualidade, sofrem com as repercussões dos atos praticados contra seus corpos e, quando criança, viola a liberdade de poder crescer livre e protegida, mas também são vítimas das repercussões de processos anteriores que operam em seus cotidianos, interferindo no caráter das relações nos microambientes, pela reprodução de ideologias, crenças e valores macrossociais.

As histórias compartilhadas, tornaram evidente que o fenômeno da violência sexual e, neste caso, o abuso sexual, está inserido num processo multidimensional de sistemas e multifacetado, cujas características são diversas e com múltiplas consequências. Compreender as ocorrências do abuso sexual exige considerar os fatores de risco e os de proteção presentes nesta casuística, sendo os fatores de proteção propulsores do desenvolvimento dos processos de resiliência.

O decurso das análises exigiu considerar os elementos subjetivos das participantes, mediante a imprevisibilidade das ocorrências, devendo transpor os aspectos reducionistas e determinantes. Assim, um evento da vida pode ser percebido como perigoso por uma pessoa e para outra, ser experienciado como um desafio e não ocasionar efeitos negativos ou de impactos menos prejudiciais.

Porém, destaca-se que, mesmo considerando os aspectos subjetivos ao discutir fatores de risco e proteção, saindo do enquadramento determinista e fatalista, o presente estudo identificou que os impactos do abuso sexual atuaram nas histórias das mulheres vítimas como eventos estressores, deixando marcas profundas e que se constituíram em riscos a integridade física, cognitiva, afetiva, social, espiritual, com incisivos impactos na dignidade sexual.

Nos contextos apresentados, identificou-se alguns elementos presentes nos microambientes das participantes que impediram o estabelecimento sadio dos processos proximais e que se configuraram em fatores causadores de risco, a saber: a) a fragilidade da rede social e afetiva, ocasionando no repasse da guarda e cuidados pela criança a pessoas com baixa interação afetiva, ou até mesmo a longa permanência delas sozinhas em casa; a restrição das famílias ao ambiente de moradia e local de trabalho, com fragilidades no estabelecimento de interações efetivas em outros sistemas; b) a restrição relacional e ecológica, que restringe a comunicação emocional livre e aberta, impedindo o desenvolvimento de processos proximais em microssistemas, como por exemplo, o escolar.

Elementos macrossistêmicos foram identificados atuando nos microambientes apresentados, revelando-se enquanto mecanismos para a manutenção do abuso sexual pelo qual desvela-se a massiva cultura do patriarcado, tais como o machismo, as assimetrias de poder entre gêneros a crença no mundo justo, assim como dos demais compartilhamentos sociais que desaguam na negação de acontecimentos históricos e na não atitude protetiva pelo caráter de naturalização dessas ocorrências.

Nas relações dispostas, no contexto macrossistêmico, considerando as relações de gênero, a mulher-mãe é cobrada a assumir socialmente a postura protetiva aos filhos (as) e

responsabilidade pela manutenção da harmonia e cuidados familiares, enquanto os demais participantes se eximem da responsabilidade protetiva e cuidadora. Assim, a mulher-mãe torna-se aquela que carrega todos os estereótipos sociais, mas também a que se ergue em prol de seus filhos, que peregrina em busca de justiça e proteção. Ainda, a culpabilização das vítimas, contribui com a concepção de que elas provocam a situação de violência sexual, deixando-as na condição de sedutoras e responsáveis pela violência sofrida.

Um importante achado aponta para imprevisibilidade, porém as condições desvantajosas, devido a situação de pobreza e de miséria, expõem as crianças e adolescentes às situações de violações de seus direitos, podendo levar a exploração sexual e/ou trabalho infantil. Esse cenário precisa ser cuidadosamente tratado, investigado no contexto, para não culminar em atribuições de culpa e desqualificação das famílias pobres pelo cuidado com as crianças, reproduzindo o que vem sendo superado na atualidade, a desqualificação das famílias pobres pelos cuidados de seus filhos.

Quanto as sintomatologias clínicas e comportamentais decorrentes do intenso sofrimento ocasionado pela história de abuso sexual na infância, independentemente da quantidade, frequência e tipo de abuso sexual os impactos geram sérios prejuízos e interferem no referencial de vida das vítimas, podendo produzir comportamentos autodestrutivos, baixa autoestima, depressão, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), dificuldade de dormir, comportamentos borderline, autolesão, comportamento suicida, transtorno psicótico e alucinações auditivas.

Contudo, mesmo tendo experienciado significativos impactos do abuso sexual e dos demais evento adversos de suas vidas, as mulheres apresentaram pronto progresso para seguirem em frente, sobrepujando os efeitos deletérios ocasionados pelo abuso sexual.

Os fatores protetivos são propulsores dos processos de resiliência, assim os elementos individuais ou atributos disposicionais da pessoa, como a autonomia, auto-perdão, espiritualidade, crenças religiosas, alteridade, gratidão, autoestima, bem-estar subjetivo e orientação social positiva, além de competência emocional, representação mental de afeto positivo e inteligência, são fatores protetivos que contribuem para os processos de superação. Outrossim, as mudanças no sistema familiar também ocorrem pela passagem do tempo, na própria trajetória da família, pela (re)adaptação e prosperidade frente as múltiplas dificuldades apresentadas nos contextos anteriores e, na vida adulta as relações foram formatadas e passaram de distantes e frias para processos afetivos, coesos, com vínculos fortalecidos, respeitoso e com apoio mútuo. Enquanto sistema aberto, a própria família vivencia os processos de resiliência e

ressignificação das suas histórias buscando romper com comportamentos transgeracionais que impediam processos evolutivos.

No que se refere ao poio socioemocional às crianças que passam por circunstâncias adversas, quando disponibilizado a elas espaço e acolhimento para relatarem seus problemas, aborrecimentos, ocorrências e sentimentos, promovem processos que desenvolvem a resiliência. A família e amigos são elos importantes que podem atuar como fatores protetivos e rede de apoio social e afetiva.

A resiliência, aqui compreendida como processo de construção em todas as etapas da vida dessas mulheres e, portanto, inacabada, ajudou a sobrepujar as relações iniciais marcadas pela violência física e por vazios afetivos, assim, diante da perversidade vivida, mesmo tendo sido vítimas de ataques contra suas vidas, os processos vividos clarificam que ser resiliente é abrir-se para ser (re)construído com o “outro”, passando a ser a própria saída para a (re)elaboração de suas histórias, assim emerge a consciência de uma nova ética, a inter-humana, na busca por transformações internas, mas também sociais. .

Cada participante, ao vivenciar seus cursos de vida, mudanças e transformações, foram desenvolvendo processos de resiliência e ao mesmo tempo a capacidade de ressignificar suas histórias e (re)elaborar suas experiências através do encontro com seus pares e solidarizar-se com os mesmos. Ao contrário da rigidez, manutenção da dor e do sofrimento, os afetos que surgiram pela intersubjetividade de suas histórias e (re)conexões com seus pares, levaram a caminhos avessos, em que surgiu o sentimento de responsabilidade e compaixão, rompendo as barreiras do individualismo e indiferenças para (re)construção de novas histórias.

Assim, ser resiliente é viver mudanças e transformações, processos, que conduza a saúde socioemocional, numa perspectiva de mútua solidariedade orgânica, na qual a família e outros elementos de sistemas de pertencimento das participantes precisam ser reconhecidos, incluídos, apoiados e valorizados.

Independentemente dos microssistemas de pertencimento, o desenvolvimento socioemocional da pessoa que vivenciou o abuso sexual dependerá das interrelações estabelecidas, dos sentimentos afetivos positivos, da reciprocidade estabelecida, da responsividade de seus pares, do equilíbrio de poder, do estabelecimento de uma comunicação livre, que estimule a participação, protagonismo, autonomia e da constituição de uma rede de apoio social e afetiva para além das vítimas.

A privação ecológica e social, apresenta-se como fator que inibe as relações sociais, conduzindo a falta de interações com as pessoas. Portanto, a flexibilidade dos sistemas deve

garantir a participação em outros ambientes como suportes sociais como a escola, igreja, trabalho, comunidade, serviços de saúde. O atendimento psicológico adentra como forte apoio, conduz as vítimas de abuso sexual a ressignificação de suas dores na perspectiva de construção de novos projetos de vida e libertação do mal que as acorrentavam.

A coesão familiar, ecológica, tornou-se importante no desenvolvimento das participantes emergindo através do interesse recíproco entre seus participantes e de laços afetivos capazes de proporcionar-lhes ajuda em situações adversas.

Apesar dos rasos achados na literatura sobre os processos de resiliência em vítimas de abusos sexuais, devido ao foco direcionado para as consequências negativas, a presente pesquisa alerta para a necessidade de reconhecer, identificar e potencializar as capacidades que cada pessoa possui, muitas vezes enquanto força latente pronta para ser usada em situações adversas, superando olhares, somente, para a dor e sofrimento, mas de forma ampliada proporcionar-lhes fatores que possam atuar como protetivos como forma de desenvolver e fortalecer processos de resiliência.

Mesmo diante de um contexto desfavorável ao pleno desenvolvimento (se é que isso seja possível), é sempre importante e possível prevenir, minimizar os efeitos deletérios e reconstruir-se, continuar suas trajetórias de vida de forma sadia e favorável. Amenizar a dor ou dar outro significado para a dor e o sofrimento.

Portanto, Identificar fatores de risco pode ser uma estratégia que conduza ao favorecimento de programas de intervenção em que modifique as situações causuísticas incompatíveis com o desenvolvimento proximal que agrega interações construtivas e sadias, mas também estratégias e programas sociais, políticas públicas direcionadas para a possibilidade de socialização dos afetos, sentimentos de pertencimento com caráter de reciprocidade, ajuda e apoio às famílias para a superação de suas adversidades e conflitos, dentre as quais o empobrecimento, precisam ser consideradas.

Ainda, mesmo compreendendo que esta pesquisa não encerra a discussão sobre as temáticas apresentadas, há necessidade de tecer pesquisas com olhares sistêmicos que conduza a compreensões que ultrapasse o individualismo, com leituras imbricadas nos sistemas de pertencimento da pessoa elencados processo, pessoa, contexto e tempo (PPCT) como forma de elucidar os fatores que tornam o abuso sexual cada vez mais frequente e cultuado socialmente para que se possam criar estratégias preventivas e interventivas mais eficientes, eficazes e éticas.

6 REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARIÈS, P. História social da criança e da família. In: Minayo, M. C. S. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.** 1 (2), agosto, 2001. Disponível

em: <<https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/mQqmmSTBf77s6Jcx8Wntkkg/abstract/?lang=pt>>

Acesso em: 26/01/2022.

ASPESI, C.; DESSEN, M.; CHAGAS, J. A ciência do Desenvolvimento Humano: uma perspectiva interdisciplinar. In M. Dessen & A. Costa Jr. (Orgs). In: **A ciência do desenvolvimento humano** – tendências atuais e perspectivas futuras (pp. 19-36). Porto Alegre: Artmed, 2005.

ASSIS, D. C. M.; MOREIRA, L. V. C. FORNASIER, R. C. Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner: a influência dos processos proximais no desenvolvimento social das crianças. **Research, Society and Development**, 2021. Disponível em: <https://redib.org/Record/oai_articulo3351695-teoria-bioecol%C3%B3gica-de-bronfenbrenner-a-influ%C3%A2ncia-dos-processos-proximais-desenvolvimento-social-das-crian%C3%A7as>. Acesso em: 26/01/2022

ASSIS, S. G. Crianças e adolescentes violentados: presente e perspectivas para o futuro. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, 10 (supl. 1): 126-134, 1994. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/s5VZKBqvny9TWVsJv5dprty/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 23/01/2022.

BORGES, J. L.; DELL'AGLIO, D. D. Relações entre abuso sexual na infância, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e prejuízos cognitivos. **Psicol. Estud.** 13 (2). Jun, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/vzB7BZxdqrbmKZC7dkdmXhb/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 22/01/2022.

BORGES, J. L.; ZINGLER, V. T. Fatores de risco e de proteção em adolescentes vítimas de abuso sexual. **Psicologia em Estudo**, Maringá, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/sVss7wWTqkQGkTnH8PPgLbN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23/ 09/ 2022.

BRANDÃO, J. M. A.; GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F. Construção do conceito de resiliência em psicologia: discutindo as origens. **Paidéia**, Ribeirão Preto, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-863X2011000200014>>. Acesso em: 26/01/2022.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Plano nacional de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil**. 3 ed. Brasília: SEDH/DCA, 2002

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Justiça. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Norma Técnica: Atenção humanizada às pessoas em situação de violência sexual com registro de informações e coleta de vestígios**. 1. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015.

BRONFENBRENNER, U. Environments in developmental perspective: Theoretical and operational models. In: S. L. Friedman;T. D. Wachs (Eds.). *Measuring environment across the life span: Emerging methods and concepts*. P. 3–28, 1999. **American Psychological Association**. Disponível em: <<https://doi.org/10.1037/10317-001>>. Acesso em: 26/01/2022.

BRONFENBRENNER, U. **The ecology of human development: Experiments by nature and design**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1987.

BRONFENBRENNER, U. Toward an experimental ecology of human development. *American Psychologist*, 32(7), 513–531, 1977. Disponível em: <<https://doi.org/10.1037/0003-066X.32.7.513>>. Acesso em: 26/01/2022.

BRONFENBRENNER, U.; MORRIS, P. A. The ecology of developmental processes. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development*, pp. 993–1028, 1998. Disponível em: <<https://psycnet.apa.org/record/2005-01926-019>>. Acesso em: 26/01/2022.

BRONFENBRENNER, U.; EVANS, G. W. Ciência do desenvolvimento no século 21: questões emergentes, modelos teóricos, projetos de pesquisa e descobertas empíricas. **Desenvolvimento social**, 2000.

BRONFENBRENNER, U. Ecology of the family as a context for human development: Research perspectives. **Developmental Psychology**, 1986. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=95c92a2fe4eca330a0d423b6f0963de9ab541cad>>. Acesso em: 23/01/2022.

Portal G1 Amazonas. Casos de violência infantil aumentam 17% em Manaus, diz Polícia Civil. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/05/18/casos-de-violencia-infantil-aumentam-17percent-em-manaus-diz-policia-civil.ghtml>>. Acesso em: 19/01/2022.

CECCONELLO, A. M.; KOLLER, S. H. Inserção Ecológica na comunidade: Uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 16(3), pp. 515-524, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/prc/a/prz4cVcRXNM6vwLW9zgS5Cd/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 15/01/2022.

CECCONELLO, A. M; KOLLER, H. Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. **Psicol. Reflex. Crit.** 16 (3), 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/prc/a/prz4cVcRXNM6vwLW9zgS5Cd/?format=html&lang=p>>. Acesso em: 23/01/2022

CHAUÍ, M. Uma Ideologia Perversa. **Folha de São Paulo**, 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs14039904.htm>> Acesso em: 21/01/2022.

CORREIA, I; VALA, J. Crença no mundo justo e vitimização secundária: O papel moderador da inocência da vítima e da persistência do sofrimento. **Análise Psicológica**, 3 (XXI): 341-352, 2003. Disponível em: <http://publicacoes.ispa.pt/publicacoes/index.php/ap/article/view/15>. Acesso em: 20/09/2022.

COSCIONI, V. *et. al.* Pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano: uma pesquisa com adolescentes em medida socioeducativa. **Psicologia USP**, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0103-656420170115>>. Acesso em: 21/01/2022.

COSTA, M. C. O *et. al.* O Perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselheiros Tutelares: vítimas, agressores e manifestação de violência. **Ciência & Saúde, Coletiva**, 2007.

CRESTANI, V.; ROCHA, K. B. Risco, vulnerabilidade e o confinamento da infância pobre. **Psicologia & Sociedade**, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30177502>>. Acesso em: 23/01/2022

CRUZ, M. A. *et al.* Repercussões do abuso sexual vivenciado na infância e adolescência: revisão integrativa. **Ciênc. saúde coletiva**. 26 (4), 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232021264.02862019>> Acesso em: 22/01/2022

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p. 1163-1178, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2006.v11suppl0/1163-1178/>. Acesso em: 03/05/2022.

DE ANTONI, C.; BARONE, L. R.; KOLLER, S. H. Indicadores de risco e de proteção em famílias fisicamente abusivas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 23, n. 2, p. 125-132, jun, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-37722007000200002>>. Acesso em: 21/01/2022.

DE ANTONI, C.; KOLLER, S. H. Uma família fisicamente violenta: uma revisão pela teoria Bioecológica do desenvolvimento humano. **Temas em psicologia**, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751435003.pdf>. Acesso em: 08/12/2022.

DESLANDES, S. F. Atenção a criança e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. **Cad. Saúde Pública.**, 1994. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/csp/a/t7HjQpTPVJr3p5JTqVsgSKM/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 14/05/2022.

DESSEN, M. A.; JUNIOR, A. L. C. **A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DREZETT, J. D. *et. al.* Estudo de mecanismos e fatores relacionados com o abuso sexual em crianças e adolescentes do sexo feminino. **J. Pediatr.**, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0021-75572001000500013>> Acesso em: 21/01/2022.

FERRARI, D.C.A; VECINA, T.C.C. **O fim do silêncio da violência familiar: teoria e prática**. São Paulo: Ágora, 2002.

FLORENTINO, B. R. B. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. Fractal: **Revista de Psicologia.**, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/fractal/a/dPY6Ztc8bphq9hzdhSKv46x/?lang=pt>> Acesso em: 20/01/2022.

FONSECA, F. F. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Rev Paul Pediatr.**, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-05822013000200019>. Acesso em: 08/07/ 2022.

FORNARI, L. F. & LABRONICI, L. M. O processo de resiliência em mulheres vítimas de violência sexual: uma possibilidade de cuidado. **Cogitare Enferm.**, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5380/ce.v23i1.52081>> Acesso em: 21/01/2022.

FROMM, E. **A arte de amar**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

GARMEZY, N. Stressors of childhood. In: N. Garmezy & M. Rutter (Orgs.), **Stress, coping and development in children**. New York: Johns Hopkins University Press, 1988.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GODOY, A. S. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, 1995. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnnC/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 20/11/2021.

GUERRA, V. N. A. Violência física doméstica contra crianças e adolescentes e a imprensa: do silêncio à comunicação. **Tese de Doutorado**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1996. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1993000300017> Acesso em: 28/01/2022.

HABIGZANG, L. F. *et. al.* Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Psicol. Reflex. Crit.**, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722006000300006>>. Acesso em: 28/01/2022.

LÉVINAS, E. **O humanismo do outro homem**. 3 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1993

LIMA, J. A; ALBERTO, M. F. O olhar de mães acerca do abuso sexual intrafamiliar sofrido por suas filhas. **PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO**, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001692013> . Acesso em: 18/12/2022.

LIRA, M. O. S. C. *et. al.* Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta. **Texto Context - Enferm.** 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072017000300320&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 20/01/2022.

LUIZA, F. HABIGZANG, L. F. *et.al.* Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Psicl. Reflex. Crit.**, 2006.

LUSTIG, *et. al.* **Criança e infância**: contexto histórico social. 2014. Disponível em: ><https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/693/o/TR18.1.pdf>>. Acesso em: 28/01/2022.

MACEDO, D. M. *et. al.* Revisão sistemática de estudos sobre registros de violência contra crianças e adolescentes no Brasil. **Ciênc. saúde colet.**, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.34132016>> Acesso em: 22/01/2022.

MALDONADO, M. T. **Os construtores da paz**: caminhos da prevenção da violência. 6 ed. São Paulo: Moderna, 2002.

MARGAÇA, C. RODRIGUES, D. Espiritualidade e resiliência na adultez e velhice: uma visão fractal: **Revista de Psicologia**, 2019.

MARTINS, E.; SZUMANSKI, H. A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. **Estud. pesqui. psicol.**, 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812004000100006>. Acesso em: 28/01/2022.

MARTINS, L. F. Fatores De Risco E Proteção Da Violência Sexual Infantil Em Atendimentos De Psicologia Jurídica. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2016. Disponível em: <<https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/22825-final.pdf>>. Acesso em: 23/11/2021.

MARTINS, R. C. Abuso Sexual e Resiliência: Enfrentando as Adversidades. **Revista Mal-estar e Subjetividade**. Fortaleza. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000200011#:~:text=%C3%89%20importante%20ressaltar%2C%20portanto%2C%20que,rela%C3%A7%C3%A3o%20de%20depend%C3%Aancia%20entre%20si. Acesso em: 12/12/2022.

MINAYO, M. C. DE S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciênc. saúde coletiva**, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>>. Acesso em: 23/11/2021.

MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MINAYO, M. C. S. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Rev. bras. saúde matern. infant.**, Recife, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/mQqmmSTBf77s6Jcx8Wntkkg/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 22/01/2022.

MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Aspectos Históricos: A origem da teoria. In: KOLLER, Sílvia Helena. **Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

NASCIMENTO, F. F.; CONSTRANDADE, P. H. A. C. Políticas públicas como forma de prevenir abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. **Projeção, Direito e Soc**, 2016. Disponível em: <https://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2/article/view/730>. Acesso em: 12/12/2022.

NICHOLS, M. P.; SCHWARTZ, R. C.; **Terapia Familiar: Conceitos e Métodos**. TRADUÇÃO Maria Adriana Veríssimo Veronese 7 ed., Porto Alegre: Artmed, 2007.

OLIVEIRA, M. D.; NASCIMENTO, J. J. A. Dados acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes: em análise os municípios da região metropolitana de Manaus/AM. **RELVA**, Juara/MT/Brasil, 2021.

OLIVEIRA, N. F *et. al.* Violência contra crianças e adolescentes em Manaus, Amazonas: estudo descritivo dos casos e análise da completude das fichas de notificação. **Epidemiol. Serv. Saúde**, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000100012>> Acesso em: 20/12/2022.

OLIVEIRA, V. H. **Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano: fases e ampliações da abordagem.** UCSAL, 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE OMS. Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial sobre violência e saúde.** Genebra, 2002.

OSORIO, L. C.; DO VALLE, E. P. **Manual de Terapia Familiar.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

PAULO, S. dos. S; KOLLER, S. H. Resiliência na Rua: Um Estudo de Caso. **Psicologia: Teoria e Pesquisa.**, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/3x5Cmbzx569n5zhvNPBdfYP/?lang=pt>> Acesso em: 22/01/2022.

PESCE, 2004 *et. al.* Risco e Proteção: Em Busca de Um Equilíbrio Promotor de Resiliência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-37722004000200006>>. Acesso em: 28/01/2022.

PETRUCCI, G. W; BORSA, J. C.; KOLLER, S. H. Habilidades Sociais e o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano: Análise e Perspectivas. **Psicol. Soc.**, 2016. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2016000200001>. Acesso em: 29/11/2021.

POLETTI, M.; KOLLER, S. H. Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. **Estudos de Psicologia** (Campinas), 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000300009>>. Acesso em: 23/01/2022.

POLONIA, A. da C.; DESEN, M. A.; SILVA, N. L. P. O modelo bioecológico de Bronfenbrenner: contribuições para o desenvolvimento humano. In DESSEN, M. A & JUNIOR, A. L. C. **A ciência do desenvolvimento humano** - Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2008.

RESTORI, A. Attenzione sensibile al contesto. **CAMBIA-MENTI**: Rivista dell'Istituto di Psicoterapia Sistemica Integrata. Modelli irriverenti, 2011.

RIBEIRO, J. H. de S. **O cuidado e práticas interdisciplinares**: saúde, filosofia e educação. 1 ed. Curitiba: Appris, 2021.

RIBEIRO, J. H. de S. Piccole Farfalle: Abuso sexual na infância e adolescência, suicídio e intervenção. **INFAD: Revista de Psicologia**, 2019b. Disponível em: <<https://revista.infad.eu/index.php/IJODAEP/article/view/1691>> Acesso em: 19/01/2022.

RIBEIRO, J. H. de S.; COIMBRA, S. M. G.; LEME, V. B. R. Violência sexual contra crianças e adolescentes resiliência e protagonismo na Amazônia. **INFAD Revista de Psicologia**, N°2, 2019a. Disponível em: <<https://revista.infad.eu/index.php/IJODAEP/article/view/1690>> Acesso em: 19/01/2022.

ROZEMBERG, L. *et. al.* Resiliência, gênero e família na adolescência. **Ciênc. saúde coletiva**, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232014193.21902013>> Acesso em: 19/01/2022.

SACRAMENTO, L. de T.; REZENDE, M. M. Violências: lembrando alguns conceitos. **Aletheia**, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942006000300009> Acesso em: 19/01/2022.

SANDERSON, C. **Abuso sexual em crianças**. Fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais. São Paulo: M. Books, 2005.

SANTOS, M. de J. *et. al.* Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola – Brasil, 2010-2014. **Epidemiol. Serv. Saude, Brasília**. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ress/a/kLhXyY7p3NFKm4KrpZRpCTz/?lang=pt>> Acesso em: 19/01/2022.

SANTOS, S. S.; DELL'AGLIO. Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. **Psicologia & Sociedade**; 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000200013> . Acesso em: 02/12/2022

SCHRAIBER, L. *et. al.* Violência vivida: a dor que não tem nome. **Interface** (Botucatu), 2003. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180114096004>> Acesso em: 19/01/2022.

SERAFIM, A. de P. *et. al.* Dados demográficos, psicológicos e comportamentais de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. **Arch. Clin. Psychiatry** (São Paulo), 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rpc/a/VS6r7mDKrQgqfYTK5RT5sjN/?lang=pt>> Acesso em: 18/01/2022.

SERTORI, N. M. **Fatores de Risco e Proteção**: Alguns Aspectos; a resiliência como fator de proteção. Gama, DF: UNICEPLAC, 2021. Disponível em: <<https://dspace.uniceplac.edu.br/bitstream/123456789/1464/1/Fatores%20de%20risco%20e%20prote%C3%A7%C3%A3o%20-%20alguns%20aspectos%20-%20a%20resili%C3%Aancia%20como%20fator%20de%20prote%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 19/01/2022.

SLUZKI, C. E. **A rede social na prática sistêmica: alternativas sistêmicas**. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 1997.

STACHEIRA, C. R.; VASCONCELOS, A. M. N.; RAVAROTO, N. M.; MOURA, B. A. Modelo interdisciplinar para análise teórica da ação da escola na promoção do desenvolvimento à escala humana. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v21i1.2227>

TUDGE, J. A teoria de Urie Bronfenbrenner: uma teoria contextualista? In L. V. C. Moreira & A. M. A. Carvalho (Eds.), **Família e educação**: olhares da psicologia. São Paulo: Paulinas, 2008.

TUDGE, J. *The everyday lives of young children: Culture, class, and child rearing in diverse societies*. **Cambridge University Press**. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511499890>. Acesso em: 19/01/2022.

VARGAS, E. A. M.; LIMA, R. F. F.; ROSA, E. M.; TUDGE, J. Processing Proximal Processes: What Bronfenbrenner Meant, What He Didn't Mean, and What He Should Have Meant. **Journal of Family Theory & Review**, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/jftr.12373>. Acesso em 02/12/2022

WILLIAMS, L. C. A.; ARAÚJO, E. A. C. **Prevenção do abuso sexual infantil: um enfoque interdisciplinar**. Curitiba: Juruá, 2009, 234p.



UFAM



APENDICE A - GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

HISTÓRIA DE VIDA (A pessoa, contexto, o processo e o tempo)

1. Como a Sra. se apresentaria? Eu sou uma pessoa...
2. Poderia falar um pouco acerca da sua família de origem? (pai, mãe, irmãos/irmãs; lugar/lugares onde passou a infância/adolescência/juventude...Pode falar também de lugares, escola/se houve, pessoas, locais de trabalho). Acontecimentos marcantes na sua vida (melhores, piores).
3. E a sua família de hoje? Com quem reside? Poderia falar um pouco sobre isso?
4. Como é o seu dia a dia? Ao longo dos dias de semana, finais de semana e quando tem mais tempo livre.
5. Na sua história de vida, ao falarmos de recursos ou fontes de suporte, de ajuda, com o quê ou com quem pode contar no quotidiano em geral e em particular quando passa por adversidades, quando tem problemas.
6. Quais são as qualidades que reconheces em si mesma, no seu contexto e na sua vida?
7. Quais são as qualidades que as outras pessoas dizem que Sra. possui?
8. Como já falámos, quando foi informada sobre o tema deste estudo, seria importante conversar um pouco acerca da situação de abuso sexual que sofreu quando era mais nova. Precisaria que me contasse como foi que ocorreu e quando ocorreu (ou desde quando começou a acontecer). Se, nalgum momento ou detalhe, se sentir desconfortável ao falar, podemos deixar de conversar mais sobre isso, basta para isso que peça para interromper a conversa.
9. Como enfrentou essa situação? Quem a apoiou? Quem deixou de apoiar ou quem a desiludiu? Com quem ou com o que pôde contar? O que é que acha que fez diferença na sua história de vida e no seu processo de recuperação ou superação?

10. E hoje, como se sente face ao abuso sofrido? Como ainda continua a lidar com esse assunto? Que sugestões poderia deixar para outras pessoas/mulheres que passam ou passaram por situações semelhantes à sua? Que sugestões teria para que os serviços e instituições de atendimento funcionassem melhor nestas situações?



UFAM

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA –
PPGPSI**



**APENDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO – TCLE**

A Senhora está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa **PROCESSOS DE RESILIÊNCIA, FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO NA VIDA ADULTA DE MULHERES MANAUARAS QUE SOFRERAM ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA**, cujo pesquisador responsável é Maria de Nazaré Sousa Gomes Castro, com orientação do Prof. Dr. Joaquim Hudson de Souza Ribeiro. A presente pesquisa possui o objetivo de compreender a repercussão do abuso sexual ocorrido na infância de mulheres adultas e as implicações nos seus cursos de vida, identificando os fatores de risco e proteção presentes nos sistemas de pertencimento e os processos de resiliência desenvolvidos por estas mulheres.

A Senhora está sendo convidada para participar pela importância do seu testemunho de vida, através do qual poderemos visualizar o impacto do abuso sexual na vida das mulheres e os fatores internos e externos que ajudaram no processo de superação. A Senhora tem de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Diversos autores destacam que, no plano nacional e internacional, os estudos realizados na atualidade sobre a temática em foco são importantes porque mostram a ampliação de pesquisas quantitativas e qualitativas voltadas para o dimensionamento do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes associado a outras formas de violência e suas repercussões na vida adulta, dando a eles visibilidade e possibilidades de novos campos de investigação e mudanças no quadro atual configurado, podendo subsidiar ainda programas e iniciativas que atuam nesse foco.

A participação nesse estudo poderá possibilitar aos sujeitos voluntários a oportunidade de refletir acerca da temática proposta e dos objetivos dessa investigação, podendo ainda subsidiar políticas públicas e outras iniciativas voltadas para a melhoria das condições de crianças e de mulheres adultas que sofreram violência sexual (prevenção, intervenção e enfrentamento). Mesmo com todas as limitações impostas a estudos desse tipo, é tão importante e necessário que se faça a divulgação científica dos resultados e sua devolução, para que se possa favorecer a construção e a implementação de políticas públicas que promovam à atenção

efetiva de pessoas que foram vítimas de violência sexual. Caso aceite participar sua participação consiste através da recolha de informações feita por meio de uma entrevista, onde será pedido que conte aspectos da sua história de vida, incluindo os referentes ao abuso sexual sofrido e ao modo como enfrentou essa situação. Essa entrevista será realizada individualmente, sem ninguém por perto a não ser o entrevistador, seguindo um guião contendo algumas perguntas que, caso queira, pode consultar previamente. A entrevista será registrada por um gravador de voz para depois ser transcrita. É importante comentar que de acordo com a resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, não existe pesquisa com seres humanos sem riscos. Sendo assim, caso a entrevista mobilize conteúdos que provoquem vivências de dor e de sofrimento, através do choro ou de questionamentos, a pesquisadora prontamente realizará um acolhimento inicial e, na medida em que houver necessidade, poderá ser encaminhada para acompanhamento psicológico. Contudo, em necessidade de uma assistência prolongada, a participante receberá acompanhamento do próprio SAPFAM, que está localizado na Av. Joaquim Nabuco, 1023 Centro-4121, pelo tempo que for necessário. Ainda, é previsto riscos físicos devido a pesquisa ser presencial e para minimizá-los serão disponibilizados materiais de Equipamentos de Proteção Individual – EPIS, seguindo as recomendações do Ministério da Saúde para as medidas não farmacológicas de prevenção e controle da pandemia do novo coronavírus (atualizado em 12/05/2021 01h04).

O principal benefício esperado, caso aceite participar nesse estudo, é que poderá, com o seu testemunho, ajudar pessoas que sofreram abuso sexual na infância ou adolescência a poder lidar melhor com a situação. Durante todo o período do estudo, será acompanhada pela pesquisadora que ficará à sua disposição para qualquer tipo de esclarecimento que necessite envolvendo informações mais aprofundadas do que está sendo estudado e do modo de como está sendo feito o estudo (metodologia). Em qualquer momento, poderá recusar continuar a participar no estudo e retirar o seu consentimento de uso das informações coletadas sem que ocorra nenhum tipo de prejuízo. Se julgar necessário, a Senhora dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-la na tomada de decisão livre e esclarecida. Todas as informações recolhidas serão mantidas em sigilo, respeitando a sua privacidade. Por este motivo a sua entrevista receberá um número de identificação que impedirá a associação entre as informações e a sua pessoa. No entanto, se quiser, poderá escolher um nome fictício que poderá identificar a sua entrevista. Ao participar dessa pesquisa não terá nenhuma despesa financeira.

Garantimos à Senhora, o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Também estão assegurados à Senhora o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa ao participante da pesquisa. Asseguramos à Senhora o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário. Garantimos à Senhora a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

A Senhora pode entrar em contato com a pesquisadora responsável Maria de Nazaré Sousa Gomes Castro, a qualquer tempo para informação adicional no endereço Av. General Rodrigo Octavio, n 6200 (UFAM). Telefone: 3305-1181, Ramal 4127. Email: naza.mcve@hotmail.com Orientada pelo Prof. Dr. Joaquim Hudson de Souza Ribeiro. Endereço: Av. Marquês de Santa Cruz, s/n - Centro, Manaus - AM, 69005-390; Telefone: (92) 98108-7172. Email: jhudsonmanaus@hotmail.com. A Senhora também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – 39 Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181, Ramal 2004, E-mail: cep@ufam.edu.br. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto com as assinaturas, e assinadas ao seu término pela Sra., e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa.

_____, ____/____/____

Assinatura da Participante

Assinatura da Pesquisadora Responsável

ANEXO 1 - CARTA DE ANUÊNCIA CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE MANAUS/ SAPFAM.

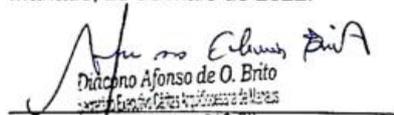


UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI
FACULDADE DE PSICOLOGIA

TERMO DE ANUÊNCIA

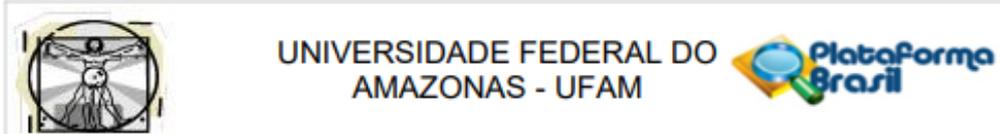
Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado "**PROCESSOS DE RESILIÊNCIA, FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO NA VIDA ADULTA DE MULHERES MANAUARAS QUE SOFRERAM ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA**", sob a responsabilidade da mestranda **Maria de Nazaré Sousa Gomes Castro**, pesquisadora da **Universidade Federal do Amazonas (UFAM)**, orientado pelo **Prof. Dr. Joaquim Hudson de Souza Ribeiro**, e assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nessa instituição, Arquidiocese de Manaus – Serviço de Atendimento Psicológico Familiar da SAPFAM, no período de 02/02/2022 a 28/02/2023, após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP, ainda estamos de acordo com o atendimento psicológico, caso necessário, às participantes da pesquisa e concordamos com a pesquisa presencial observadas as novas orientações e protocolos da pandemia.

Manaus, 13 de maio de 2022.


Diácono Afonso de O. Brito
Cáritas Arquidiocese de Manaus
CPF: 231.096.612-68
Responsável pela Cáritas


Selma Medeiros
CRP. 20.02416
Responsável pelo SAPFAM

ANEXO II – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PROCESSOS DE RESILIÊNCIA, FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO NA VIDA ADULTA DE MULHERES MANAUARAS QUE SOFRERAM ABUSO SEXUAL NA

Pesquisador: Maria de Nazaré Sousa Gomes Castro

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 57751622.4.0000.5020

Instituição Proponente: Faculdade de Psicologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.464.561

Apresentação do Projeto:

O abuso sexual pode afetar a saúde física, psicológica, social e sexual de mulheres vítimas desse tipo de violência, com agravos nas esferas da vida cotidiana e de seus relacionamentos. Porém, a resiliência tem sido um construto psicológico de interesse de pesquisadores que conhecer o funcionamento bio-psico-socioemocional de pessoas que mesmo em situações extremamente contrárias ao bom desenvolvimento conseguem seguir adiante. Compreender a repercussão do abuso sexual ocorrido na infância de mulheres adultas e as implicações nos seus cursos de vida, identificando os fatores de risco e proteção presentes nos sistemas de pertencimento e os processos de resiliência desenvolvidos por estas mulheres; descrever como se configura para as mulheres, em seus cursos de vida, o impacto do abuso sexual sofrido na infância/adolescência; apresentar os processos promotores de resiliência que incidiram direta ou indiretamente sobre as mulheres; identificar os fatores de risco e proteção nos sistemas de pertencimento. Será utilizada a pesquisa qualitativa sob o viés do Modelo Bioecológico de Bronfenbrenner, onde se buscará compreender a estrutura dos contextos ambientais e os processos interligados a eles de modo interdependente e sistêmica. Será utilizado um guião de entrevista contendo 10 questões. Devem participar da pesquisa, até quatro mulheres adultas. A Instituição selecionada foi a Cáritas Arquidiocesana de Manaus, através do Serviço de Atendimento Psicológico Familiar da Arquidiocese de Manaus – SAPFAM. Espera-se dar voz às participantes para que possam compartilhar suas histórias e contribuir com o avanço científico e político. Trata-se de um projeto

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Telefone: (92)3305-1181

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.464.561

de mestrado em Psicologia de Maria de Nazaré Sousa Gomes Castro, sob orientação de Joaquim Hudson De Souza Ribeiro

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral

Compreender a repercussão do abuso sexual ocorrido na infância de mulheres adultas e as implicações nos seus cursos de vida, identificando os fatores de risco e proteção presentes nos sistemas de pertencimento e os processos de resiliência desenvolvidos por estas mulheres.

Objetivos Específicos

- Descrever como se configura para as mulheres, em seus cursos de vida, o impacto do abuso sexual sofrido na infância.
- Identificar os fatores de risco e proteção nos sistemas de pertencimento. • Apresentar os processos promotores de resiliência que incidiram direta ou indiretamente sobre as mulheres.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: De acordo com a resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, não existe pesquisa com seres humanos sem riscos. Sendo assim, caso a entrevista mobilize conteúdos que provoquem vivências de dor e de sofrimento, através do choro ou de questionamentos, a pesquisadora prontamente realizará um acolhimento inicial e, na medida em que houver necessidade, as entrevistadas poderão ser encaminhadas para acompanhamento psicológico. Contudo, em necessidade de uma assistência prolongada, a participante receberá acompanhamento da própria Cáritas/SAPFAM, que está localizado na Av. Joaquim Nabuco, 1023 Centro, pelo tempo que for necessário. Para minimizar os riscos físicos a pesquisadora buscará proporcionar o máximo de conforto para a participante e no caso do risco de contágio em virtude da Pandemia da Covid-19 será disponibilizado Equipamentos de Proteção Individual aos participantes (álcool em gel, máscara PFF2, luvas e toucas) e seguirá todos os protocolos e orientação de prevenção estabelecidos pela OMS e Ministério da Saúde. **Benefícios:** São esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: a) dar voz às participantes para que possam compartilhar suas histórias e refletir acerca da temática proposta e dos objetivos da pesquisa. b) contribuir com o avanço científico ampliando o conhecimento sobre o abuso sexual e suas repercussões na vida das pessoas, auxiliando discussões que busquem minimizar as lacunas nos estudos sobre o tema e nortear futuras pesquisas que embasem as práticas dos profissionais que atuam na área da promoção de saúde. c) dar visibilidade as interações bidirecionais (pessoa e contexto) como propulsores de

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Telefone: (92)3305-1181

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.464.561

desenvolvimento humano. d) subsidiar políticas públicas e outras iniciativas voltadas para a melhoria das condições de crianças e de mulheres adultas que que sofreram violência sexual (prevenção, intervenção e enfrentamento).

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O cronograma está de acordo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos estão devidamente corretos e anexados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

RESPOSTAS DE PENDÊNCIAS

Pendência 1: Apresentar (anexar) Carta Resposta, indicando ponto-a-ponto o que foi solicitado neste parecer. Implementar as alterações em todos os documentos pertinentes, destacando-as em destaque. Solicita-se que as respostas sejam enviadas na ordem em que aparecem nas considerações do parecer, indicando-se também a localização das possíveis alterações nos documentos do protocolo.

Respostas: Carta Resposta encaminhada com as solicitações revisadas e adequadas.

Pendência 2: De acordo com a Resolução CNS n.º 510, de 2016, a Resolução CNS n.º 466, de 2012, e a Norma Operacional n.º 001, de 2013, do CNS, as pendências devem ser respondidas exclusivamente pelo pesquisador responsável, no prazo de 30 dias, a partir da data de envio do parecer pelo CEP. Após esse prazo, o protocolo de pesquisa poderá ser arquivado, e a tramitação encerrada.

Resposta: Documento elaborado tempestivamente

Pendencia 3: Na página 43 do documento do projeto, a pesquisadora cita a instituição onde vai realizar o estudo, bem como a mesma instituição que vai se responsabilizar em acompanhar os sujeitos em casos de riscos emocionais/psicológicos. Contudo, o termo de anuência não está assinado pelo responsável da instituição.

Resposta: Carta de anuência apresentada e assinada pelos responsáveis da Instituição e Serviços, bem como declaração de ciência e concordância quanto aos acompanhamentos psicológicos realizados pela referida Instituição, caso ocorra riscos psicológicos ou emocionais às participantes da pesquisa.

Pendência 4: No TCLE, de forma a garantir sua integridade, o documento deve apresentar a numeração das páginas, recomendando-se, ainda, que essa seja inserida de forma a indicar,

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM **Município:** MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.464.561

também, o número total de páginas, por exemplo: 1 de 2, 2 de 2. Solicita-se adequação.

Resposta: Documento TCLE adequado de acordo com a solicitação, contendo o número total de páginas.

Pendência 5: No TCLE, faz menção ao Registro Brasileiro de Ensaios Clínicos – REBEC (<http://www.ensaiosclinicos.gov.br/>), contudo, o estudo não se trata de um ensaio clínico. Solicita-se remover.

Resposta: Item removido do corpo do texto do TCLE como orientado.

Pendência 6: Os pesquisadores citam que a pesquisa poderá ser realizada online, e citam o link do TCLE, mas não o disponibilizam. Para avaliação desse documento, é preciso ter acesso ao documento/link do Forms. Vale pontuar que a pesquisa online está relacionada com formas específicas de pesquisar, incluindo o detalhamento da Carta Circular n.º 1/2021-

CONEP/SECNS/MS, que trata de pesquisas em ambiente virtual.

Resposta: De acordo com as novas atualizações do contexto da pandemia, seguiremos as orientações/recomendações das Instituições de vigilância em Saúde e Ministério da Saúde, assim decidimos por suprimir a possibilidade de realizar a pesquisa na modalidade online. Desta forma, a pesquisa será realizada de forma presencial, tomando os cuidados recomendados para a mitigação da contaminação. Ressaltamos que a Instituição, na qual será realizada a pesquisa, está ciente e concorda com a modalidade de coleta dos dados.

Pendência 7: <https://www.cep.ufam.edu.br/tcle> Pensando nessas pendências de TLCE, nesse link vocês encontrarão um modelo de TCLE online, bem como um modelo completo de TCLE físico. Sugere-se seguir.

Resposta: Como justificado em Pendência 6, este não será necessário.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1922189.pdf	25/05/2022 13:11:03		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Assentimento.pdf	25/05/2022 13:07:30	Maria de Nazaré Sousa Gomes Castro	Aceito
Parecer Anterior	Parecer.pdf	25/05/2022 13:06:02	Maria de Nazaré Sousa Gomes	Aceito

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com

Continuação do Parecer: 5.464.561

Parecer Anterior	Parecer.pdf	25/05/2022 13:06:02	Castro	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	25/05/2022 13:03:48	Maria de Nazaré Sousa Gomes Castro	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	25/05/2022 13:03:21	Maria de Nazaré Sousa Gomes Castro	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	05/04/2022 17:53:18	Maria de Nazaré Sousa Gomes Castro	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 12 de Junho de 2022

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Teresina, 4950	CEP: 69.057-070
Bairro: Adrianópolis	
UF: AM Município: MANAUS	
Telefone: (92)3305-1181	E-mail: cep.ufam@gmail.com